

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA LÚCIA BASSA ZEM

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 1956 A 1979,
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: A ESCOLA NORMAL
COLEGIAL ESTADUAL HENRIQUE PESTALOZZI**

CURITIBA

2004

MARIA LÚCIA BASSA ZEM

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 1956 A 1979,
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: A ESCOLA NORMAL COLEGIAL
ESTADUAL HENRIQUE PESTALOZZI**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção de grau de Mestre em História da
Educação, Curso de Pós-Graduação em História das
Idéias e Práticas da Educação no Brasil, Pontifícia
Universidade Católica do Paraná

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Elisabeth Blanck Miguel

CURITIBA

2004

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido João Luiz e aos meus filhos Tissiane, Rafaela e João Angelo, eles que são a razão da minha vida.

“Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam”.

PAULO FREIRE (1996)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente externar meus agradecimentos a Deus, que em determinados momentos, sei, me carregou no colo.

Aos meus pais Angelo e Diomira (*in memorian*) que sempre incentivaram minha carreira no magistério.

Às pessoas tão queridas da minha família: meu marido João Luiz, minhas filhas Tissiane e Rafaela e meu filho João Angelo, sem o apoio e compreensão dos quais este trabalho não seria possível ser realizado.

À minha querida Orientadora, Professora Dr^a Maria Elisabeth Blanck Miguel, com quem aprendi a aprender, e a discernir o que é ser uma verdadeira educadora, a qual disponibilizou-me seus préstimos em horários fora do ambiente de trabalho.

Às Professoras Dr^a Rosa Lydia e Dr^a Celina pelos comentários e sugestões a esse trabalho.

Especialmente aos meus amigos: Maria Angélica, Regina e Bráulio.

À professora Elisa, que sempre me incentivou e apoiou.

Ao professor Pedro Cândido, Diretor Geral do Colégio Costa Viana, que abriu as portas da Escola para a efetivação da pesquisa. Obrigada pela confiança!

À Maristela e Alceu. Muito Obrigada!

À Maria Zenilda e Cristiane do Núcleo Regional da Área Metropolitana Sul – subsede São José dos Pinhais, por disponibilizar-me a documentação.

Às colaboradoras que, gentilmente, me concederam as entrevistas: Prof^a. Lya Vidal (ex-Diretora da Escola), Prof^a. Alice Cordeiro (ex-aluna da 1^a turma da Escola e depois professora e Supervisora), Prof^a. Dinacyr Moro Zétola, (ex-aluna e filha do Deputado Ernesto Moro Redeschi), Prof^a Maria Aracaty Sass Horst (ex-secretária da Escola) e Prof^a. Filomena Cozzeti Galante (*in memorian*), primeira Diretora da Escola Normal.

Aos colegas do Mestrado: Regiane, Sueli, Cristiane e Reginaldo, com os quais pude repartir angústias comuns.

Enfim a todos, que de uma forma ou de outra, colaboraram comigo, inclusive os que criticaram de forma negativa. Também me ajudaram a crescer.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VI
RESUMO	VIII
RESUMEN	IX
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA.....	7
3 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL- PERÍODO DE 1956 A 1979	12
3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS	14
3.2 ASPECTOS POLÍTICOS	28
3.3 ASPECTOS CULTURAIS	38
3.4 ASPECTOS EDUCACIONAIS	45
3.5 CONSIDERAÇÕES	62
4 A ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL HENRIQUE PESTALOZZI... ..	66
4.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA	66
4.2. A ESCOLA NORMAL E A LEGISLAÇÃO	78
4.3 A ESCOLA NORMAL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	78
4.4 A ESCOLA E AS DEMAIS INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO	93
4.5 CONSIDERAÇÕES	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	.110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES.....	120

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR SILVEIRA DA MOTTA – 1912 A 1955.....	53
FIGURA 2 - PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR SILVEIRA DA MOTTA, ONDE FUNCIONOU A ESCOLA NORMAL HENRIQUE PESTALOZZI NOS ANOS DE 1956 A 1973, NO PAVIMENTO SUPERIOR.....	70
FIGURA 3 - DIA DA INTRONIZAÇÃO DO QUADRODO PATRONO HENRIQUE PESTALOZZI, A DIRETORA, PROFESSORA LYA, O CÔNSUL DA SUIÇA, DR. HANS KIEFER, O VICE - CÔNSUL E ALUNAS DA ESCOLA	73
FIGURA 4 - PRÉDIO DENOMINADO CASARÃO, ONDE FUNCIONOU A ESCOLA NORMAL DE 1974 A 1979	75
FIGURA 5 - FANFARRA DO QUARTEL DO BOQUEIRÃO NO DESFILE DE DE SETEMBRO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1967.....	94
FIGURA 6 - DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO – ALUNAS DA ESCOLA NORMAL HENRIQUE PESTALOZZI,.....	95
FIGURA 7 - SOLENIDADE DE FORMATURA DA ESCOLA NORMAL C. E. HENRIQUE PESTALOZZI NA SOCIEDADE ESPERANÇA, S/D.....	96
FIGURA 8 - FORMATURA DA ESCOLA NORMAL NA SOCIEDADE ESPERANÇA, 1968.....	96
FIGURA 9 - COMEMORAÇÃO DO DIA DA AVE NO GRUPO ESCOLAR PE. ARNALDO JANSEN, A ESCOLA NORMAL C. E. HENRIQUE PESTALOZZI SE FEZ PRESENTE.....	97

FIGURA 10 - FANFARRA DA ESCOLA NORMAL NO EVENTO DE INAUGURAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA NA LOCALIDADE DE CACHOEIRA.....	100
---	-----

RESUMO

Este trabalho tem como tema “As políticas educacionais no período de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais: a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi”. Essa Escola foi criada em 1954 e iniciou seu funcionamento em 1956 encerrando suas atividades no ano de 1979. Nesse estudo se propôs investigar o problema assim sintetizado: como a Escola Normal em São José dos Pinhais, no período de 1971 a 1979, funcionou e foi se adequando aos ditames da nova legislação, considerando suas reais condições de trabalho? O principal objetivo foi analisar como se configuraram as políticas educacionais no contexto da Escola Normal, no período de 1956 a 1979, relacionadas com o cenário estadual e nacional. Para chegar a essa análise delinear-se os seguintes objetivos específicos: identificar os fatores que contribuíram para a criação e o funcionamento da Escola Normal no Município de São José dos Pinhais no período de 1956 a 1979; compreender como as legislações, leis específicas relativas à formação de professores interferiram (ou não) no funcionamento da Escola; identificar de que modo a política mais ampla (não educacional) foi ou não determinante para a criação e o funcionamento da Escola e verificar as relações estabelecidas entre a Escola Normal e as demais instituições sociais do Município. Para a realização deste estudo foi feita revisão bibliográfica acerca da formação de professores no Brasil, da legislação e leis específicas do Ensino Normal e do contexto do município de São José dos Pinhais no período. Foram utilizadas fontes documentais da Escola pesquisada e realizadas entrevistas com pessoas que atuaram na Escola. Os principais teóricos que nortearam esta pesquisa foram: Romanelli, Tanuri, Saviani, Miguel, Bom Meihy, Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães. Os resultados mostraram que a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi esteve em funcionamento no município de São José dos Pinhais de 1956 a 1979, período em que esteve sob a vigência da Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1956 a 1961 e da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 4.024/61, de 1962 a 1979. Embora já estivesse em vigor a Lei 5.692/71, esta Escola encerrou suas atividades, sob a vigência da já antiga lei de 1961.

Palavras-chave: Escola Normal, legislação, sociedade, política, formação de professores

RESUMEN

Este trabajo tiene como asunto "Las políticas educacionales en el periodo de 1956 hasta 1979, en el municipio de São José dos Pinhais: la Escuela Normal Colegial Estadual Enrique Pestalozzi. La escuela estudiada fue creada en 1954 y instalada en 1956, y funciono hasta el final del año 1979. En este estudio se propone investigar el problema de: ¿como funciono la Escuela Normal en São José dos Pinhais, en el periodo de 1971 hasta 1979, y como ella fue adecuándose a los ditames de la nueva legislación, considerando sus reales condiciones de trabajo? La principal finalidad del estudio fue analizar como configuraron se las políticas educacionales en el contexto de la Escuela Normal, en el periodo de 1956 hasta 1979, relacionada con el escenario estadual e nacional. Para llegar a esa analice delinearon se los siguientes objetivos específicos: identificar los factores que contribuyeron para la creación y el funcionamiento de la Escuela Normal en el municipio de São José dos Pinhais en el periodo de 1956 hasta 1979; comprender como las legislaciones, leyes especificas relativas a la formación de profesores interferirón (o no) en el funcionamiento de la Escuela; identificar de cual modo la política mas ancha (no educacional) fue o no determinante para la creación y funcionamiento de la Escuela y verificar las relaciones establecidas entre la Escuela Normal y las demás instituciones sociales de el Municipio. Para la realización de este estudio fue utilizada la revisión bibliográfica acerca de la formación de los profesores en el Brasil, de la legislación y leyes específicas de la Enseñanza Normal y del contexto del municipio de São José dos Pinhais en lo periodo. Fueron utilizadas fuentes documentales de la Escuela pesquisada y realizadas entrevistas con personas que actuaran en la Escuela. Los principais teóricos que nortearam esta pesquisa fueron: Romanelli, Tanuri, Saviani, Miguel, Bom Meihy, Colnaghi; Magalhães Filho e Brephol de Magalhães. Los resultados habían demostrado que la Escuela Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi estuvo en funcionamiento en el municipio de São José dos Pinhais de 1956 hasta 1979, periodo en que estuvo bajo de las normas de la ley Orgánica de la Enseñanza Normal, de 1956 hasta 1961 y de la Ley de Directrices y Bases Ley 4.024/61, de 1962 hasta 1979. Aunque estíbese en vigor la Ley 5.692/71, esta Escuela encerró sus actividades, bajo la vigencia de la antigua ley del año de 1961.

Palabras-clave: *Escuela Normal, legislación, sociedad, política.*

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores para os anos iniciais de escolaridade tem sido tema dos mais relevantes nos debates educacionais, tanto pelo modo como tem se desenvolvido esta formação acadêmica nas últimas décadas, como também com a aprovação da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que prescreve no Artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Lei 9394/96).

Em busca de melhor compreensão da situação atual, entendo que se faz necessário abordar alguns pontos importantes sobre a história oficial do processo de formação de professores em nível médio, na Escola Normal no Brasil. Tomo como campo de estudo a escola e, especificamente, a formação de professores no contexto da Escola Normal no município de São José dos Pinhais, no período de 1956 a 1979, verificando de que modo as políticas de formação de professores foram aí implantadas em nível municipal e como eram articuladas em nível mais amplo, ou seja, com as políticas nacional e estadual.

A intenção de trabalhar os desdobramentos das políticas educacionais no contexto da Escola Normal se justifica na medida em que estas indicam os rumos que são impressos à educação escolar, e especialmente, neste caso, a organização e funcionamento dessa modalidade de ensino, a Escola Normal.

A Escola Normal de nível médio no município de São José dos Pinhais funcionou sob a vigência da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61. Embora em 1977 já tivesse sido implantada a Lei 5.692, de agosto de 1971, nos demais níveis de ensino no Município, de forma gradativa, esta não se efetivou na Escola Normal pesquisada, dando seqüência às suas práticas sob a vigência da Lei de 1961. A partir deste fato, é que foi levantado o problema da presente pesquisa: como a Escola Normal em São José dos Pinhais, no período de 1971 a 1979, funcionou e foi se adequando aos ditames da nova legislação, considerando suas reais condições de trabalho ?

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar como se configuraram as políticas educacionais no contexto da Escola Normal, no período de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais, relacionadas com o cenário estadual e nacional. Para isso foram delineados os seguintes objetivos específicos: identificar os fatores que contribuíram para a criação e o funcionamento da Escola Normal no município de São José dos Pinhais, no período de 1956 a 1979; compreender como as legislações, leis específicas relativas à formação de professores, interferiram (ou não) no funcionamento da Escola Normal no Município; identificar de que modo a ação política mais ampla (não educacional) foi ou não determinante para a criação e o funcionamento da escola e, verificar as relações estabelecidas entre a Escola Normal e as demais instituições sociais do Município.

Quanto ao objeto de estudo, a Escola Normal, vários fatores influenciaram na opção por esse assunto. A escolha também pelo local e período tem a ver com minha própria história. Sou nascida neste Município, e por ter sido nele que atuei na educação pública, durante 23 anos, inicialmente como professora e mais tarde como

Supervisora de Ensino. Durante esse percurso tive oportunidade de vivenciar, juntamente com meus pares, as dificuldades por que passa a escola das séries iniciais. Boa parte das referidas dificuldades oriundas da deficiência na formação do professor, fruto também das políticas educacionais em vigor no período, as quais normatizaram a organização e o funcionamento dos cursos de formação de professores no Brasil.

Importante afirmar que a época estudada fez parte também da minha vivência como aluna nos anos de 69, 70 e 71, e como tal, não tive o entendimento do funcionamento do macrossistema, da legislação e do processo em sua totalidade.

Outros motivos me levaram a buscar a reconstrução desta história: atualmente me encontro envolvida diretamente com esta formação, enquanto Professora do Setor de Educação da PUC/PR, fato que me faz sentir necessidade de aprofundamento nas questões relativas ao processo que conformou e vem conformando a formação de professores no Brasil.

Recentemente, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação por intermédio da Resolução 01 de 20 de agosto de 2003, dispôs sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade Normal em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista ao disposto na Lei 9394/96. Essa lei prescreveu, no parágrafo 1º do Art.2º:

Aos docentes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental será oferecida a formação de nível médio na modalidade Normal até que todos os docentes possuam, no mínimo, essa credencial (RESOLUÇÃO 01. CNE CEB, 2003).

Do mesmo modo, o parágrafo 1º do Art. 3º discorre sobre a adesão aos programas de capacitação e formação em serviço, “esta será sempre voluntária, sendo garantido o pleno exercício profissional dos formados em nível médio, na

modalidade Normal, em sala de aula nos termos da lei”. (RESOLUÇÃO 01.CNE CEB, 2003.)

Quanto à opção por São José dos Pinhais, acredito ser relevante, como um dos Municípios no qual se concretizaram as políticas educacionais de modo singular, adaptando-as à sua realidade, conforme suas especificidades. A sua trajetória educacional voltada para a formação de professores merece ser registrada na história.

Um Município que até a década de 60, por estar próximo da Capital, esteve estagnado economicamente e por isso era dependente de Curitiba em vários setores, encontra-se, atualmente, pelo mesmo fator, inserido entre os de maior desenvolvimento econômico do Paraná, destacando-se no setor industrial e agrícola. Cresceu em ritmo acelerado nas três últimas décadas, sendo apontado como o Município de maior expansão da Região Metropolitana a partir de 1970. Atualmente com uma população estimada em 250.000 habitantes vem ampliando o atendimento ao setor educacional para suprir a demanda da população pela escola.

Conforme dados coletados no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana – Sul - Subsele São José dos Pinhais (NREAS-SSJP)¹, a rede escolar mantida pelo Governo do Estado está constituída, por 25 escolas que atendem o Ensino Fundamental - 5ª à 8ª séries e Ensino Médio. Dessas, 18 ofertam o Ensino Fundamental e Médio, 7 apenas o Ensino Fundamental 5ª à 8ª e 4 ofertam também a Educação de Jovens e Adultos 1ª à 4ª etapas, totalizando na rede estadual 28.084 alunos (NREAMS-SSJP, 2004).

¹ Setor que responde pela articulação do Município com o Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana – Sul da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.

A Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais é composta em sua rede municipal de ensino, de 59 escolas municipais de Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série, algumas com classes de Educação Pré-Escolar, 25 Centros Municipais de Educação Infantil, 2 Centros de Atendimento Especializado, 1 Escola Especializada para Surdos, com um total de 20.245 alunos no Ensino Fundamental, 4.362 alunos nos Centros de Educação Infantil. No Município, atende-se um total de 48.329 alunos no Ensino Fundamental e Médio e 4.362 alunos na Educação Infantil. A rede de ensino público no Município possui um total de 84 escolas públicas (NREAMS-SSJP, 2004).

Quanto ao período estudado, 1956 a 1979, deve-se ao fato de que foi durante esses anos que esteve em funcionamento o curso de Formação de Professores em São José dos Pinhais, na modalidade Escola Normal de segundo ciclo.

A escola pesquisada é a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, que ofertou essa formação.

A documentação da Escola encontra-se atualmente no Colégio Estadual Costa Viana - Ensino Fundamental e Médio, que guarda o acervo da extinta Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, pois esta possuía suas instalações no mesmo prédio do então Ginásio Costa Viana. Este ginásio, foi fundado em 1947, pela Portaria 602/47, onde funcionou, inicialmente, como instituição particular em prédio próprio no centro da Cidade. Somente em 1956 foi estadualizado pelo Decreto 20.868/56 e passou então a funcionar nas dependências do Grupo Escolar Silveira da Motta. Esse foi o primeiro grupo escolar do Município. Criado em 1908 como casa escolar e reorganizado em 1919. Esteve em funcionamento desde 1912 no antigo prédio até 1955. No local, mais tarde, instalou-se o Fórum e de 1984 a

2002, a Câmara Municipal de São José dos Pinhais. No imóvel em que funciona atualmente, somente a partir de 1955, ano em que foi inaugurado.

No novo prédio suas dependências agregaram além do grupo escolar, o Ginásio Costa Viana, a Escola Normal Henrique Pestalozzi, a Escola de Aplicação Olavo Bilac e o Colégio Comercial Roque Vernalha, após 1960. Atualmente, o Colégio Estadual Costa Viana atende alunos do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e alunos de Ensino Médio e Pós-Médio, à Rua Paulino de Siqueira Cortes, 2685.

2 METODOLOGIA

Em relação à metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, foi indispensável iniciar pela revisão bibliográfica, o que incidiu no levantamento bibliográfico acerca da formação de professores, sobre o contexto do Município na época, nos aspectos social, político, econômico, cultural e educacional, inserido no conjunto do Paraná e do Brasil. A busca da legislação permitiu ter o entendimento do processo de conformação oficial.

A pesquisa utilizou informações contidas em documentos oficiais, tais como: Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, documentos escritos. Periódicos, documentos da escola: relatórios finais de notas, atas de exames, correspondência recebida e expedida à Secretaria de Educação, Livro de Registro de Circulares, Avisos e Instruções do Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná. Tais fontes foram fundamentais para o estudo.

Quanto às fontes documentais da Escola pesquisada, essas foram encontradas no Colégio Estadual Costa Viana, que guarda seu acervo. No entanto, foi necessário buscar outras fontes documentais no Arquivo Público Estadual, para pesquisa da legislação, bem como relatórios de inspetores. A coleção da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, editada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, na Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, possibilitou o contato com textos da época, sobre o tema, principalmente de Anísio Teixeira e Lourenço Filho. A Sessão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná permitiu o contato com as mensagens de governadores e o acesso aos Diários Oficiais do Estado do Paraná. O Museu Municipal "Atílio Rocco" de São José dos Pinhais possui em seu acervo os jornais do município, o primeiro deles, de 1950,

surgindo posteriormente outros na mesma década, os quais foram importantes para a execução da pesquisa, como complemento dos dados obtidos no único livro publicado sobre o Município, o qual apresenta as características da organização da sociedade local no período. Foram realizadas leituras das Atas das Sessões da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, de 1947 a 1961, as quais possibilitaram obter novos dados, confirmar os já obtidos e contrapor dados duvidosos ou não acessíveis no momento. Também foram utilizadas como fontes: revistas, folders, encartes divulgados pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais onde constam dados gerais relativos aos aspectos culturais, econômicos, étnicos e educacionais. Consultas ao Núcleo Regional de Educação Área Sul - Subsele São José dos Pinhais, contribuíram para o acesso a dados atuais e remotos da situação educacional do Município, bem como dados sobre a implantação da Lei 5692/71 nas Escolas da rede estadual, visto que o problema do presente estudo contempla a Lei 5692/71. Na sessão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná foi encontrada a lei que criou a Escola Normal em São José dos Pinhais, pois na própria documentação da Escola constava apenas um número de Lei, além disso, a referida Lei era de 1954 e a Escola começou a funcionar em 1956, portanto, dois anos após sua criação oficial. Esse fato, aliado à falta de dados concretos causou certa confusão sobre a data precisa de criação da Escola, o que demandou várias visitas ao Arquivo Público Estadual e à Biblioteca Pública do Paraná, para que se pudesse esclarecer tal dúvida.

Para compreender o contexto da formação de professores na Escola Normal pesquisada foi necessário conhecer o suporte e material escolar como: currículo, normas, prédio, quadro de professores, cadernos de ex-alunos, fotos, verificando o regime impresso no estabelecimento de ensino.

Optou-se por utilizar, também, a História Oral Temática, que segundo Bom Meihy, permite revelar aspectos úteis à informação da temática central. Entendida por esse autor, como técnica para articulação dos diálogos coletados com outros documentos, o que esta oportuniza, é “buscar a verdade de quem presenciou um acontecimento, ou pelo menos, dele teve alguma versão discutível ou contestatória” (MEIHY, 2002, p. 146). Foram realizadas cinco entrevistas: com duas ex-diretoras, uma ex-professora, uma ex-secretária e uma com ex-aluna da Escola Normal pesquisada, as quais contribuíram com o andamento do trabalho quanto ao entendimento do cotidiano do espaço escolar, e no sentido de apontar caminhos que não haviam sido até então delineados.

A entrevista é uma estratégia defendida também por Thompson, entre tantas outras sugeridas para o resgate da história. Segundo esse autor “a entrevista propiciará, também um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que de outro modo, não teriam sido localizados” (2002, p. 25). Esse fato realmente ocorreu, pois na segunda entrevista realizada, a pessoa entrevistada indicou fontes que até então não haviam aparecido. Assim, os depoimentos possibilitaram a busca dessas fontes, elucidando fatos que estavam obscuros, como por exemplo a data oficial de criação da Escola. Para o mesmo autor, a história oral é a oportunidade de fazer uma história democrática, com a participação efetiva das pessoas que a vivenciaram.

Para a realização de entrevistas foi seguida a metodologia proposta por Meyhy (2002), em que o autor aborda três etapas para sua realização, ou seja, a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista. A pré-entrevista, caracteriza-se por ser a etapa anterior à realização da entrevista, ou seja, de preparação, onde é feito o contato antecipadamente com o pesquisado (colaborador) para obter a anuência

para a realização da mesma. A segunda etapa, a da entrevista propriamente dita, que, geralmente é realizada utilizando a gravação e neste momento deve ser esclarecido ao colaborador que a mesma terá uma conferência, e que nada do que foi gravado, ou escrito será publicado sem autorização prévia do mesmo. A pós-entrevista é a etapa que segue a realização da entrevista, na qual deve-se enviar cartas de agradecimento ou dar telefonemas para que a pessoa entrevistada sintasse participante no processo. Após a gravação, as falas devem ser transcritas, para que possa, quando útil, ser publicada; porém só será eticamente legítima a publicação com permissão do colaborador, a qual é obtida com uma carta de cessão. Essa deve ser assinada por ele, após a ciência do conteúdo da entrevista, e, posteriormente registrada em cartório, o que define a legalidade do uso da entrevista (MEIHY, 2002).

Uma das maiores dificuldades encontradas para a realização deste trabalho foi exatamente a não preservação de documentos antigos. O período inicial de funcionamento da escola não tem registro, somente os relatórios anuais de notas das alunas, a partir de 1956, acrescentando-se, após 1959, um livro de registro de Circulares, Avisos e Instruções do Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura; por isso a realização das entrevistas justifica-se para efetuar o resgate deste contexto. Alguns documentos, como atos oficiais da Escola Normal, encontravam-se guardados em locais diferenciados, o que retardou o processo da pesquisa. Quanto à legislação estadual vigente no período, até 1964, nem mesmo a Secretaria de Estado da Educação a possui no seu arquivo, cujo acervo se encontra na Biblioteca da referida secretaria. O conteúdo da legislação estadual, após 1964, foi obtido nas Coletâneas da Legislação Estadual de Ensino, de 1964 a 1979, publicadas, pela FUNDEPAR (Fundação Educacional do Estado do Paraná).

Na análise dos dados, por tratar-se de pesquisa qualitativa e cuja abordagem é histórica, foi necessário confrontar aspectos da organização social, no contexto mais amplo com os aspectos históricos específicos e realizar a análise dos dados coletados à luz da concepção histórico-crítica que considera as relações dinâmicas entre educação e sociedade. Para Saviani,

trata-se de uma concepção que, como o nome indica, procura se firmar sobre uma base histórica e historicizante, (...) que compreende a realidade humana como sendo construída pelos próprios homens, a partir do processo de trabalho, quer dizer, das condições materiais ao longo do tempo (1991, p. 105).

Neste sentido, este trabalho que tem como tema: As políticas educacionais no período de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais: a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, está estruturado em duas partes, conforme segue:

A primeira parte trata do contexto social, político, econômico, cultural e educacional do Município, inserido no contexto paranaense e brasileiro no período de 1956 a 1979, cujos dados permitem identificar os fatores que contribuíram para a criação e funcionamento da Escola Normal.

A segunda parte versa sobre a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi e seu funcionamento, estabelecendo relação com as políticas de formação de professores em vigor no período e as anteriores, mas ainda vigentes, recorrendo à legislação, leis específicas do Ensino Normal, em nível nacional e estadual. Desta forma pode-se compreender como as legislações, leis específicas relativas à formação de professores, interferiram ou não no funcionamento da Escola.

3 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PERÍODO DE 1956 A 1979

A Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, objeto desta pesquisa, esteve em funcionamento no Município de São José dos Pinhais no período de 1956 a 1979, ano em que encerrou suas atividades escolares. A Escola Normal foi criada em 1954, pela Lei nº 10-54 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de 21 de janeiro de 1954, publicada no Diário Oficial nº 278 de 20 de fevereiro de 1954.

Um dos aspectos que este trabalho se propôs a investigar foi quais os fatores que contribuíram para a criação e o funcionamento da Escola Normal no Município de São José dos Pinhais no período de 1956 a 1979, e por isso foi necessário buscar o contexto do Município na época e anterior a ela para ter entendimento do modo como se conformou e funcionou a referida Escola. A análise deste trabalho foi realizada à luz da concepção histórico-crítica, a qual, de acordo com Saviani

envolve a necessidade de compreender a Educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por conseqüência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica, cujo ponto de referência, cujo compromisso seja a transformação da sociedade e não a sua manutenção, a sua perpetuação (1991, p. 95-96).

Segundo o mesmo autor (1991), na relação da Pedagogia Histórico-Crítica com a realidade escolar, dois aspectos devem ser considerados. Um deles é que o surgimento dessa concepção foi decorrente das necessidades práticas dos educadores nas suas condições reais. Num outro aspecto, a relação com a realidade escolar presente implica compreender essa realidade nas suas origens históricas.

Essa concepção pressupõe a clareza dos determinantes sociais na educação, a compreensão das contradições sociais que afetam a educação e como se

posicionar diante dessas contradições, para perceber a direção dada à questão educacional.

A concepção histórico-crítica está apoiada na concepção pedagógica de Gramsci. Por isso foi necessário abordar os fundamentos da pedagogia gramsciniana. O subsídio foi buscado nos escritos de Miguel no trabalho intitulado “O pensamento pedagógico de Gramsci” (2002, p.63-73).

A pedagogia de Gramsci propõe uma escola unitária, uma escola estreitamente vinculada às necessidades socioeconômicas que naturalmente compreendem as políticas sociais. Gramsci detectou que a escola tradicional humanista não atendia as novas necessidades exigidas pela sociedade industrial. Propõe então a escola unitária, que será:

a escola verdadeiramente democrática, capaz de fornecer os fundamentos do desenvolvimento intelectual e manual, inclusive disciplinando intelectual e moralmente os alunos, elevando-os até que possam fazer suas escolhas profissionais (MIGUEL, 2002, p. 69).

A proposta de Gramsci fundamenta-se nos aspectos econômicos da sociedade que na realidade é o industrialismo, no qual os homens ou pertencem à sociedade industrial ou estão fora dela e permanecem envolvidos por um sistema semifeudal que os mantém presos ao analfabetismo e à ignorância. A escola para Gramsci é o eixo de conexão entre a produção industrial-material e a produção cultural. A função pedagógica não é exercida somente pela escola, mas também por outras organizações que contribuem como: a família, as associações, jornais, entre outras. Gramsci define o pedagógico como sendo uma relação existente em toda sociedade entre o grupo hegemônico e o subalterno, mas o pedagógico é também o nexo que pode contribuir para a construção de uma nova sociedade na qual se

realize uma nova hegemonia. Nesse sentido, o trabalho do professor é importante na medida em que ele é capaz de transmitir as noções científicas ao aluno, as quais vão substituir as concepções mágicas do mundo. Esse pensamento de Gramsci está presente na concepção histórico-crítica de Saviani, quando este enfatiza a função da escola que é de transmitir o saber sistematizado, ou seja, o saber científico, não qualquer saber, se assim o fosse a escola não seria necessária. Ambos comungam suas idéias quando afirmam que a escola tem a função de formar para a transformação da sociedade.

Fez-se então, necessário interpretar a história regional (no caso, a do município) considerando-se as questões no contexto mais amplo e ainda, ao separar os aspectos descritos neste capítulo, não se pretendeu conceber cada um deles, como se estes acontecessem de modo isolado dos demais, nem tampouco deixar transparecer a visão linear, unidimensional, unidirecional da história que considera a estratificação dos dados com níveis diferenciados em graus de importância.

A opção por abordar os aspectos de modo separado, deu-se apenas por uma questão de disposição didática.

3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

São José dos Pinhais, no início do século, teve importante participação na atividade ervateira. As terras pertencentes ao Município que, na época, estendiam seus limites até às margens do Rio Negro, eram contempladas por regiões com presença abundante da planta nativa, a erva-mate. Segundo Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992, p. 48), a atividade ervateira teve importância significativa na economia de São José, que produzia a erva-mate cancheada, a matéria-prima dos moinhos. Anterior ao cancheamento, a erva-mate passava pelos

processos de sapeco, para cristalização da seiva pela secagem, feita nos barbaquás ou nos carijos e finalmente o cancheamento ou trituração. A erva cancheada era então encaminhada para os moinhos de beneficiamento em Curitiba e também para o maior consumidor de erva-mate paranaense, a Argentina. Dados do IBGE, segundo Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992, p. 48) apontam que a exportação anual do Município, correspondia a 5% das exportações paranaenses no ano de 1923.

A partir de 1930, com o declínio ervateiro provocado pela queda de exportação de erva-mate para a Argentina, o principal importador, mudou a fisionomia econômica do Paraná e de São José. Os mesmos autores (1992) apontam três fatores que contribuíram para o ocorrido: um deles, o fato de que a Argentina, que era o maior importador do mate neste período tornou-se auto-suficiente na produção, pois o governo argentino que havia iniciado um processo de fomento ao cultivo de erva-mate no início do século em Misiones, agora colhia os frutos desse cultivo. Outro fator foi o da tributação imposta pelo governo do Paraná sobre a exportação da erva-mate cancheada.

A crise econômica de 1929 foi apontada como outro fator que contribuiu para esse declínio, pois a queda da bolsa de Nova Iorque refletiu negativamente no mercado internacional, atingindo todos os setores produtivos, tanto os produtores como as indústrias. Os efeitos da crise mundial golpearam fortemente o sistema de poder político nacional, até então, supremacia da economia cafeeira; o café foi um dos produtos mais afetados pela economia, e conseqüentemente São Paulo, que era o maior produtor do País. Esse fato agravou os conflitos e contradições internas que culminaram com o movimento de outubro de 1930. A partir de então, houve uma

recomposição das forças políticas no poder, em nível nacional e em cada estado, poder que era detido pelas oligarquias primário-exportadoras.

Enquanto na maior parte dos outros estados, esta mudança significou maior participação e poder para suas burguesias industriais, até então mais ou menos marginalizadas pelas tradicionais oligarquias primário-exportadoras, no Paraná, deu-se o inverso, (...) ele havia feito parte do esquema nacional de poder agora derrubado (id., p. 60)

Na década de 40 (1940), São José dos Pinhais apresentava forte característica rural, pelo fator proximidade de Curitiba, pois esta à medida que se expandia, necessitava de mais produtos agrícolas para consumo, fazendo com que os agricultores de São José dos Pinhais passassem a vender sua produção na vizinha cidade, para onde iam pela manhã com suas carroças cheias, voltando à tardinha, depois de comercializar seus produtos.

Essa estrutura agrária era baseada em pequenas propriedades, com pequena produção de subsistência e algum excedente que pesava pelo grande número de unidades. Dos habitantes do Município 32.270, apenas 4.000 moravam na Cidade.

A imigração européia contribuiu para o surgimento dessa nova estrutura fundiária. São José dos Pinhais foi um Município onde se implantou maior número de colônias: a Colônia Murici, criada em 1878, localizada a 6 km da sede do Município, com 357 polacos, galicianos, silesianos e italianos do norte da Itália, instalados em 73 lotes; Inspetor Carvalho, com 165 polacos, galicianos e italianos em 34 lotes, junto à Colônia Murici; Colônia Zacarias, fundada com 132 imigrantes polacos e italianos em 28 lotes. Outras colônias: Silveira da Motta, Zaira, Accioly, Padre Paulo, Rio Abaixo, Afonso Pena, Marcelino, São Francisco Xavier (COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES,1992).

Segundo os autores, a erva-mate, se não foi a única, foi a principal razão para a implantação e consolidação dessas colônias que se adaptaram facilmente à produção, não só no Paraná como em Santa Catarina, ficando a madeira em segundo plano, apesar da imensa quantidade da araucária, o pinheiro paranaense, planta também nativa presente nas terras do Município. São José dos Pinhais beneficiou-se com a exportação da cancheada, no entanto o mesmo não aconteceu em relação à industrialização do mate. O fator determinante para que isso ocorresse foi a proximidade com Curitiba, que possuía uma população maior, infra-estrutura urbana superior e com maiores vias de transporte para os portos de Antonina e Paranaguá. Esse fator foi favorável também em relação à concentração da indústria de beneficiamento em Curitiba. Esta possuía a melhor infra-estrutura para a industrialização ao mesmo tempo em que estava próxima da produção da erva cancheada em São José dos Pinhais.

Outro avanço para o desenvolvimento de São José dos Pinhais durante a economia ervateira foi a substituição do surrão de couro pelas barricas de madeira na embalagem para a exportação. Além da redução de custos, estimulou a atividade madeireira, crescendo o número de fábricas de barricas no Município. Conforme apontam os autores citados (1992, p.47), “foi a economia ervateira que consolida São José dos Pinhais como cidade, principalmente no sentido sociológico do termo”.

Quanto à organização social são-joseense, paralela à classe dominante formada pelos capitalistas do mate, cresceu e ampliou-se uma camada de pequenos e médios capitalistas da economia ervateira: atacadistas e varejistas, representantes comerciais, transportadores, pequenos e médios industriais, principalmente em Curitiba, mas que estavam presentes nas cidades que tinham economia ervateira. Também surgiu uma classe média diversificada: médicos, advogados, magistrados,

agentes de seguro, militares, engenheiros, contadores, administradores e professores, influenciada pelo centro polarizador de Curitiba.

Os produtores de cancheada eram em número maior que o dos industriais e exportadores. Compreendiam dois grupos: os proprietários (ou arrendatários) de terra que possuíam as instalações (os barbaquás) e os que possuíam a terra, mas não as instalações. Apesar das divergências entre ambos, eram aliados contra os industriais e os exportadores do mate. A colheita ou poda da erva-mate, na maioria das vezes, era feita por mão-de-obra temporária, os camaradas, volantes ou bóias-frias, que recebiam baixa remuneração juntamente com os assalariados das canchas de engenho de soque².

Simultaneamente a essas atividades produtivas, desenvolveram-se outros sub-setores: nas atividades industriais, comerciais, construção civil e outros serviços que se dinamizaram em consequência da prosperidade ervateira.

São José dos Pinhais, por sua localização geográfica, ficou às margens do comércio de animais, por isso sua riqueza era menor que a dos outros municípios como os dos Campos Gerais, que lucraram com os campos de internada. Também a proximidade de Curitiba limitou a expansão de pequenos e médios investidores e pequena burguesia, pois muitas firmas são-joseenses, ao se expandirem, eram atraídas para a capital, pelas facilidades de transporte, comunicação, abastecimento de água, sistema viário urbano, mudando para lá suas administrações centrais.

No setor industrial de São José dos Pinhais destacou-se a Fábrica Senegaglia, fundada em 1908. A fábrica produzia artefatos de folha de flandres,

² Local onde era feita a trituração das folhas da erva-mate. É um cavalo a puxar um cone dentado, cujo vértice é preso ao centro por um esteio. O chão tem furos por onde a erva já malhada vai passando. Assim que chega à bitola ela fica depositada na parte inferior. O animal anda em círculo, ao redor do eixo central e próximo da base do cone (CARNEIRO *in* COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOL DE MAGALHÃES, 1992, p. 46).

incluindo latas para todos os fins, artigos zincados, placas estampadas e fundidas, a qual empregava mais de 100 trabalhadores. No comércio, mais restrito pela concorrência curitibana, tinha destaque a Casa Garibaldi, empório de fazendas, armarinhos, secos e molhados e adubos químicos.

Devido a atividade ervateira ser sazonal, as mesmas terras eram cultivadas intercalando com outras culturas, o que foi importante na complementação de renda de milhares de pequenos produtores que abasteciam Curitiba. Nesse sentido a proximidade do centro polarizador possibilitou uma alternativa aos pequenos produtores rurais.

No entanto, em meados da década de 1940, o mate já não desempenhava o papel dinâmico na economia paranaense. O que compensou de certa forma a estagnação da economia ervateira, após a II Guerra Mundial, foi a araucária. Apesar do Brasil, até a I Guerra ser importador de madeira, esta substituiu o pinho importado nos mercados brasileiro e platino, consolidando-se, assim, o setor madeireiro.

São José dos Pinhais, mais precisamente em 1950 “contou com a instalação de algumas serrarias no Município: as Indústrias João Bettega & Cia, S.A Sebastião Malucelli & Irmãos, Ernesto Moro & Cia. Ltda. e Fortunato Moss e Cia” (COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES, 1992, p. 62).

Quando completava o seu centenário, em 1953, o Município apresentava nitidamente o predomínio econômico no setor madeireiro. No entanto, um ano antes, 1952, São José dos Pinhais perdeu parte de sua área territorial, devido à emancipação dos distritos de Agudos do Sul e Aruatã, transformados no município de Tijucas do Sul, e com isso São José dos Pinhais perdeu economicamente, pois nessas terras, agora emancipadas, encontravam-se abundantes áreas com

pinheirais. Em consequência disso, São José dos Pinhais reduziu a superfície total de 2.380 Km² para 1.368 Km², e a população de 36.000 para o entorno de 25.000 habitantes. A sede do Município contava com cerca de 3.500 habitantes.

No setor agrícola, predominou o cultivo do milho que representou 61% da produção total das lavouras. O trigo, batata-doce e o feijão, entre outros, foram os produtos que tiveram peso significativo no valor total da produção são-joseense. O linho, cultivado em pequena escala era beneficiado pela empresa Indústria de Linho e Algodão Dalvy S.A, do Rio de Janeiro. “Na atividade extrativa vegetal, o produto mais significativo era a lenha, que representava 85%, não havendo qualquer referência à produção de mate” (id., p.63). Na produção animal, o leite representava 39%, os ovos 29% do total. A lenha, a produção do leite e de ovos abasteciam a cidade próxima, Curitiba, cujo mercado consumidor estimulava o desenvolvimento desse tipo de atividade. Segundo os mesmos autores, o setor da indústria neste período, contava com 119 estabelecimentos, e os principais ramos eram: a madeira 47,4%, alimentos 22,2%, metalurgia 12,9%, têxteis 9,5% e mobiliário 4,4%.

Em 1955, o ramo madeireiro ocupava no setor industrial 42% do valor total da produção, seguido da produção de alimentos que era de 34%.

Na década de 30, foi construída em São José dos Pinhais a Usina Chaminé, a maior usina hidrelétrica do Paraná. Era operada pela Cia. Força e Luz do Paraná para atender Curitiba, mas abastecia: Curitiba, Piraquara, Campo Largo e São José dos Pinhais. Mais tarde, havendo necessidade de expansão foi construído um novo reservatório, em Vossoroca, no Rio São João. Essa usina, bem como o Aeroporto Afonso Pena, também localizado no Município, não desempenharam papel diretamente importante na economia de São José dos Pinhais. O Aeroporto Afonso Pena foi inaugurado em 1946. Na década de 1940, houve certo impulso à expansão

da aviação civil brasileira, por um lado, devido às condições de guerra, com torpedeamento de navios nas linhas costeiras de cabotagem, o que estimulou a opção pelo transporte aéreo e por outro lado, pelos acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos, cujos recursos eram destinados à construção de bases aéreas e pistas de pouso compatíveis com os avanços tecnológicos do período. Já havia em Curitiba o Aeroporto do Bacacheri, mas em dias de chuva ficava em péssimas condições de uso, e conforme estudos técnicos, optou-se em construir o novo aeroporto de Curitiba. O local escolhido foi a região do Afonso Pena no município de São José dos Pinhais.

Os efeitos do poder polarizador de Curitiba condicionavam São José dos Pinhais a permanecer com a mesma base econômica, ou seja, a agricultura, a pecuária, e a presença de médios e pequenos estabelecimentos.

A partir da década de quarenta (1940), a economia cafeeira no Paraná voltou a se expandir. A causa de tal expansão foi, segundo Cancian, citada por Magalhães (2001, p. 49),

a diversificação do mercado de capitais de São Paulo, pois desde a crise de 1929, as atividades econômicas vinham se dedicando à indústria, tendência que se consolidaria a partir de 1945, com o advento da II Guerra Mundial e o processo de substituição das importações.

A colonização de terras do Norte Novo, pela Companhia de Terras do Paraná garantiria a possibilidade de continuar o plantio do café. O café, devido à estrutura fundiária da região foi cultivado em pequenos lotes, utilizando-se mão-de-obra familiar, o que reduziu os custos de produção. Em menos de duas décadas, todo o norte do Estado estava ocupado, a população duplicou e a participação do Paraná na economia brasileira triplicou. O café continuou a ser a maior riqueza paranaense

até meados da década de sessenta (1960), passando a dominar a vida do Estado, que naquele período viveu o drama do atendimento às demandas sociais que se multiplicavam mais depressa que sua capacidade de atendimento, devido à concentração populacional no Norte que passou a exigir do Estado investimentos na infra-estrutura e serviços.

Essa expansão afetou Curitiba, que cresceu rapidamente, por ser centro administrativo e político, reforçando sua força polarizadora. Para Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992, p.67),

de um lado isto transmitiu dinamismo aos setores produtivos de São José, voltados para esse mercado. De outro, tornou-se foco de atração para as populações de toda a sua área de influência, principalmente para aqueles que, nas zonas rurais, ficaram à margem das atividades dinâmicas por ela induzidas.

Na década de 60, o êxodo rural esteve presente afetando a maioria dos municípios do sul do Estado, inclusive São José dos Pinhais. Os mesmos autores apontam que a população em 1960 era de 28.888 habitantes, dos quais 8.231 estavam na área urbana e 20.657 na área rural. Em 1970, do total de 34.124 habitantes de São José dos Pinhais, 21.475 habitavam a área urbana e 12.649 a zona rural. Dessa forma, o Município passou a ser predominantemente urbano, mesmo sem grandes alterações econômicas, pois este parecia estar estagnado, limitado a desempenhar papéis econômicos e sociais secundários, assim como outros municípios congêneres que eram como acessórios ao processo de desenvolvimento da metrópole central.

O Brasil, nas décadas de 50 e 60 teve como característica marcante, a euforia desenvolvimentista, já iniciada por Vargas e ampliada pelo governo de Juscelino Kubistchek, que tinha pressa de impulsionar o crescimento do país, cuja meta ficou

conhecida como “50 anos em 5”. Nesse período, a indústria tomou definitivamente o lugar da agricultura como setor dinâmico da economia, pelo menos nos grandes centros urbanos, o que atraiu maiores investimentos e gerou mais empregos. No entanto, a modernização trouxe alguma consequência: a população cresceu 70% em relação às décadas de 20 a 40 e fez com que houvesse maior concentração de pessoas nas cidades.

Durante o período, ampliaram-se as condições para gerar riquezas, mas ampliaram-se também as desigualdades sociais, as diferenças de crescimento nas regiões brasileiras, o que provocou as grandes migrações entre regiões, principalmente para a região Sudeste e para a Centro-Oeste.

Além do aumento da população devido ao aumento da expectativa de vida e redução da mortalidade infantil, e da grande concentração urbana, as migrações interferiram nas relações regionais, contribuindo para as desigualdades e desequilíbrios econômicos sociais entre as regiões brasileiras.

São José dos Pinhais tentava inserir-se na política de modernização, com a implantação de indústrias. Já na década de 50, a Câmara de Vereadores propunha Lei incentivando a instalação de pequenas indústrias no Município conforme reportagem do jornal local, de 19 de julho de 1954:

A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, por unanimidade de seus Membros, aprovou há dias, um projeto de lei visando isentar de impostos as pequenas indústrias radicadas no município, com capital inferior a dez mil cruzeiros. Os poderes públicos devem também auxiliar o desenvolvimento do nosso já diminuto parque industrial; nem todas as empresas nascem grandes. Começam, em geral, com as maiores dificuldades e, no início merecem o amparo e o estímulo para que lhes seja possível prosseguir na empreitada. (...) Município pobre como o nosso, necessita amparo das novas indústrias, que virão colaborar para o desenvolvimento; achamos que deveria ter uma lei isentando de todos os impostos e taxas municipais, pelo menos por cinco anos, a todas as indústrias que pretendessem aqui se localizar. (...) Encaminhado o dito projeto ao Executivo, foi pelo Prefeito Municipal vetado, sob a alegação de que o Município não está em condições de conceder isenção de impostos, e que precisa arrecadar para atender seus compromissos. (Jornal: Correio de São José, Segunda-feira, 19 de julho de 1954)

No entanto, até a década de 70, São José dos Pinhais continuou a sofrer estagnação econômica, social, cultural e política, por isso estava fadado a ter papel secundário na economia. Ao final da década de 70, como consequência da política econômica da industrialização em substituição às importações, São José dos Pinhais passou a fazer parte da grande conurbação que se formava ao redor de Curitiba. A política do governo central era a implantação de indústrias no país, e para isso foi necessário criar mecanismos de apoio e incentivo, atrair capitais estrangeiros e subsidiar fortemente o investimento industrial nos setores considerados prioritários.

O planejamento econômico do regime autoritário produziu modernização e crescimento. Ao final da década de 60 o chamado milagre econômico aconteceu e nunca o país cresceu tanto, graças à articulação do governo em favor das empresas estatais, nacionais, multinacionais, as quais receberam generosos subsídios e incentivos fiscais com o protecionismo tarifário e contenção salarial. Porém, o custo social, político e cultural da modernização e do crescimento foi muito alto. Embora o nível de emprego crescesse, a inflação declinasse, a soma das riquezas aumentasse, as desigualdades sociais e os níveis de pobreza cresciam proporcionalmente ainda mais. Houve concentração de renda nas mãos dos grupos mais ricos da sociedade em detrimento do aumento do número de favelas, menores abandonados vivendo nas ruas e milhões de pessoas que passaram a viver abaixo da linha da pobreza.

Os investimentos realizados na malha rodoviária, ligações pavimentadas, reduzindo o custo do transporte de mercadorias, possibilitaram a integração da economia beneficiando de imediato o parque industrial do Centro-Sul, cuja escala de produção era bem maior que os setores industriais locais.

A passagem da BR 116 a leste de Curitiba e a posterior pavimentação da BR 376 de Curitiba a Joinville e a BR 277, ligação com o Porto de Paranaguá, colocaram São José dos Pinhais em situação privilegiada em relação a um dos vários entroncamentos importantes do país. Agora São José dos Pinhais fazia parte da conurbação³ de Curitiba, tinha possibilidade de ser chamariz para a implantação de indústrias, e o Aeroporto Afonso Pena passou a ter nova configuração na economia do Município. A implementação dos negócios pela facilidade de acesso a outros centros e escoamento da produção concorreu de modo positivo para a instalação de indústrias no Município.

No final da década de 70, início dos anos 80, confirmou-se a inserção de São José dos Pinhais na economia do Paraná, o que se evidenciou no aumento da população, entre 1970 e 1980, conforme dados do IBGE apontados por Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992): a população passou de 34.124 para 70.637 habitantes, um crescimento de 107%, em sua quase totalidade na área urbana, que passou de 21.475 para 56.804. Na área rural a população permaneceu quase estável.

Este fato não foi peculiar a São José dos Pinhais, ele ocorreu ao redor das grandes cidades brasileiras. O aumento da população nas cidades fez parte de um contexto maior que se iniciou por volta de 1950, no Brasil, resultado da expansão da urbanização que ocasionou a melhoria dos padrões sanitários e ampliação de serviços públicos em geral.

³ Uma cidade cresce de forma vertical, através da construção de edifícios ou às vezes galerias e instalações subterrâneas, e de forma horizontal, através da ocupação de novos espaços, da constante expansão de suas periferias. O crescimento horizontal de uma cidade com frequência ocasiona uma conurbação com outra ou outras cidades. Trata-se do encontro entre duas ou mais cidades, normalmente uma maior (metrópole) e outras menores. Na prática elas ficam unidas, conurbadas, embora pela origem e administração elas constituam cidades diferentes (VISENTINI, 1992, p. 176).

Em São José dos Pinhais, as causas dessa acelerada expansão demográfica foram, a acentuada migração rural-urbana, quando a agricultura passou a ser fortemente mecanizada e capitalizada na produção de soja e milho, em substituição à cultura cafeeira, no norte do Estado, mas também a conurbação em torno de Curitiba da qual São José dos Pinhais participou ao longo dos anos 70.

O processo da migração rural-urbana encontra explicação em Marx (2002, p. 882), quando afirma que "... a aplicação da maquinaria em grande escala é impossível sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente conversão de seus meios de produção em capital".

As grandes alterações no campo com a mecanização e novos métodos de cultivo reduzem a necessidade de mão-de-obra local; então a maioria da população procura novas oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos. A valorização do solo urbano em Curitiba, devido a sua acelerada industrialização, fez com que não apenas indústrias, mas também uma parcela de sua população se deslocasse para a periferia, alargada e ampliada pelas novas malhas viárias. Este episódio causou a expansão populacional em São José dos Pinhais.

Na década de 70, quando foi criada a Região Metropolitana de Curitiba, pela Lei Complementar nº 14 de 1973, São José dos Pinhais foi nela inserido juntamente com outros 23 municípios vizinhos de Curitiba. Este dispositivo legal definiu "as regiões metropolitanas como áreas administrativas formadas pelos maiores municípios do país e os municípios a eles conurbados" (ARAÚJO e MAGNOLI, 1996, p. 199).

A Capital do Estado e mais 24 municípios empregam mais de 1 milhão de trabalhadores, sendo que 60% da sua população reside em Curitiba, a Região Metropolitana de Curitiba - RMC apresenta uma taxa de crescimento demográfico anual de aproximadamente 3%, impulsionado principalmente pelos investimentos industriais e pelo crescimento rápido nos

últimos anos de cidades como Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais, Campo Largo e Quatro Barras. (CIC– Curitiba, 2004)

A partir de então, São José dos Pinhais passou a assumir o papel de ‘cidade dormitório’, ou seja, a maioria de sua população exercia as atividades produtivas na vizinha cidade de Curitiba, que em 1973, criou a Cidade Industrial de Curitiba, onde concentrou seu parque industrial, após o que apenas algumas indústrias permaneceram em locais centrais da cidade. Ao lado de cidade dormitório, São José dos Pinhais, simultaneamente, assumiu papel de uma das principais cidades industriais da conurbação centralizada em Curitiba. O prefeito João Ferreira relata: “os últimos cinco anos foram decisivos para o fortalecimento da implantação de indústrias no município, que passou a ter uma expressiva participação no Parque Industrial do Estado.” (Revista São José dos Pinhais– Gestão 1982-1988)

Dentre os fatores apontados para a consolidação do setor secundário no Município, podem ser citados os que maior influência exerceram: a política de concessão de incentivos, a privilegiada situação geográfica do Município em relação ao pólo industrial do Estado, a proximidade da Capital, sendo São José dos Pinhais a mais próxima das cidades da Região Metropolitana, a localização geográfica, estratégica em relação à malha viária nacional, local e estadual, assim como a facilidade de acesso ao Porto de Paranaguá, pela BR 277.

Porém, o processo de industrialização em São José dos Pinhais não causou o desaparecimento de outras atividades, algumas tradicionais, principalmente na agricultura e pecuária; o Município continuou se beneficiando com o atendimento da demanda do mercado da Capital. Destacam-se os hortifrutigranjeiros e na pecuária a produção leiteira, com processamento através da Cooperativa de Laticínios sediada na Cidade. Ao longo do tempo essas atividades continuaram convivendo

perfeitamente com as desenvolvidas numa região tipicamente industrial, integrando-se ao setor comercial de diversos núcleos urbanos.

3.2 ASPECTOS POLÍTICOS

A primeira eleição para prefeito em São José dos Pinhais ocorreu em 1900, pois na época do Império os municípios eram representados politicamente apenas pelos vereadores.

No setor político-administrativo até 1930, São José dos Pinhais apresentou um quadro que não possibilitou uma administração com ações sistemáticas, o que influenciou sobremaneira numa desconexão entre governantes e governados, isto porque até 1920, de acordo com Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992, p.170).

São José dos Pinhais teve apenas dois prefeitos, o Cel. Luiz Vitorino Ordine (1900-1904 e 1904-1908) e o Cap. Francisco de Paula Killian (1908-1912, 1912-1916 e 1916-1920), (...) os políticos neste período, mais do que em qualquer outro período, não eram subordinados ou avaliados pelo voto, ou seja, o voto não era critério absoluto de legitimação, tratava-se de duas lideranças políticas adversárias, os chamados chefes políticos locais.

Os três mandatos consecutivos do Prefeito Francisco Killian contribuíram para dar os primeiros passos na tentativa de garantir um mínimo de urbanidade a São José dos Pinhais. Os mesmos autores informam as obras realizadas em seu governo:

os primeiros nivelamentos de suas ruas, colocação de meio-fio e calçamento de passeios, a comunicação por telefone com Curitiba, a iluminação elétrica, instalação de uma casa bancária, a construção da praça 8 de Janeiro e do coreto (COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES, 1992, p.170).

Este fato contribuiu para a implantação de infra-estrutura, embora lenta, pois não houve solução de continuidade como ocorreu anteriormente à primeira eleição,

em que os prefeitos nomeados permaneceram por pouco tempo no cargo. Os prefeitos anteriores Francisco de Paula Kilian, Manoel Alves Massaneiro e Norberto Alves de Brito, que administraram o Município até 1900, permaneceram no cargo, respectivamente um mês, o primeiro e dois meses, o segundo.

As obras realizadas possibilitaram a instalação de novos serviços, casas de comércio e também instalação e ampliação da rede escolar no Município.

A partir de 1930, com o movimento revolucionário sob a presidência de Getúlio Vargas, estabeleceu-se no País, um regime autoritário que optou por uma franca intervenção do Estado em favor da modernização econômica. Dissolvido o Congresso Nacional e o Legislativo Estadual, atendendo sua política centralizadora, Vargas nomeou interventores em todos os Estados, homens de sua confiança, mas que possuíam certo respaldo das elites locais.

O Paraná teve como interventor Manoel Ribas que governou o Estado de 1932 a 1945 com uma política de conformidade com o governo federal, cujas prioridades eram:

financiar a abertura de estradas para o escoamento da produção, visando a ligação da Capital e os portos do mar aos principais centros produtores, aspiração antiga dos empresários paranaenses, uma vez que tal medida importava na arrecadação de impostos para o Paraná e não para São Paulo (quando o escoamento era feito pelo Porto de Santos). Por parte do governo federal, tal integração atendia à prioridade de incorporar o interior, os chamados “sertões”, ao processo produtivo nacional pela expansão das fronteiras agrícolas. O aumento do número de escolas, peça importante da Campanha de Nacionalização, iniciada em 1936 pelo governo federal, com o intuito de integrar, por meio do aprendizado do idioma e dos valores nacionais, os imigrantes. Continuidade aos trabalhos de colonização- incorporando a região Norte, Oeste e Sudoeste, com distribuição de pequenos lotes (MAGALHÃES, 2001, p.48-49).

No ano de 1945, conforme Fausto (1995), surgiram os três principais partidos que iriam existir no período de 1945 a 1964. A antiga oposição liberal adversária do Estado Novo formou em abril, a União Democrática Nacional (UDN). A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos

interventores nos Estados, surgiu em julho de 1945 o Partido Social Democrático (PSD) e em setembro de 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração também de Getúlio Vargas, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical. O objetivo era o de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.

A UDN lançou a candidatura de Eduardo Gomes, o PSD, a candidatura de Dutra, Ministro da Guerra, que venceu a eleição, e o PTB aparecia sem grandes nomes e aparentemente sem candidato presidencial.

Após 1945, com a volta à normalidade democrática no país, o ambiente tornara-se propício para administrar tanto o Município (com infra-estrutura) como os cidadãos (educação, saúde, segurança, etc). No entanto, nesse período o centro das atenções na economia paranaense estava voltada para o Norte do Estado, devido ao fortalecimento da produção cafeeira. São José dos Pinhais, nessa época não tinha a menor condição de auto-sustentação pela incipiente arrecadação. Isso parece evidente, nas palavras de protesto do vereador Silvio Pinto Ribeiro, que manifestou sua tristeza pela notícia veiculada na Gazeta do Povo do dia 10 de agosto de 1948, conforme relata a Ata da 2ª reunião ordinária de 1948, da Câmara Municipal de São José dos Pinhais:

... o plano de obras do Estado, em que, se vêem contemplados uma série enorme de municípios do Estado, e em que, não se incluiu para o município de São José dos Pinhais, incontestavelmente um dos mais importantes do Paraná, e isto, apesar de há tempo vir-se pleiteando para o município a construção de um novo Grupo Escolar e de um edifício para o Fórum, haja visto os reiterados ofícios enviados às autoridades competentes pelo ex-juiz desta Comarca, Dr. James Portugal Macedo, e a representação feita por ocasião da conferência dos Prefeitos em Curitiba. Não compreendia a razão porque se fizeram ouvidos poucos a esses justos apelos, quando é certo que o atual Grupo Escolar, acanhado e pequeno já não mais serve para uma cidade onde possuímos um ginásio. Não compreendia também a falta de um edifício para o Fórum numa Comarca em que grandemente movimentado é o serviço forense. Representante do povo, não podia deixar passar em seu protesto esse menosprezo ao nosso município (ATA da 2ª Reunião Ordinária da C.M.S.J.P de 11/08/1948)

Em 1947, no Paraná, o primeiro governador eleito, após a ditadura de Getúlio Vargas, foi Moysés Lupion. Ele valeu-se em sua campanha da imagem de Manoel Ribas, governador e interventor durante o Estado Novo. “Sua ênfase na modernização do Estado, na política de distribuição de terras e abertura de estradas conferiu-lhe força para levar a vitória a seu herdeiro político” (MAGALHÃES, 2001, p. 55). Na verdade, Vargas, como condutor desse processo, levou Eurico Gaspar Dutra à presidência e influenciou nas eleições estaduais. O Partido Social Democrático (PSD), idealizado por Vargas no período do Estado Novo, venceu as eleições em 12 dos 21 estados, com exceção de Minas Gerais e Distrito Federal, onde venceu o partido da União Democrática Nacional (UDN) e São Paulo onde venceu o Partido Social Progressista (PSP).

No Paraná a votação de Moysés Lupion (PSD) foi de 59% contra 29% do segundo colocado Bento Munhoz da Rocha Neto (UDN). Em São José dos Pinhais, de acordo com Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992) Lupion obteve 48,1% dos votos contra 46,9% do candidato Bento Munhoz. A população elegeu para Prefeito nesse mesmo ano (1947) o Sr. Ernesto Moro Redeschi, pelo PSD, que em 1948, assumiu a Prefeitura de São José dos Pinhais. Os vereadores, em São José, eram a maioria do partido UDN (União Democrática Nacional) que fazia oposição severa ao PSD. Os dois maiores partidos políticos naquele momento, eram o PSD e a UDN, pois o PTB se fortaleceu mais tarde.

Mesmo estando a Prefeitura de São José dos Pinhais sob o comando de um prefeito que mantinha boas relações políticas com o governo do Estado, pois ambos eram do mesmo partido, persistia a situação de abandono do Município, conforme exposição do vereador Dr. Dario Marchesini, da UDN, na 13ª sessão da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, do dia 18 de maio de 1949, em apreciação a

um acordo a ser firmado entre o Governo do Estado e Prefeitura Municipal em relação ao plano de ampliação da rede de ensino primário rural:

... em que pese a competência de seus elaboradores, tenho para mim que o acordo não deve ser aceito. E digo por que. Por tal acordo, compromete-se o Estado a conceder ao Município, no ano em curso, “um auxílio” em dinheiro, para pagamento de certo número de professores a serem nomeados pelo Município, dando, outrossim, às escolas então criadas, assistência efetiva e permanente, material e técnica, tudo sob a condição de ficar na dependência do assentimento da Secretaria de Educação e Cultura “quaisquer alterações no plano de nomeação e localização de escolas”. À primeira vista, aos menos avisados, pode parecer de grande vantagem a proposta, pois outra coisa não caberia ao município senão criar as escolas e nomear os professores, sem ônus algum. Mas é força convir que o acordo não garante ao Município para os anos futuros, a continuidade dessa situação, ademais é de estranhar que interfira o Estado em tudo quanto diz respeito à manutenção e orientação técnica e até mesmo nas alterações referentes a localização de escolas e nomeação de professores – o que fere a autonomia do município. (...) quer o Estado aparecer como se estivesse prestando um auxílio ao município, e aí está o primeiro engano. O ensino primário deve ser ministrado e desenvolvido pelo Estado, competindo ao Município, apenas cooperar na organização e manutenção do serviço escolar (art.113 e 115 da Const. Estadual) (Ata da Câmara M.S.J.P.de 18/05/49)

Nesse período, pode-se afirmar, lendo os jornais da época, inclusive os de datas posteriores a 1950, que o povo reivindicava melhorias urbanas e conserto de pontes e manutenção de estradas, principalmente no interior do Município, nas localidades mais distantes, além da organização do trânsito no centro da Cidade; enfim era solicitado um código municipal, conforme constata-se pela matéria a seguir:

Um pobre diabo, com sacrifício enorme faz a sua residência, e por que tem um pouco mais de bom gosto, capricho e deseja apresentar algo de bonito para os vizinhos, resolve organizar uma horta, um jardim, e plantar verduras, para economizar em seu orçamento, ou enfeitar com algumas flores. Ignora esse pobre diabo que naquela terra isso é proibido, que o seu desejo de colaborar é a coisa mais mal recebida que pode haver, e que a própria Prefeitura desse lugar coopera fortemente na destruição de tal iniciativa. As vacas, os cavalos, cabritos, etc. se encarregam de invadir quintais, forçando cercas, portões até conseguirem seu intento destrutivo. Aquela cidade precisa ter um código de posturas para ser cumprido e não apenas um orçamento de receita para ser arrecadado. (Jornal Correio de São José, 10/01/1955)

Após assumir a Prefeitura, em 1948, o Sr. Ernesto Moro, no intuito de atender às prioridades do Município, dada as condições precárias em que se encontravam as estradas, no ano de 1950 “adquiriu a primeira máquina niveladora para a

Prefeitura, a qual dispunha de apenas um caminhão velho”. (Depoimento de Dinacyr Moro Zétola)

As obras foram realizadas na medida do possível, pois o núcleo dinâmico da economia paranaense estava centrado no Norte. São José dos Pinhais continuava à margem do plano de obras do governo do Estado.

O que mudou este panorama foi o fato de São José dos Pinhais, nas eleições para a Assembléia Legislativa de 1951, ter conseguido eleger dois representantes do Município: o Sr. Ernesto Moro, que deixou a Prefeitura para assumir a cadeira na Assembléia em 1952 pelo PSD e o Dr. Dario Marchesini, que era presidente da Câmara Municipal e foi eleito pela UDN.

Sem dúvida, essa representação política, foi responsável pelo processo inicial de implantação de uma infra-estrutura básica no Município.

Ernesto Moro permaneceu como Deputado Estadual até 1972. Esse fato favoreceu sobremaneira a realização de algumas obras importantes, há tempos reclamadas pela população como é o caso do Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, pois na assistência à saúde o Município se assemelhava aos demais municípios do Paraná, a situação era precária, em caso extremo era preciso ir a Curitiba, para ser atendido no serviço hospitalar e as condições das estradas eram deficitárias. A população fazia uso da auto-medicação com ervas medicinais, a quem restava “os cuidados da caridade privada e seus conhecimentos/saberes próprios, tais como os curandeiros e benzedeiros, as parteiras e os práticos em farmácia”. (COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES, 1992, p.171). Estes agentes tiveram papel relevante para a população, tendo em vista que a comunidade teria um Hospital somente em 1955.

O Hospital e Maternidade de São José, já é quase uma realidade, e isso devemos graças aos esforços ingentes da atual Diretoria, que não poupando esforços nem sacrifícios, tudo está fazendo para atingir o seu nobre objetivo: a inauguração do Hospital ainda para este ano. (...) No entanto, falando de Hospital em nossa terra, não podemos deixar de mencionar também, o nome de Ernesto Moro, ilustre representante de nossa terra; porque, si não fosse a generosidade magnânime deste parlamentar doando um terreno para a construção do Hospital, terreno este avaliado para mais de Cr\$ 500.000,00, bem maiores seriam as dificuldades e os obstáculos a enfrentar (Jornal: Correio de São José, segunda-feira, 5 de julho de 1954)

A preocupação do povo em relação à saúde ficou evidente, conforme expõem matérias veiculadas no jornal local enfatizando a necessidade da implantação do serviço de água e esgoto no Município, tema rotineiro na imprensa local e nas rodinhas de conversa. Durante o ano de 1954, desde o mês de maio até setembro, este foi o assunto mais comentado pela imprensa local:

Encontra-se em andamento no plenário da Câmara Municipal um projeto de lei a respeito do palpitante assunto da instalação dos serviços de água e esgoto na cidade.(...) A instalação da rede de água e esgoto na cidade é de suma importância para a saúde da coletividade, e não podemos fugir da ameaça que paira sobre a população com abertura de fossas e poços, em todos os cantos, em virtude do considerável aumento de construções que verificamos ultimamente (Correio de São José, segunda-feira, 24 de maio de 1954)

Porém, o Município permanecia carente da atenção do governo estadual em relação às obras de infra-estrutura necessárias, as quais dependiam de recursos estaduais, como foi o caso da água e esgoto, que era uma reivindicação do Município desde 1954 e que em agosto de 1957 ainda não tinha sido resolvido, conforme divulgaram os jornais: *A Voz de São José* e *O Social Democrático*.

Foi incluído no plano de ampliação da rede de água e esgotos de Curitiba, o tradicional problema da água e esgoto de São José dos Pinhais. (...) os estudos referentes a essa magna questão serão concluídos no máximo de três meses (...) concretizando assim, os maiores anseios do povo de nossa cidade” (Jornal A Voz de São José, 30 de junho de 1956).

E continua a questão no importante discurso do vereador Narciso Mendes:

Foi com satisfação que li, nos jornais de São José dos Pinhais, a respeito que o Senhor Prefeito Municipal deu ao meu pedido de informações sobre o palpitante assunto de todas as rodas de São José, bem como o prato predileto de todos os jornais de nossa terra, que é o da “ÁGUA E ESGOTO” (grifo do autor) (...) Diz o Sr. Prefeito que nós o queremos incompatibilizar com a opinião pública (...). O povo de São José está assistindo a sua administração: ruas cheias de buracos, estradas intransitáveis, nomeações de parentes... (Jornal O Social Democrático, 28 de agosto de 1957).

O Paraná, como estado integrante da federação, sempre esteve subordinado ao modelo político do governo central. Esse momento foi, segundo Magalhães (2001, p. 64) “a experiência de prosperidade aliada à democracia e ampliação da participação popular”. São José dos Pinhais reclamava essa participação, como pode ser constatado no discurso acima.

Junto a essa onda de prosperidade, no Paraná era vital a questão agrária e o reclamo por parte dos políticos, intelectuais e trabalhadores pela posse da terra e condições de produção e comercialização. Segundo Magalhães (2001, p. 65), “entrou em cena, ‘a democracia competitiva’ com seus respectivos partidos políticos de massa aspirando à representação social e se fortalece, pelo menos até o golpe de 1964.”

Aspirando a essa conquista, os partidos políticos assemelharam seus discursos e apostaram na propaganda, valendo-se do marketing político.

O desenvolvimento, a organização partidária, o advento do marketing político e o envolvimento das esquerdas com a questão agrária configuram o cenário que marcará o surgimento de um dos líderes mais populares que o Estado conheceu: Ney Braga (id., p. 66).

Ney Braga, quando jovem ingressou no Exército, mas logo o abandonou para seguir carreira política. No governo de Bento Munhoz (1952 a 1954) foi Chefe de Polícia e em 1954 foi prefeito de Curitiba. Em 1958 foi deputado federal e em 1960 apresentou-se como candidato a governador, com o apoio da Igreja Católica. Pertencia a um partido de pouca expressão, o Partido Democrata Cristão (PDC),

mas valendo-se de marketing político, associado ao nome de Jânio Quadros para a presidência, estratégia que deu certo, conseguiu eleger-se governador.

Assumiu o governo do Paraná em 1961 e enfrentou graves problemas financeiros, pois o segundo governo de Lupion, deixara o Banco do Estado do Paraná numa situação de quase falência. Além disso, Lupion interrompeu a expansão dos serviços públicos, havendo carência de estradas, energia elétrica e equipamentos urbanos nas cidades cada vez mais populosas. Para suprir essas deficiências como captador de recursos, Ney Braga e sua equipe criaram o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

O prestígio de Ney Braga repercutiu em nível nacional, sendo seu nome cogitado para presidente da República. Teve aceita a indicação do nome de Amaury Silva, do PTB, para o Ministério do Trabalho e ainda, em 1962, conquistou 9 cadeiras na Câmara Federal e 17 na Assembléia Legislativa. Apoiou o golpe de 64, acreditando ser viável a realização de eleições diretas para o Executivo, lutou para que seu mandato fosse prorrogado, mas em 1965, elegeu-se Paulo Pimentel, que fora Secretário da Agricultura no seu governo, de 1961 a 1965.

Pimentel fez uso também do marketing político utilizando slogans como “Para o Paraná não parar”, associando seu nome ao de Ney.

Ao assumir o governo manteve duplo diálogo com o poder central, incorporando posições do regime e, ao mesmo tempo, preservou o estilo popular para com o eleitorado.

Várias foram as preocupações dos governos de Ney Braga e Paulo Pimentel, agora com a administração fundamentada na competência administrativa, modelo do governo central e internacional. A política de ambos era contrária ao que havia sido desenvolvido pelos predecessores Bento Munhoz e Lupion, que viam o imigrante,

principalmente do sul do país, como elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná. Essa política foi condenada por Ney Braga e Pimentel devido às irregularidades deixadas quanto à posse das terras, que resultou numa rebelião de posseiros necessitando intervenção do exército. Uma característica marcante em relação aos governos anteriores a Ney Braga e Pimentel diz respeito à industrialização, em conformidade com a política de Juscelino Kubistchek. Era preciso racionalizar a máquina administrativa e dotá-la de eficiência capaz de atender às novas exigências que se apresentavam.

Os recursos do Estado deveriam ser destinados ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica, construção de rodovias e de empreendimentos de incentivo à industrialização pelo governo paranaense.

Para o processo de modernização do Estado via industrialização, era necessário assegurar a produção energética pelos seus próprios sistemas. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em 1970, produzia 467.000 KW com a inclusão da Usina Mourão I, Salto Grande, Julio de Mesquita Filho e a Central Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira. O governo passou a investir na política de eletrificação rural. No setor rodoviário, foi fundamental a Rodovia do Café, entre Paranaguá e Paranaíba, pois segundo o governador, representava a via básica da economia paranaense. A maioria da produção do Paraná era escoada pelo Porto de Santos, o que prejudicava a arrecadação do Estado.

O fenômeno da industrialização no Paraná alterou em parte a imagem do Estado, não era mais uma região meramente agrícola, mas industrial, de serviços, de lazer tipicamente urbano, nos cinemas, teatros e hábitos de consumo diversificados.

São José dos Pinhais, como conseqüência dessa política, foi beneficiado com a ampliação da rede elétrica para as localidades que não a possuíam, e pela construção da BR 277 que liga Curitiba a Paranaguá. Isso possibilitou que indústrias viessem se instalar no Município, que pode então, inserir-se no processo industrial antes concentrado em Curitiba.

3.3 ASPECTOS CULTURAIS

Ao abordar os aspectos culturais de São José dos Pinhais é preciso explicitar a concepção de cultura, tida aqui, como algo que se constrói nas relações de sociabilidade dos grupos, que acontecem no cotidiano das pessoas, não apenas pelo nível de instrução da população, a qual estabelece grau de valoração à cultura erudita em detrimento da cultura popular. Segundo Trindade e Andrezza

Não é, todavia, somente o nível da instrução da população que denota a existência de uma cultura urbana – em oposição à que é específica de uma sociedade camponesa - mas, igualmente a existência de atividades de lazer inerentes ao exercício das sociabilidades (2001, p. 10-11)

São José dos Pinhais foi constituído por pessoas de várias origens que estiveram no Município, umas somente de passagem, em busca do ouro, dos caminhos para o interior, outras em busca de terras para cultivo e extração dos recursos naturais.

Ao final do século XIX, no entanto, instalaram-se em São José os imigrantes. Assim como outros municípios brasileiros, São José participou do processo de imigração que partiu da Europa para as Américas. Esse movimento resultou da iniciativa privada, da política imperial e dos governos provinciais, cujo objetivo era atrair trabalhadores que incrementassem a produção e garantissem a integridade

nacional pela ocupação do território. Essa também foi uma estratégia da Europa que se encontrava naquele momento, com excedentes de braços no mercado de trabalho, e com muita gente enfrentando a fome em função das guerras.

Em São José dos Pinhais, chegaram primeiramente os poloneses e italianos.

Os poloneses instalaram-se na Colônia Murici, onde iniciaram o cultivo de bens alimentares e fizeram nesta região seu local de moradia. Esses tiveram dificuldades de ordem geográfica, devido a inexistência de estradas da Sede até a Colônia, também as promessas não cumpridas pelo governo, e a falta de escola e igreja, além da falta de ajuda do país de origem.

Eram comuns os conflitos internos entre poloneses, pois tinham procedência de várias regiões da Polônia, por isso diferenças de culturas.

Estes conflitos, segundo Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992), foram amenizados com a construção da Igreja na Colônia. (1881-1884) e com a chegada do Padre Karol Dkoraczek, em 1900. Este pároco dedicou-se integralmente a esse grupo social. Tornou-se líder da comunidade, foi médico, professor, com aulas ministradas em polonês. Ele contribuiu para o fortalecimento da religiosidade e conseqüentemente para a coesão interna da colônia. Em 1927 foi fundada, por influência do Padre Karol, uma cooperativa agrícola, o que possibilitou maior interação com a cidade.

Durante o Estado Novo, quando foi implantada a Campanha de Nacionalização da Escola por meio do uso exclusivo do idioma e costumes portugueses, do aprendizado de História do Brasil, os poloneses, ao invés de reagirem contra as medidas legais, retraíram-se, isolando-se em suas colônias, o que para os autores acima citados reforçou a discriminação que estes sofriam pelos

brasileiros, por exercerem trabalho manual, o qual era associado ao trabalho escravo (COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES, 1992).

Com o passar do tempo, com as gerações mais jovens, esse isolamento foi rompido e os laços afetivos com os valores de seus ancestrais foram se perdendo. A partir de 1953, com a criação da Cooperativa de Laticínios Centenário, integraram-se à sociedade de São José dos Pinhais, quando passaram a dirigir seus interesses pela lógica do mercado e da vida moderna. Ainda hoje, na Colônia Murici a língua falada em casa é o polonês e na escola esta também é ensinada, embora não faça parte do currículo, e seja opcional aos alunos. A religiosidade é acentuada na Colônia em que as pessoas participam dos eventos da igreja (procissões, festas religiosas e outras) com dedicação e entusiasmo.

A escola tem em sua filosofia inseridos os valores cristãos que são trabalhados nas aulas de ensino religioso, conforme pode ser constatado no depoimento da Diretora da Escola de 1º a 4º série da Colônia Murici, Irmã Inês Bacelar.

Nós fazemos reuniões mensais, pois nos preocupamos com o projeto político-pedagógico da escola. O professor se prepara com discussões e troca de experiência. Definimos o tema do mês e como será abordado o tema relacionado com a religião. Sendo assim, todos vão falar a mesma linguagem e todos vão abordar a questão religiosa. Os professores fazem o concurso público do município e a partir do momento em que entram aqui, entram no contexto. Aos poucos, vão se entrosando. A maioria é da Colônia, já estudou nesta escola e conhece a realidade local, por isso o trabalho se torna mais fácil. (Nossas Raízes: Memória da Colonização São-joseense: Colônia Murici, 2000).

Em relação aos imigrantes italianos, estes integraram-se de modo mais fácil do que os poloneses à Cidade. Talvez pelo fato de que, conforme afirma Rago (1985) citado em Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992), os italianos desde o início do século tiveram maior grau de mobilidade regional. “Eram artistas, intelectuais ou profissionais liberais, perseguidos por regimes autoritários,

trabalhadores anarquistas e socialistas, trabalhadores rurais e homens de negócios que deixavam seu país em virtude da instabilidade socioeconômica”. (1992, p. 97).

Os italianos e seus descendentes no Brasil exerceram funções diversificadas, muitos deles deslocaram-se ao interior de São Paulo para a lavoura cafeeira. No Rio, estiveram os artistas e intelectuais para exercerem atividades de arquiteto, escultor, pintor. No sul e sudeste, estabeleceram-se nas colônias agrícolas, distribuídos em pequenos lotes. Alguns imigrantes se inscreviam como tal, favorecidos pela legislação, e, depois de instalados, remigravam para as cidades para exercerem suas verdadeiras profissões: alfaiate, farmacêutico, ferreiro, comerciante. Isso ocorreu no Paraná e em São José dos Pinhais. Segundo Ferracini, citado por Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992), as primeiras levadas de italianos, fruto da política oficial chegaram em 1870, para serem empregados na construção de estradas na província e na agricultura. Alguns eram assentados no litoral na Colônia Alexandra, em Paranaguá, mas remigravam para o planalto devido aos fatores climáticos e facilidade de êxito nos negócios.

A integração ocorreu também na esfera política. Na década de 40, iniciaram carreira pública, como líderes importantes do Estado, membros das famílias Marchesini, Redeschi, Zétola, Espíndola e Tozzo.

Além dos grupos poloneses e italianos, outros imigrantes instalaram-se, no Município: ucranianos, russos, portugueses e alemães.

Os imigrantes pioneiros ou remigrantes, contribuíram decisivamente para o adensamento da população e da urbanização do Município. Empenhavam-se em progredir e ascender socialmente, dedicando-se com afinco ao trabalho. Os casamentos com membros da sociedade receptora, o ‘abrasileiramento’ do nome ou

a própria afirmação da cultura original enunciam a necessidade de auto-afirmação como cidadãos livres.

Por vários anos, a mais importante opção de trabalho em São José dos Pinhais foi a Fábrica Senegaglia, do imigrante italiano João Senegaglia, que chegou ao Brasil em 1899. Esse empreendimento é o símbolo da industrialização no Município.

Em relação à educação, a contribuição dos imigrantes deu-se pelo adensamento populacional por eles provocada e suas conseqüências: foi necessário expandir o número de escolas. Além disso, os imigrantes davam importância e valorizavam a escola como sendo necessária, os pais queriam estudos para os seus filhos.

A escola foi um local de sociabilidade que possibilitou o intercâmbio de culturas entre crianças imigrantes e brasileiras.

Até a década de 50, São José dos Pinhais foi um Município que permaneceu com características de vila, em todos os aspectos. Houve lentidão no seu desenvolvimento, marcado pelo isolamento cultural e político. Isso foi rompido somente na década de 70 quando foram criadas condições necessárias para que São José dos Pinhais pudesse inserir-se no contexto industrial, que tinha o processo concentrado em Curitiba.

A Igreja influenciou fortemente a cultura são-joseense que, como outros municípios, erigiu-se em torno de uma Capela, a de Bom Jesus dos Perdões. Os padres da Sociedade do Verbo Divino, no início do século XX deram novo impulso à Paróquia que se estendia até a divisa com Santa Catarina. As pessoas que moravam em São José dos Pinhais tinham valores voltados à moral católica e bons

costumes, em conseqüência da forte influência da Igreja que doutrinava para a moralização.

Uma personalidade da Igreja que merece destaque na cultura de São José dos Pinhais é o Padre Pedro Fuss, que aqui chegou em 1956. Homem culto, perfil severo e conservador. Em 1962, criou nova escola paroquial, a Casa Escolar Padre Arnaldo Jansen, além da Sede das Associações Católicas. Essa continha um auditório, o único da cidade, o qual fazia às vezes de teatro.

O povo era extremamente católico, por isso era dada natural importância às festas religiosas. Além da festa do Divino Espírito Santo e da Festa de São João, a Festa da Cachoeira era atração para a população de todas as idades. Essa festa realizava-se em dois dias: no domingo de Páscoa e na segunda-feira. A segunda-feira era guardada como dia santificado para não atrapalhar a Festa de Nossa Senhora dos Milagres.

As bandas de música, no início do século XX, se apresentavam no coreto aos domingos à tarde (Bandas Santa Cecília e Banda da Família Tobias da Cruz). Os poloneses das colônias Afonso Pena e Murici formavam suas bandas e tocavam nas festas religiosas e nos bailes das colônias.

O cinema esteve presente em São José, exibindo filmes que há tempo já haviam sido vistos na Capital. Porém havia público tanto da elite, como das camadas populares. O circo Hambrush fazia temporada em São José, e contava com a participação da população de todas as idades.

O Clube XV de Novembro e o São Joseano eram restritos à elite. O São-Joseano teve origem com um grupo de jovens de famílias da elite, que instruídos em centros maiores, trocavam conhecimentos e interesses. A maioria da população tinha pouca ou nenhuma instrução.

A população das camadas menos favorecidas tinha como lazer de rotina, aos sábados, após a missa, os bailes caseiros. Exceto as festas religiosas, as de casamento eram um dos mais importantes acontecimentos sociais. As festas eram realizadas na própria casa da noiva, onde a comida era, muitas vezes, servida em dois, três turnos. As crianças eram servidas no último turno.

Outros espaços de lazer e sociabilização foram as sociedades beneficentes recreativas: a Sociedade Esportiva Esperança e a Sociedade Esportiva São José. A primeira fundada em 1929 e a segunda, em 1933. Ambas eram rivais por causa dos times de futebol.

O teatro também fez parte da cultura de São José. O professor Costa Viana montou a primeira peça e apresentou-a na residência da Família Borges. As casas que dispunham de espaços maiores tinham o hábito de reunir amigos para esse tipo de evento.

A mais tradicional forma de lazer, talvez possa se afirmar que tenha sido a dança, principalmente no período de 50 até 70. Havia diversidade de bailes: “Baile de Revéllion”, “Baile de Carnaval”, “Baile de Páscoa”, “Baile Junino”, “Baile do Suéter”, “Baile da Primavera”, “Baile de Debutantes”, “Baile das Nações” e outros. Em São José dos Pinhais, com a iniciativa e a direção do jornalista Ernani Zétola, criou-se o primeiro grupo folclórico italiano em 1963. Esse grupo, participou de eventos de cultura popular no Teatro Guaíra e foi convidado a participar do festival folclórico. A partir de 1966 foi transferido para a Sociedade Garibaldi e posteriormente para o centro cultural Ítalo Brasileiro até 1978. Mais tarde dividiu-se em Dante Aleghieri e Santa Felicidade.

Na tentativa de romper com o isolamento cultural da cidade, em 5 de outubro de 1953, foi criado o Centro Cultural Scharfemberg de Quadros, que constituía-se

numa sociedade civil, sem fins lucrativos com um estatuto cuja finalidade era: “agregar intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral, para o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, bem como estimular intercâmbio das idéias com o resto do país e das américas” (Estatuto do C. Cultural Scharfemberg de Quadros. Art. 1º . Cap. I) citado por Colnaghi; Magalhães Filho e Brepohl de Magalhães (1992).

Esse centro cultural funcionou durante dez anos. Trouxe à cidade a encenação de um ato da Ópera “La Traviata” e “Uma noite na Ópera”. Os bailes promovidos tinham cunho cultural, com temas preestabelecidos, onde seus participantes eram premiados por seus trajes típicos: “Uma noite na Espanha”, “Uma noite Napolitana”, “Uma noite no Arraiá” e outros. Em 1958, o centro realizou na Sociedade São José uma exposição de antiguidades, evento que ficou lembrado como ‘Museu Temporário’ do qual teria se originado a idealização do “Museu Atílio Rocco”, criado em 1977.

Na história cultural de São José dos Pinhais é preciso destacar o nome de Ernani Zétola, que além de atuar no Centro Cultural Scharfemberg de Quadros, no Grupo Folclórico Italiano e mais tarde no Museu Atílio Rocco, dedicou-se também ao jornalismo desde os anos 50.

Esses aspectos culturais contribuem para a compreensão da educação escolar em São José dos Pinhais.

3.4 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Não se pretende neste trabalho levantar a história da educação em São José dos Pinhais, apenas incluir dados que foram considerados significativos para o

estudo em questão, ou seja, contextualizar, do ponto de vista educacional, o município de São José dos Pinhais, no período estudado, 1956 a 1979 e para isso fez-se referência a períodos anteriores a 1956.

Anterior à emancipação política de São José dos Pinhais, que deu-se em 8 de Janeiro de 1853, “ foi criada a primeira cadeira de instrução primária (...) no ano de 1831” (COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES, 1992, p. 125). Segundo estes autores, não se sabe onde funcionava, o que é certo é que enfrentava grandes dificuldades no desempenho de suas funções.

Um ano após a instalação do Município, em janeiro de 1854 foi solicitado pelo Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, informações a respeito da situação geral do Município, para ser levada ao conhecimento do Governo Imperial. Um ofício da Câmara Municipal relata a situação em resposta ao solicitado. Sobre a instrução, o ofício expôs o seguinte:

Existe uma cadeira de primeiras Letras regida por um professor engajado, que não se achando com as heblitações [sic] exigidas por Lei, não pode prestar ao ensino primário as Instruções de Gramática Nacional, Arithemética e Geometria prática, conhecimentos esses tão necessários a classe proletária que não podendo obter o ensino secundário, ao menos habilitado fica ao trato da vida comercial: além de poder-se por meio preencher as Cadeiras Vagas e disseminar-se os conhecimentos por toda população (Jornal Correio de São José. Edição Especial do Centenário, 8 de Janeiro de 1953)

Verifica-se as dificuldades relativas à falta de habilitação do professor para levar adiante o ensino. Aliás, essas dificuldades não ocorriam especificamente em São José dos Pinhais. A instrução primária confiada às províncias foi-se organizando, de acordo com Azevedo (1976) num sistema de “tentativas e erros”, com os recursos que estas dispunham para tal.

Os professores não tinham preparação específica, a qual não melhorou nem com as primeiras Escolas Normais em São Paulo, Bahia e outros locais. Estas

tinham organização rudimentar com um só professor. Além disso tinham duração efêmera, eram criadas e logo em seguida extintas.

Ligado a essa dificuldade, o mesmo ofício expõe a situação da baixa frequência dos alunos, tanto pela distância que residiam e a povoação, quanto pelo pouco valor dado à instrução primária, tratada com pouca importância pela família, conforme proposta de medida a ser adotada como mostra o referido ofício: “Huma medida legislativa que obrigasse ao pai de família, em certa idade, conduzir o filho a Aula e ali receber a instrução primária em sua plenitude, mediante uma multa, seria por certo, de não pouca vantagem para este município “(Ofício da Câmara Municipal de São José dos Pinhais do ano de 1854, publicado no Jornal Correio de São José. Edição Especial do Centenário, 8 de Janeiro de 1953).

Até então não havia obrigatoriedade do ensino. Segundo Wachowicz (1984, p. 149)

a 14 de setembro de 1854, uma lei provincial estabelece a obrigatoriedade do ensino, a uma légua das escolas públicas, com multa de 10 a 50\$000 para os pais, tutores, curadores ou protetores que não mandarem para as escolas os meninos que estiverem em seu poder, e na idade e circunstância de aprenderem. A idade definida como obrigatória era de 6 a 14 anos, e passou a ser 7 anos em 1857 com o primeiro Regulamento de ordem geral para as escolas de instrução primária. (WACHOWICZ, 1984).

A baixa frequência dos alunos às escolas era comum em toda a Província do Paraná, mas no caso de São José dos Pinhais, a pouca importância dada à escola pela família pode ter ocorrido considerando-se que as atividades produtivas desenvolvidas no Município, que eram na época, a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal, não demandavam maior escolarização, ao menos para a maior parte da população que encontrava-se espalhada por todo o território. Mas também a ausência de uma lei que obrigasse os pais enviarem seus filhos à escola. A importância da escola é percebida pela população quando as relações de produção

assim o exigem, fazendo com que a instrução torne-se um meio de acesso a essas novas relações.

Em São José dos Pinhais, a mais antiga dentre as escolas públicas oficiais, é a Escola Silveira da Motta, criada em 1908, como cadeira de Instrução Masculina, hoje, Colégio Estadual Silveira da Motta, Ensino Fundamental e Médio. De 1912 a 1955 funcionou em prédio localizado no centro da Cidade, inaugurado em março de 1912, onde após 1955 instalou-se o Fórum do Município e a Câmara Municipal de São José dos Pinhais, de 1984 a 2002. No ano de 1955, foi inaugurado o prédio próprio, onde estão as atuais instalações desta Escola. A área construída constava de 1006m² no pavimento térreo e 170m² no pavimento superior, possuindo um total de 15 salas de aula. (Relatório da Inspeção Estadual de Educação de São José dos Pinhais, 1986)⁴

As escolas nem sempre funcionaram nos moldes em que se apresentam atualmente. Durante o período provincial existiam como cadeiras de instrução. Eram classificadas em escolas de 1ª ordem e escolas de 2ª ordem, com programas diferentes em complexidade e de acordo com os gêneros a que atendiam.⁵

A reorganização das escolas atendia aos regulamentos que reformaram a instrução pública, o de 1857, Regulamento de Ordem Geral e o de 1876, Regulamento Orgânico.

Em 1882, uma reforma eleitoral passou a exigir a assinatura do eleitor no voto. Para fins eleitorais foram criadas muitas escolas, porém estas não eram

⁴ Evolução da demanda e da oferta escolar na rede estadual de ensino de São José dos Pinhais, abril 1986

⁵ Sobre este assunto ver: WACHOWICZ, L. A. **A relação professor-estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984

providas, alegando-se problemas financeiros da Província, que não permitiam a contratação de professores.

Após a proclamação da República o problema de provimento das escolas agravou-se ainda mais. Segundo Wachowicz (1984), em 1902 apenas a metade das escolas criadas no Estado do Paraná tinha professor e a outra metade permanecia fechada.

Dizia o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública de 31/12/1914 citado em Wachowicz (1984, p. 53):

Durante o ano de 1914 foram postas em execução nesta capital e em diversas outras localidades que eu pude visitar as instruções que foram expedidas. (Portaria nº 4 de 17 de janeiro de 1914 – Diretoria Geral da Instrução Pública), para a reorganização das escolas públicas primárias, sendo o ensino dividido em quatro séries, com um programa compreensivo de todas as disciplinas essenciais para a educação popular... Reuni escolas, sistematizando e dividindo os trabalhos, por séries, entre os respectivos professores e confiando a um destes a função de diretor; formei, assim, o que em falta de melhor denominação, chamamos grupos e semigrupos escolares.

Até o ano de 1956, quando deu-se a instalação da Escola Normal Secundária no Município, este possuía um Grupo Escolar, com localização central, o Silveira da Motta, fundado em 1908, passando à Casa Escolar em 1914 e a Grupo Escolar em 1919; o Grupo Escolar Afonso Pena, localizado na colônia com o mesmo nome, que iniciou suas atividades em 1930, como Casa Escolar, passando a Grupo Escolar em 1940 e o Ginásio Costa Viana, criado em 02 de julho de 1947, e estadualizado em 1956. Antes, quando era particular funcionou no centro da cidade, mas não se sabe ao certo onde. Após a estadualização do Ginásio Costa Viana, este funcionou no mesmo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta, a partir de 1956.

Além dessas escolas, pelo vasto território do Município havia as escolas isoladas, a maioria funcionando nas localidades distantes da sede, na zona rural. Convém lembrar que nessa época o espaço urbano era limitado a algumas quadras

da Igreja Matriz e por isso também existiam escolas isoladas próximas da sede, na região periférica. São José dos Pinhais, até 1952, tinha agregado a seu território, os distritos de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Mandirituba.

Além do Ginásio Costa Viana, que foi estadualizado em 1956, na sede do Município funcionavam outras escolas, que eram confessionais. A partir de 1950, instalou-se o ginásio dirigido pelas freiras da congregação francesa de São José. As freiras substituíram as irmãs da Divina Providência, que desde a década de 20 (1920), administraram a Escola Paroquial São José, criada no início do século pelo Pe. Lux e depois dirigida pelas irmãs alemãs Servas do Espírito Santo, em 1905, quando Pe. Lux foi transferido para Ponta Grossa.

Concomitantemente a essas escolas, existiam as escolas nas colônias, fundadas pelos imigrantes. A Colônia Murici, em 1880, teve como professor Josef Cetenarski, morador da Colônia que começou a lecionar aos filhos dos imigrantes poloneses os quais tinham a preocupação de dar estudos a seus filhos. Vinte anos depois, foi construída a Escola em Colônia Murici pelo Pe. Karol Dworaczeck. (Nossas Raízes: Memória da Colonização São-joseense: Colônia Murici, 2000, p. 61).

A edificação da escola serviu de moradia às Irmãs Franciscanas da Sagrada Família, que chegaram à Colônia em 1907. Atualmente a Escola é mantida pela Prefeitura Municipal, mas sob a direção das Irmãs dessa mesma congregação. (Nossas Raízes: Memória da Colonização São-joseense: Colônia Murici, 2000, p. 63).

Na Colônia Marcelino em 1931, foi fundado, pelos imigrantes ucranianos, o Educandário Sagrado Coração de Maria.

As dificuldades para professores e alunos agravavam-se à medida que se afastava da sede do Município, conforme evidencia-se no depoimento a seguir: “Havia um professor de nome João Grona, que dava aula de casa em casa. Vinha a cavalo, dava uma hora em cada casa. Não tinha escola nenhuma” (Depoimento de Ernesto Moro Redeschi citado por COLNAGHI; MAGALHÃES FILHO e BREPOHL DE MAGALHÃES, 1992, p.129).

Sempre foi tarefa difícil conseguir professor para atuar na zona rural, pois para os locais menos afastados da sede, estes dirigiam-se a cavalo, de charrete, ou mesmo a pé. Para os locais distantes, em geral eram contratados professores que morassem na mesma localidade ou próximo a ela, para evitar esse tipo de problema. Então, para ser professor, não era considerada a preparação profissional, o importante era suprir a vaga no local. Os mesmos autores (1992, p.130) citam o relato do ex-deputado Ernesto Moro, sobre a contratação de uma professora para uma escola rural de Guaratuba, quando ele viajava com o Governador Moysés Lupion para a inauguração da estrada Garuva-Curitiba:

Quando nós chegamos lá numa altura com o governador, estava esperando uma porção de criancinhas, barrigudinhas, filho de pescador, e o governador pergunta: Tem alguém que saiba fazer mais um pouco do que eles, ou que saiba fazer um título de eleitor? Aí eu soube de uma tal de Miranda, Maura Miranda (...).Então, mandamos chamar (...).Para a nomeação, foi feito um teste ali pelo governador e foi feita a nomeação na hora.

Esse relato deixa evidente a função social da escola naquele momento, a qual tinha apenas fins eleitorais. Fica clara a ausência de critérios para se realizar a nomeação dos professores. Não havia por parte dos dirigentes a preocupação com um ensino eficiente que requer, principalmente, boa preparação do professor. Naquela situação bastava que esse *soubesse um pouco mais que os alunos*.(grifo nosso)

Nessa época os meios de transporte eram precários e as estradas, após qualquer chuva, tornavam-se intransitáveis, conforme conta a professora D. Filomena, que após ter sido nomeada para Marechal Mallet, ficou três anos morando em Colégio de freiras e, retornando a São José dos Pinhais, relatou as dificuldades:

Eu fui primeiro na Colônia Rio Grande, que passava aquela ponte que em seguida tinha o moinho do Favoretto. Em uma semana que foi de chuva, eu estraguei quatro pares de sapato. Aí eu cheguei para o Seu Ernesto e aí ele me mandou para Barro Preto. (...) morávamos em quatro professoras (...), alugamos uma casa, pagávamos o aluguel e ficávamos de segunda a sexta-feira e sábado depois do almoço a gente vinha. Quando o ônibus demorava a gente vinha à pé, do Barro Preto. (Entrevista Prof^a Filomena Cozzeti Galante, 2004)

É importante deter-se com maior atenção às duas escolas que foram de grande importância para o funcionamento da Escola Normal em estudo: a Escola Silveira da Motta e o Ginásio Costa Viana. A Escola Silveira da Motta, por ter sido a primeira da cidade e porque a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, funcionou no mesmo prédio que aquela, no pavimento superior, durante dezessete anos, dos vinte e três de sua existência. O mesmo prédio abrigou, além do Grupo Escolar e da Escola Normal, o Ginásio Estadual Costa Viana, a Escola de Aplicação e o Colégio Comercial Roque Vernalha, que, com a implantação do Curso de 1º Grau, na Lei 5.692/71, a partir de 1973, passaram a funcionar em outros locais. O Colégio Silveira da Motta localiza-se no centro da Cidade, ao lado do terminal rodoviário, de fácil acesso a alunos de diversos bairros.

Não se pode afirmar quando iniciou a construção do prédio atual da Escola Silveira da Motta, o que se sabe é que em agosto de 1954, segundo matéria divulgada pelo Jornal Correio de São José, a situação da Escola (Figura 1) era a seguinte:

Nos dias atuais a matrícula estará muito aumentada, freqüência maior, naturalmente, e as salas de aula são as mesmas de quando o prédio já era considerado pequeno. Alguma

diferença existe, porém. É que atualmente, o prédio está carecendo de reformas urgentes, estando com vidros partidos, caxilhos quebrados, goteiras nas diversas salas, mitórios em condições anti-higiênicas e desconforto do professorado e alunos. O prédio atual, sem receber qualquer reparo ou melhoramento, dentro em pouco tempo estará em condições de não mais ser possível a sua habitação, e os alunos naturalmente, entrarão em férias bem prolongadas por falta de um local apropriado para serem ministradas as aulas. Não é justo que o novo Grupo Escolar continue abandonado em sua fase final de construção, pelo Governo, e esteja servindo de local para crianças brincar ou ainda de albergue noturno. (Jornal: Correio de São José, p. 3, 30 de agosto de 1954)

FIGURA 1 - PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR SILVEIRA DA MOTTA – 1912-1955



FONTE: Folder Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais – Centro Histórico de São José dos Pinhais, 1920

Nas Atas da Câmara de Vereadores, verificou-se que o novo prédio era reivindicado desde 1948, porém a data provável do início de suas obras parece ter sido no período de 1949 a 1951, no governo de Moysés Lupion, conforme a seguinte matéria do Jornal Correio de São José de 30 de agosto de 1954, que a respeito noticiava:

De um lado da praça Dr. Getúlio Vargas, avista-se um majestoso edifício, há uns quatro anos erguido, e ainda inacabado.

A sua construção fora iniciada pelo Governo anterior e era destinada a um novo Grupo Escolar na cidade (...) Ao assumir o governo o sr. Bento Munhoz da Rocha Neto, o prédio em questão, se achava em fase final.(...) Entretanto, na administração do novo governo apenas

vimos terminar a cobertura e as obras ficaram paralizadas, sem solução até o presente. (Jornal: Correio de São José, 30 de agosto de 1954)

É importante destacar o empenho e dedicação neste caso, da então Diretora do Grupo Escolar Silveira da Motta, Prof^a Filomena Cozetti Galante, no processo de conclusão das obras, conforme seu depoimento:

Quando eu assumi a direção do Silveira da Motta, estava com as telhas quebradas, o gabinete não dava para entrar. As salas você precisava saber em que situação estava! (...) No prédio novo eu fui a primeira diretora, em 1955, porque quando eu assumi a direção quando era na Câmara dos Vereadores, as obras do Silveira da Motta estavam paralisadas, aí eu arranjei com Seu Ernesto um cartãozinho para o Dr. Raul Macedo, que era o Secretário de Obras e Viação, que era o moço encarregado. Fui, Dr. Raul me mandou pro Palácio do Governo. Para encurtar a história pra você, eu ia toda semana na Secretaria e no Palácio do Governo e em oito meses a gente conseguiu a inauguração do grupo. (Entrevista Filomena C. Galante, 2004).

Quanto ao Ginásio Costa Viana, este foi criado pela Portaria nº 602 de 22 de dezembro de 1947, assinada pelo Ministro da Educação Clemente Mariani. Originou-se pela iniciativa de um grupo de pioneiros de São José dos Pinhais, que viram a necessidade do Município ter o ensino secundário para dar continuidade aos estudos primários, pois naquela época, só fazia o ginásio os jovens de São José dos Pinhais que podiam morar em Curitiba, dado o problema do transporte e vias de acesso à Capital, mas também pelas condições sociais dos alunos. Essa situação é relatada no depoimento da Prof^a Dinacyr Moro Zétola.

Quando eu estudei o ginásio, fiquei interna quatro anos lá no Cajuru, era mais fácil (...), nosso ônibus não passava no Cajuru. Depois eu fui tirar Contabilidade no Colégio São José, na Praça Rui Barbosa, e fiquei um ano pensionista. No Colégio São José não tinha internato, era pensão. (...) Eram quartos coletivos que alugavam para estudantes e não precisava ser do próprio colégio (Entrevista Dinacyr Moro Zétola, 2004).

Nada conseguindo do setor público esse grupo de intelectuais são-joseenses, aspirando também o desenvolvimento cultural da mocidade empreenderam-se nessa tarefa, destacando-se entre eles: o Dr. James Portugal Macedo, o Dr. Luiz Aníbal

Calderari, Dr. Attilio Talamini, Dr. João Ernani Bettega, Dr. Dario Marchesini e Wenceslau Mareck e o professor Moacir Torsia Morisco, como Diretor Técnico. O Ginásio Costa Viana era particular e recebia subvenções do Município, até 26 de janeiro de 1956, quando foi estadualizado, através do Decreto 20.868, do Governador Adolpho de Oliveira Franco, passando a “pertencer ao quadro dos estabelecimentos secundários públicos do estado do Paraná, com todo o patrimônio nele contido”, permanecendo com a mesma denominação (Decreto 20.868 de 26/01/1956).

Durante os estudos realizados sobre este período pode-se observar que havia preocupação por parte dos representantes do poder local, em relação à instrução pública, e valorização do desenvolvimento cultural de São José dos Pinhais.

Nas Atas da Câmara, observou-se que, com certa frequência era solicitada pelos vereadores a criação de escolas, principalmente nas localidades distantes da sede. Para essa atuação, que considerou-se oportuna para as necessidades da época, contribuiu a opção individual de algumas pessoas que estiveram à frente do legislativo municipal, as quais demonstraram-se engajadas com as questões do desenvolvimento cultural e educacional, tais como: Dr. Atílio Talamini (Médico), Dr. Dario Marchesini (Advogado), Narciso Mendes (Professor e Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura), Dr. Flávio Zétola e outros.

Fernando de Azevedo afirma que as tendências pessoais de pessoas determinadas é que desencadearam as reformas, em determinado período da História da Educação brasileira. Tem-se no Brasil o exemplo na Associação Brasileira de Educação, que teve como fundador o idealista Heitor Lira. Essa iniciativa congregou os educadores do Rio de Janeiro, que em contato uns com os outros, possibilitou amplos debates sobre doutrinas e reformas que desencadearam

congressos e conferências de educação ainda antes de 1930. Segundo Azevedo “as reformas não traduziam uma política orgânica traçada pelas elites governantes, mas antes as tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por sua própria conta, orientando no sentido das idéias novas as suas iniciativas...” (1976, p.154),

Os projetos apresentados na Câmara Municipal para serem apreciados e votados a favor da construção de escolas, em geral eram aprovados, bem como subvenções ao Ginásio Costa Viana (único ginásio e particular do Município), conforme registra a Ata da Câmara de 1948, que sugere a subvenção de dez mil cruzeiros ao referido ginásio: “a subvenção pleiteada, por irrisória, não embarcará [sic] os serviços de estradas e manutenção de escolas (...) foi encerrada a discussão e posta em votação única, na forma regimental, a qual foi aprovada” (Ata da 5ª Sessão da 2ª reunião ordinária da Câmara Municipal de São José dos Pinhais de 18/08/1948).

Em São José dos Pinhais, pode-se constatar que havia, não somente a preocupação no sentido de expandir o número de escolas, mas também em relação aos problemas da preparação, da remuneração e da formação dos professores. A razão desta preocupação pode ter ocorrido apenas por motivos eleitoreiros, ou em nível de discurso, mas ficou evidenciado no relato do vereador Dr. Dario Marchesini, no ano de 1949:

Releva notar que, mediante remuneração irrisória, só se conseguirá preceptores medíocres, moradores das próprias localidades que necessitam de escolas, os quais por isso mesmo, apesar da boa vontade de que são imbuídos, não poderão fazer o milagre de ensinar o que nunca aprenderam.(...) O que necessitamos é de maior número de escolas e bons professores, bem remunerados e preparados. Interessante, pois, seria que se criasse em nosso populoso município, um curso de formação de professores rurais. Fique certo o Estado de que contará com a nossa colaboração (Ata de 13ª Sessão da 1ª reunião ordinária, Câmara Municipal de São José dos Pinhais, 1949)

Embora fosse reivindicado o curso de formação de professores rurais, em São José dos Pinhais, somente em 1960 o Curso Normal Regional iniciou suas atividades na Escola Normal Regional Acácia Macedo Costa, encerrando-as em 1967. Portanto iniciou seu funcionamento quatro anos depois da instalação da Escola Normal Colegial Henrique Pestalozzi,

A Escola Normal Regional atendeu, em sua maioria, professoras já em exercício que não tinham formação secundária; mas também alunos que não exerciam o magistério, e que faziam o referido curso por ser equivalente ao curso ginásial. Esta Escola funcionou no mesmo prédio do Grupo Escolar Pedro Moro Redeschi, que foi fundado em 1960, com localização à Rua Joinville, 2678, na Vila Braga. O Grupo Escolar Pedro Moro desempenhava o papel de escola de aplicação para execução da prática de ensino do curso. A partir de 1968 os alunos passaram a ser atendidos pelo Ginásio Estadual Costa Viana.

Retomando o ano de 1953, ano do Centenário da Emancipação Política do Paraná, principalmente a capital, foi marcada por eventos culturais importantes. O governador Bento Munhoz da Rocha Neto tentava projetar o Paraná no cenário nacional e firmar Curitiba como centro administrativo, conferindo ao Estado uma identidade política para sua inserção no contexto nacional.

Obras importantes foram realizadas neste período (1950-1955): a construção do Centro Cívico, o Teatro Guaira, a Biblioteca Pública do Paraná, o Colégio Tiradentes, a Praça do Centenário e as vias de acesso ao Centro Cívico.

De certo modo, as comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953), que coincidiram com as comemorações do Centenário da Emancipação Política de São José dos Pinhais, causaram, um clima de euforia voltado para as questões de ordem cultural, cívica, educacional. A atmosfera

reinante no cenário curitibano contagiou o cenário são-joseense, com o entusiasmo cívico e cultural. Os assuntos da educação parecem ter adquirido relevância.

Em São José dos Pinhais, na passagem do Centenário, houve uma programação da “Semana do Centenário”, ocasião em que foi inaugurado o obelisco alusivo na Praça 8 de janeiro, foi feito o lançamento da pedra fundamental dos edifícios do Fórum e da Biblioteca Pública Municipal Scharffenberg de Quadros e realizadas atividades culturais, esportivas e de lazer durante toda a semana de 5 a 11 de janeiro de 1953. (Jornal Correio de São José- Edição Especial do Centenário- 8/1/1953)

Da mesma forma que o Paraná tentava projetar-se no contexto nacional, São José dos Pinhais procurava despertar a atenção dos seus cidadãos e projetar-se no contexto estadual.

Este fato pode ter contribuído para a conclusão das obras do almejado prédio da Escola Silveira da Motta, há tanto reivindicado.

Quando da inauguração do prédio onde se instalou o Grupo Escolar Silveira da Motta, em 1955, foi possível a inserção do Ginásio Costa Viana ao ensino secundário público, antes não havia prédio público que pudesse agregar o ginásio. A solicitação de estadualização já havia sido requerida pela direção, conforme Ofício de 5 de setembro de 1955, em atendimento ao qual o Governador Adolpho de Oliveira Franco oficializou a estadualização do Ginásio Costa Viana, pelo Decreto 20.868 de 26 de janeiro de 1956, ano em que o referido ginásio passou a funcionar no mesmo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta.

Como pode-se perceber, o problema educacional em São José dos Pinhais, como em outros municípios, apresentava deficiências, tanto em relação à frequência dos alunos, os quais contribuíam nas tarefas da família, principalmente nos

trabalhos da lavoura, quanto em relação ao professor, na questão da formação e condições de trabalho.

Como afirma Miguel:

Para o governo uma das causas do decréscimo quantitativo do número de escolas, de matrículas, da permanência e apuração escolares, estava no fato de os professores formados em escolas urbanas não permanecerem trabalhando em escolas localizadas em zonas rurais. A esse fato aliava-se o índice geral insuficiente de matrículas, também no Curso Normal e a pequena quantidade de escolas formadoras de professores mantidas pelo poder público (1997, p. 116).

São José dos Pinhais não possuía o Ensino Normal público e, se este era uma necessidade do momento para sanar a problemática da habilitação dos professores, resta perguntar, por que a Escola Normal Secundária do Município foi criada em 1954, pela Lei 10-54 e só iniciou o seu funcionamento em março de 1956? Sobre esse fato, levantou-se algumas possibilidades.

A primeira refere-se à questão da legislação. Naquele momento, década de 50, estava em vigor a Lei Orgânica do Ensino Normal, que vigia desde 1946, na qual o Parágrafo Único do Art. 42, determinava: “não poderá ser concedido mandato para curso de segundo ciclo do ensino normal, senão a estabelecimento que já possua ginásio oficialmente reconhecido”. (Art.42. Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946). Em 1954, data da criação da Escola Normal em São José dos Pinhais, o Município possuía um ginásio, porém de caráter particular, o qual foi estadualizado somente em 28 de janeiro de 1956 pelo Decreto nº 20.868 do Governo do Estado do Paraná. A segunda hipótese sobre o hiato de dois anos entre a criação e a instalação e funcionamento da Escola Normal, pode ser atribuído ao momento político, oportuno, em que São José dos Pinhais, em 1954, havia eleito dois representantes para a Assembléia Legislativa, um dos quais pelo Partido Social Democrático (PSD), partido da situação do Governo do Estado. O jornal Correio de

São José relatou atividades parlamentares do Deputado Ernesto Moro, em que cita dentre elas a autoria de: “Projeto de Lei, criando uma Escola Normal Secundária na cidade de São José dos Pinhais, e abrindo crédito especial de CR\$ 250.000, destinado a ocorrer as despesas decorrentes com a execução da presente Lei. Promulgado em 21/1/54”. (Jornal Correio de São José, 23/08/1954) A terceira provável explicação para o fato do não funcionamento da escola poderia estar na baixa demanda de alunos, pois a primeira turma, que iniciou o Curso Normal em 1956, contou com 11 alunas matriculadas, das quais apenas 10 se formaram, conforme Relatório Anual de Notas da Escola Normal de 1958. Este fato se confirma pela professora Filomena Cozetti Galante, primeira Diretora da Escola Normal, no seguinte relato:

Precisava para poder funcionar, contar com 12 alunas (...) e aí então comecei a correr e a gente conseguiu o número de alunas necessárias.(...) Tanto que a Jaci, minha irmã, que já fazia Contabilidade no Colégio São José se matriculou para que concorresse com mais uma aluna (Entrevista Filomena C. Galante, 2004).

É provável que a Escola Normal tenha obtido autorização para funcionar, mesmo sem o número de alunas exigido, por interferência do Professor Narciso Mendes, que na época era Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, e residia no município de São José dos Pinhais, onde também exercia o mandato de vereador, e defendia na Câmara Municipal a causa da Educação são-joseense. Na ocasião da instalação da Escola Normal no Município, o citado vereador solicitara ao plenário: “fosse enviado um telegrama de agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pela instalação da Escola Normal de São José dos Pinhais” (Ata da 5ª sessão da 1ª Reunião Ordinária do ano de 1956, de 21/05/1956). No depoimento da professora Alice Cordeiro, quando perguntada sobre o fato da

escola ter sido uma solicitação da comunidade, a professora relatou: “o povo realmente queria, quem não quer uma escola. Mas a finalidade toda foi política, mas não havia e precisava” (Entrevista Alice Cordeiro, 2004). Este depoimento pode ser relacionado com o que afirma Miguel (1997, p. 120) sobre o período: “através do INEP, o governo procurava dar ao ensino primário, a base física do sistema escolar com a construção de 7.000 escolas rurais. Mas afirmava também que, para tal projeto, necessitava ‘procurar a base pedagógica’”. Essa base pedagógica seria dada pelos Cursos Normais que formavam os professores primários.

Esse pode ter sido, também, um fator que concorreu para que a Escola Normal em São José dos Pinhais fosse instalada em 1956, se levarmos em consideração que as atividades produtivas do Município não requeriam maior grau de escolarização, nem grande demanda pela escola. Os setores dinâmicos da economia são-joseense eram predominantemente a agricultura e o setor madeireiro.

São José dos Pinhais sofreu as conseqüências da condição de encontrar-se localizado próximo ao centro polarizador Curitiba. Isto afetou, em parte, a autonomia do Município em todos os sentidos, pois até a década de 70, São José dos Pinhais era um Município sem destaque, com economia incipiente, embora se encontrasse inserido na atividade madeireira, além de outras atividades que desenvolvia, porém não ocupava lugar de relevância na economia paranaense e nos investimentos também na Educação.

3.5 CONSIDERAÇÕES

Do exposto, pode-se afirmar que todos os aspectos abordados tiveram influência sobre a criação e o funcionamento da Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi no município de São José dos Pinhais no período de 1956 a 1979. Entretanto, nem todos esses aspectos tiveram o mesmo grau de importância para a criação e funcionamento da referida Escola.

Do ponto de vista econômico, São José dos Pinhais em 1954, ano da criação da Escola Normal, era um Município que apresentava uma estrutura basicamente agrária, caracterizado pela presença de chácaras e sítios espalhados pelo seu vasto território. O fator econômico pouco ou quase nenhuma influência exerceu, a princípio, para a criação da Escola em questão, pois São José dos Pinhais teve certa lentidão no seu desenvolvimento econômico, devido à proximidade com o centro polarizador Curitiba.

Em relação aos aspectos culturais, em que a maioria da população de São José dos Pinhais é formada por imigrantes, é necessário considerar que esses, valorizavam a escola como instituição necessária para dar estudos a seus filhos. Uma das primeiras medidas adotadas pelos imigrantes era providenciar a construção da Igreja e a obtenção de escolas. Quando não conseguiam do setor público eles mesmos as construíam nas colônias. Os imigrantes contribuíram também para o adensamento da população do Município, e à medida que se integravam à vida urbana, mesmo que indiretamente, sinalizavam para a necessidade de escolas, pois já as possuíam no país de origem.

Instalando seus negócios na Cidade, onde exerceram atividades diversificadas, os filhos das famílias bem sucedidas que tinham seus

empreendimentos no setor madeireiro, ervateiro, no comércio, puderam ascender econômica e socialmente, estudando em grandes centros, o que lhes possibilitou serem, mais tarde, representantes do povo na Câmara Municipal de São José dos Pinhais e assumirem cargos importantes em nível de Estado, como os deputados eleitos pelo Município.

Há que se considerar, ainda, o fato de que, com a volta à normalidade democrática, a partir de 1946, houve por parte do governo federal uma política de expansão das escolas e a preocupação com o desenvolvimento da Educação, meio indispensável para o crescimento do País. O atendimento à política do governo pode ter sido também um fator a ser considerado como determinante.

Vários fatores podem ter contribuído para a criação e o funcionamento da Escola Normal no município de São José dos Pinhais no período estudado, 1956 a 1979.

Essa Escola Normal talvez fosse necessária, mesmo que num primeiro momento, estivesse restrita a atender somente a elite são-joseense (constituída, na maioria, por filhos das famílias de imigrantes que ascenderam socialmente). Porém, um fator acentuadamente determinante foi, sem dúvida, o da política mais ampla, não educacional, para o que corrobora o fato da Escola ter sido criada em 1954, e permanecer dois anos sem ser instalada por falta de alunos. Além disso, em 1956, foi Chefe do Gabinete da Secretaria de Educação o Professor Narciso Mendes. E ainda há a considerar o fato do Sr. Ernesto Moro Redeschi, cidadão de São José dos Pinhais, ter sido eleito Deputado Estadual pelo PSD, partido do governador Moisés Lupion, cujo cenário político favoreceu a criação e instalação da Escola.

Somente no final dos anos 70 é que São José começou a despontar como Município promissor na economia paranaense. Com a debacle da economia cafeeira

em meados de 60 no norte do Estado e com a mecanização da agricultura, que provocou o desemprego no campo, intensificou-se o êxodo rural para as cidades mais promissoras. Esse fato teve dimensão nacional. Em 1970, a população urbana do Brasil, atingiu um índice de crescimento de 55% em relação a 1950, que era de 36%. Com isso São José dos Pinhais participou como Município da grande conurbação de Curitiba. Esse fato repercutiu no crescimento da população e na necessidade de implantar uma nova infra-estrutura para atendimento às demandas. São José dos Pinhais, a partir de 1974, passou a compor a Região Metropolitana de Curitiba, como um Município de grande importância. Da mesma forma que a proximidade da Capital havia impossibilitado seu desenvolvimento em período anterior a 1970, este mesmo fator, num momento posterior passou a alavancar um progresso nunca antes vivido pelo Município. O modelo da economia agrícola de São José dos Pinhais foi substituído pelas indústrias leves de bens de consumo, como indústrias têxteis, alimentícias, de móveis, que se instalaram, atraídas pelo incentivo fiscal e pela sua localização geográfica estratégica.

Ao final do ano 2000, de acordo com o que informa a Prefeitura Municipal, em São José dos Pinhais, estavam instaladas cerca de 11 mil empresas produzindo e oportunizando riquezas e trabalho para muitos.

Atualmente o Município está inserido na economia globalizada, “conquistando parceiros internacionais como: Portugal, França, Polônia, Alemanha, Itália, Estados Unidos, África e Japão” (Revista São José dos Pinhais prestando contas, 2000, p. 8).

Os investimentos na Educação giram em torno de quase 30%, quando a legislação exige 25%.

Nos últimos anos cresceu a demanda pela Educação em São José dos Pinhais com o incremento da migração da população em busca de oportunidades de trabalho no Município.

4 A ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL HENRIQUE PESTALOZZI

Esta parte do trabalho trata do contexto da Escola Normal Henrique Pestalozzi, com o objetivo de compreender como as leis específicas relativas à formação de professores, interferiram, ou não, no funcionamento desta Escola, ao mesmo tempo verificar as relações estabelecidas entre a Escola Normal e as demais instituições sociais do Município e perceber como a Escola foi se adequando às exigências da nova legislação.

4.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, objeto de estudo deste trabalho, esteve em funcionamento no município de São José dos Pinhais de 1956 a 1979.

Foi criada pela Lei 1054 de 21 de janeiro de 1954, com a denominação de Escola Normal Secundária de São José dos Pinhais, cujo ato oficial foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná de nº 278 de 20 de fevereiro de 1954.

Tentando suprir a não existência de documentos oficiais na escola que comprovassem a veracidade da data exata da sua criação, buscou-se o depoimento de pessoas ligadas à Escola no período, para que se conseguisse esclarecer esta dúvida, uma vez que, pelos documentos de alunos constava o funcionamento desta somente a partir de 1956. Após entrevista com ex-diretoras, ex-professora, ex-aluna e ex-secretaria da Escola, conseguiu-se informações de que, realmente a Escola Normal em São José dos Pinhais, só iniciou seu funcionamento em março de 1956,

cuja aula inaugural aconteceu em 10 de abril de 1956; portanto foi instalada dois anos após sua criação. Buscando os motivos pelos quais este fato havia ocorrido, chegou-se a algumas hipóteses, as quais foram relatadas anteriormente.

Dos 23 anos de funcionamento como instituição de ensino, esta Escola formou alunos do município de São José dos Pinhais, mas também do município de Curitiba, principalmente residentes nos bairros de Boqueirão e Uberaba, alunos de Quatro Barras, de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e de Mandirituba.

O problema investigado neste trabalho pode ser assim sintetizado: como a Escola Normal em São José dos Pinhais, no período de 1971 a 1979 funcionou e foi se adequando aos ditames da nova legislação, considerando suas reais condições de trabalho?

A Escola Normal funcionou até 1979, sob a égide da Lei 4.024/61, embora já estivesse em vigor a Lei 5.692/71.

São José dos Pinhais participou da Expansão III no plano de implantação da Reforma no ensino de 2º Grau. As fontes documentais da Escola apresentam o pedido de implantação da habilitação Magistério no ano de 1977, pelo Ofício nº 153/77 de 1º de agosto de 1977, assinado pelo Inspetor Regional de Ensino. Procedida a verificação das condições para o funcionamento a Comissão de Verificação deu parecer favorável para que esta ocorresse. Em 1978, implantou-se no Colégio Estadual Costa Viana as Habilitações: Magistério e Técnico em Contabilidade e em 1979 a Habilitação Básica em Saúde.

A Lei 5.692/71 era bastante rigorosa em relação aos recursos físicos e materiais que exigia para que fossem implantadas as habilitações propostas. Cada uma delas apresentava um rol de materiais mínimos necessários a serem utilizados e as escolas deveriam possuí-los. Era exigido também salas ambientes para:

biblioteca, laboratórios e materiais de Química, Física e Biologia. O Colégio Costa Viana, na ocasião, possuía sete salas de aula, as quais seriam utilizadas para as turmas de 1º grau, e turmas das habilitações implantadas. A Biblioteca possuía uma sala com a metragem mínima exigida e o acervo mínimo necessário. Não havia salas especiais para o treinamento das habilitações programadas, tampouco sala para os laboratórios de Química, Física e Biologia. O laboratório de Ciências era incompleto, necessitando equipamentos para as habilitações solicitadas. (Relatório da Comissão de Verificação Prévia). Mesmo com a deficiência de espaço físico e recursos materiais, em 1978 o Parecer 082/78, do Conselho Estadual de Educação, aprovou o Projeto de Implantação do ensino de 2º Grau, com as habilitações de Magistério e Técnico em Contabilidade a iniciar-se em 1978 e Básica em Saúde, com início previsto para 1979. Nesse mesmo ano a Escola Normal continuou funcionando pela antiga Lei 4.024/61, ainda no “Casarão”, com a última turma de 3ª série.

Em 1979, o Decreto nº 6.337 de 21 de fevereiro de 1979, do Governo do Estado do Paraná autorizou o funcionamento do Complexo Escolar Iguaçu – Ensino de 1º e 2º Graus, no município de São José dos Pinhais. Este complexo escolar resultou da reorganização do Ginásio Estadual Costa Viana, Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, Colégio Comercial Estadual Roque Vernalha, Grupo Escolar Afonso Pena e Escola de Aplicação Olavo Bilac.

O Ginásio Estadual Costa Viana, a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi e o Colégio Comercial Estadual Roque Vernalha passaram a constituir-se em um único estabelecimento, sob a denominação de Colégio Estadual Costa Viana- Ensino de 1º e 2º Graus (Art. 2º, Decreto Nº 6.337).

Esse decreto, no Art. 4º prescrevia:

Em decorrência do disposto no Artigo 1º, os estabelecimentos manterão em regime de extinção gradativa o funcionamento das séries referentes aos cursos regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Decreto nº 6.337).

Considerou-se importante tratar da descrição e análise dos recursos físicos e materiais que esta Escola dispunha para seu funcionamento, uma vez que este foi focalizado como um dos fatores que contribuiu para a não adequação do seu funcionamento conforme o que regia a Lei 5.692/71.

Quando iniciou suas atividades, em 1956, a Escola Normal foi instalada no mesmo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta, localizado à Praça Getúlio Vargas, no centro da Cidade (conforme mostra a Figura 2). O espaço físico destinado à Escola Normal era o pavimento superior do prédio, que continha quatro salas, sendo três delas utilizadas como salas de aula e uma para os demais serviços, numa área de 170m². O mesmo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta, agregava além da Escola Normal, o Ginásio Costa Viana; a partir de 1956, a Escola de Aplicação e mais tarde, em 1960, a Escola de Comércio Roque Vernalha, ou seja, num único prédio funcionavam cinco estabelecimentos de ensino. Os horários eram distribuídos de forma que todas as unidades pudessem funcionar adequadamente. No período da manhã, funcionava o Ginásio Costa Viana e a Escola Normal Henrique Pestalozzi. O ginásio iniciava às 7 horas e encerrava às 11 horas. A Escola Normal, das 7h30 às 11h45. Então iniciavam as aulas da Escola de Aplicação, que funcionava das 11h às 14 horas, horário intermediário. Das 14 às 17 horas, o Grupo Escolar Silveira da Motta e à noite, após 1960, a Escola de Comércio Roque Vernalha.

FIGURA 2 - PRÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL SILVEIRA DA MOTTA, ONDE FUNCIONOU A ESCOLA NORMAL HENRIQUE PESTALOZZI NOS ANOS DE 1956 A 1973, NO PAVIMENTO SUPERIOR.



FONTE: Maria Lúcia Bassa Zem, 2004

O estabelecimento desses horários não era bem aceito, sendo motivo de críticas na época, pela imprensa local:

Um dos horários estabelecidos para a freqüência dos alunos na Escola de Aplicação “Silveira da Motta” atinge sem dó nem piedade, a sagrada hora do almoço. Esse horário das 11 às 14 horas, fruto, talvez da exigüidade do prédio, em que se amontoam como sardinhas em latas, diversas unidades do ensino, aberra irrefutavelmente, de todos os princípios sustententes... (...) a hora da refeição deve ser religiosa e cabalmente respeitada.

Ainda, referindo-se ao horário do funcionamento do Ginásio Costa Viana: “num clima intensamente frio, como é o caso nosso, torna-se fustigante aos alunos, o início das aulas às 7 horas da manhã” (Jornal A Voz de São José, nº 16, ano II, s/d).

Para suprir a falta de espaço físico, com disponibilidade de salas de aula para atender a demanda de matrícula no Município as escolas funcionavam em três turnos de três horas. Fato este que não foi peculiar a São José dos Pinhais, mas evidenciou-se em outros municípios importantes do Paraná como Londrina, conforme relato da Professora Armanda S. Lopes, citada por Miguel (1978, p. 123) “o dia escolar da criança londrinense era de três horas, pois a escola funcionava em três turnos e nas classes da Escola de Aplicação da Escola Normal não era possível ‘pensar em salas para qualquer atividade fora das classes abarrotadas’”.

Este fenômeno ocorreu no contexto nacional, e foi, segundo Anísio Teixeira (1966), resultado da política de educação voltada para a idéia de treinamento para o trabalho, aliada à extensão do ensino a todos. Na prática, segundo o autor, resultou “em um programa de *menos educação a maior número de alunos*” (grifo do autor) (1996, p. 280)

Ainda o mesmo autor informa que surgiu “para ampliar a matrícula, a inovação dos turnos escolares, ou seja, o funcionamento da escola em vários turnos, com redução do dia escolar”

O fato é que o fenômeno urbano nos grandes centros, causado pelo êxodo rural e demais movimentos migratórios, acabou provocando maior demanda pela escola. Os centros urbanos receptores de grande parte dessa população não estavam preparados. Conseqüentemente, houve aumento da demanda, sem que houvesse estrutura física e adequada formação do professor para suprir essa necessidade. A improvisação de espaço físico, foi a solução encontrada quando, então, as escolas funcionaram com três turnos, reduzindo o dia escolar. Também houve em conseqüência da expansão do ensino primário, a expansão do ensino

médio e secundário acadêmico, pela “improvisação de escolas secundárias sem formação adequada dos professores.” (TEIXEIRA, 1966, p.281).

O problema de espaço físico nas escolas de São José foi sempre um agravante para o processo educacional. Escolas com turnos de três horas continuaram funcionando no Município, embora em menor número, ainda na década de 70.

A cada início de ano letivo, a falta de espaço físico era um agravante para o atendimento à demanda, que perdurou em períodos posteriores. Encontramos dados, de abril de 1986, que foram apresentados no plenário da Câmara Municipal, pela Inspeção Estadual de Educação do Município. Um relatório da situação das escolas da rede escolar mantida pelo Governo do Estado, que na ocasião respondia também pelas escolas de 1ª à 4ª séries. Esse relatório tomou como parâmetro o ano de 1973, ano de implantação da Reforma da Lei 5.692/71, em que São José dos Pinhais tinha uma população de 50.000 habitantes e possuía 73 salas de aula, fazendo uma comparação com a população no ano de 1986, quando tinha 135.000 habitantes e 107 salas de aula disponíveis.⁶

Quando a Escola Normal foi criada em São José dos Pinhais, era denominada Escola Normal Secundária de São José dos Pinhais. O nome Henrique Pestalozzi foi escolhido pelas alunas, conforme depoimento da Professora Alice, que também foi aluna da primeira turma formada pela Escola em 1958. “Tinha Henrique

⁶ Traçando um paralelo na evolução da demanda e da oferta escolar no âmbito estadual e tendo por base o ano de 1973, constatamos que a população estudantil era de 5.645 alunos de 1ª a 8ª séries e 2º grau. Em 1986, a mesma rede mantém 10.000 alunos, graças ao esforço desenvolvido pelas campanhas das Associações de Pais e Mestres (APMs), visto que a FUNDEPAR, construiu ao longo desses anos (...) apenas 36 salas de aula. (Evolução da demanda e da oferta escolar na rede estadual de Ensino de S.J.P. I. E. E, 9 de abril de 1986).

Pestalozzi, Dario Velozo e mais um que não me lembro. E daí ganhou o Henrique Pestalozzi, foi feita uma votação” (Entrevista Prof^a Alice Cordeiro, 2004).

Após a escolha do Patrono, em 1967, a direção da Escola foi até o Consulado da Suíça solicitar uma fotografia de Pestalozzi para fazer um quadro do patrono da Escola, o que foi conseguido e no dia do ato de intronização do quadro, haviam sido convidados e compareceram o Cônsul Dr. Hans Kiefer e o vice-cônsul (Figura 3). Na ocasião, foi solicitado a eles ajuda no sentido de construir um prédio para que funcionasse somente a Escola Normal.

FIGURA 3 -DIA DA INTRONIZAÇÃO DO QUADRO DO PATRONO HENRIQUE PESTALOZZI. A DIRETORA, PROFESSORA LYA, O CÔNSUL DA SUÍÇA DR. HANS KIEFER, O VICE-CÔNSUL E ALUNAS DA ESCOLA.



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana, 1967.

Antes disso, a diretora, Prof^a. Lya Vidal, por intermédio da chefe do Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação, Prof^a Diva Vidal, soube que estavam construindo muitas escolas. Ela pediu para ver alguns desenhos, e observando as plantas, escolheu um que seria ideal para a Escola Normal em São José dos Pinhais. Segundo depoimento da professora Alice, que estava presente, no momento da intronização do quadro, aconteceu um fato peculiar:

a Prof^a. Lya, convidou o Cônsul para descerrar o quadro, e no momento que descerrou, ela pediu a construção da Escola... () e o cônsul deu toda a construção, com tudo, tudo, tudo e o prefeito doaria o terreno. Agora, o terreno não podia ser pequeno, tinha que ser uma quadra (Entrevista Prof^a Alice Cordeiro , 2004).

O projeto de doação do terreno passou pela Câmara Municipal e foi aprovado, conforme consta em Ata da 1^a Reunião Ordinária de 1959:

primeira discussão do projeto de Lei nº 2/59, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que visa doar a praça Xavier da Silva, para ali ser construída a Escola Normal Secundária de São José dos Pinhais, ninguém quis discuti-lo, pelo que foi posto em votação e aprovado (Ata da 4^a Sessão da Câmara Municipal de S.J.P., 06/05/1959).

No entanto, apesar da doação do terreno, a construção não se efetivou, pois o Cônsul, que já era idoso, acabou adoecendo e veio a falecer e nada mais pode ser feito por parte do consulado sobre esse assunto.

A reivindicação por prédio próprio para o funcionamento da Escola Normal era feita desde sua instalação até 1973, quando a Escola Normal foi transferida para um prédio, que na ocasião encontrava-se ocioso, “o Casarão”, localizado no centro da Cidade, que pertenceu aos padres da Congregação do Verbo Divino (Figura 4). Aí havia funcionado o Pré-Juvenato, instituição confessional, que ministrava o ensino na preparação de jovens para a carreira do sacerdócio, nos anos 50; não se sabe ao certo o tempo de funcionamento desta escola em São José.

FIGURA 4 -PRÉDIO DENOMINADO CASARÃO, ONDE FUNCIONOU A ESCOLA NORMAL DE 1974 A 1979.



FONTE: Maria Lúcia Bassa Zem, 2004

A transferência do prédio deu-se no ano de 1974, devido à implantação da Lei 5.692/71, que era gradativa e foi iniciada no Município em 1973, especificamente na Escola Silveira da Motta. Assim, quando da implantação da 5ª série do Ensino de 1º grau, foi necessário a Escola Normal ceder suas dependências para atender à demanda de alunos que a escola recebera, pois a Lei 5.692/71 integrou o Ensino Primário e Ginásial em oito anos. No Art. 18, prescrevia: “O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades” (Lei 5.692/71, FILHO, 1976, p. 295) determinava a obrigatoriedade do ensino, conforme Art. 20: “O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula” (Lei

5692/71, FILHO, 1976, p.295). Além disso a Lei previa a fiscalização no cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivo à freqüência dos alunos.

A deficiência do espaço físico foi sempre um problema não resolvido na Escola Normal. Em 1959, conforme documento registrado no Livro de Ofícios Circulares, Avisos e Instruções do Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura, em apreciação ao relatório do primeiro semestre, enviado pela Escola ao Serviço de Ensino Normal, este pontuava o seguinte:

O prédio é um dos problemas que não poderá ser resolvido imediatamente, devido ao grande número de unidades escolares existentes. No entanto, como nos foi doado um terreno em São José dos Pinhais, já encaminhamos o expediente ao Rio para ver se conseguimos a verba para construção de um prédio próprio (SEN SEC/PR, 1959)

Em 1968, um ofício da Diretora, Professora Lya, ao Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, expôs a situação física da escola, deixando claro as dificuldades que esta passava, em relação ao incipiente espaço físico do qual dispunha. As salas, em número de quatro, destinadas à Escola Normal, já não eram suficientes,

pois três delas são utilizadas para as aulas e uma que praticamente é tudo: direção, secretaria, assistência técnica, sala de professores, biblioteca, serve também para guardar material de limpeza e conservação, tanto dos estocados, como os em uso; aparelhamento musical (instrumentos rítmicos) e materiais de Educação Física: arcos, rede, bola, mastros, etc... (SEN Ofício de 15/04/1968)

E prosseguia expondo as carências da Escola em relação às turmas lotadas, explicando que não podia aceitar transferências devido ao tamanho das salas, pois elas não acomodavam mais carteiras; o não entrosamento dos horários da Escola Normal (7h30) e da Escola de Aplicação (11h às 14 horas), o que dificultava as aulas práticas da Cadeira de Teoria e Prática da Escola Primária; a falta de local para reuniões de Pais e Mestres e para proferir a tradicional Aula Inaugural da Escola, a

qual era então realizada na Sociedade Esperança, mas cuja taxa de cobrança excedia os recursos financeiros da Escola; falta de espaço para expor os trabalhos práticos e material didático confeccionados pelos alunos, que por isso eram guardados em suas casas, e assim deixavam de ser valorizados pela Escola; o desejo de implantar uma sala de Pré-Primário e mesmo Jardim-de-Infância, uma vez que a Escola aderiria as idéias de Froebel, Decroly e Montessori.

Deduz-se, pela manifestação acima, que a Escola era favorável ao ensino que parte da realidade para elaborar as representações. Os teóricos referendados pela Escola comungavam no sentido de que a aprendizagem acontece em situações reais, concretas para em seguida ser abstraída por meio das representações que são feitas sobre o real. Segundo Leif (1968, p. 260) Froebel “insiste em que a educação sistemática comece quase que desde o nascimento, na família, pela direção das primeiras aquisições sensíveis”. Montessori tem como ponto forte do seu método, o material didático utilizado. Seu método cuida também da educação dos movimentos (exercícios de abotoar, dar laços, construções, realizações precisas de encaixe). A pedagogia de Decroly é fundada no princípio de “favorecer a representação mental por intuição constante e bem compreendida das lições objetivas e concretas” (LEIF, 1968, p.263).

Os teóricos referidos são adeptos de métodos que partem da realidade para se chegar às idéias. Para utilização dessa metodologia era necessário contar com espaço físico adequado para ser colocada em prática e este era um grande problema enfrentado pela Escola. Apesar de pensar nas mudanças, na relação teoria e prática que facilitaria a formação mais real para os alunos, isto não ocorria.

Talvez a escola tivesse a intenção de instalar um Jardim de Infância, embora a manutenção deste na Lei era obrigatória somente para o Instituto de Educação. (Art. 47 § 3º, Lei 4.024/61)

4.2 A ESCOLA NORMAL E A LEGISLAÇÃO

A Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, funcionou sob a égide das Leis Orgânica do Ensino Normal de 1946 e Lei 4.024/61, não chegando a implantar a Lei 5.692/71, pois em São José dos Pinhais esta deveria ter sido implantada no 2º Grau em 1977, como estava teoricamente previsto. A proposta da Lei 5692/71 era de implantação gradativa, iniciando pela 5ª série do 1º grau. Em São José iniciou-se a implantação da reforma com a 5ª série, em 1973. Em 1974, com a 6ª série, em 1975, a 7ª, em 1976, a 8ª série, estendendo-se a implantação na seqüência para o 2º grau, o que não ocorreu no ano de 1977, como era previsto, sendo implantada somente, como Habilitação Magistério em 1978, já no Colégio Costa Viana, enquanto a Escola Normal encerrou suas atividades em 1979, formando a última turma sob a vigência da Lei 4024/61.

4.3 A ESCOLA NORMAL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A Escola Normal Henrique Pestalozzi funcionou adequando-se às orientações da legislação federal e estadual.

Do início de seu funcionamento até 1962, essa escola esteve pautada nas orientações da Lei Orgânica do Ensino Normal, que fora aprovada sob nº 8530 de 2

de janeiro de 1946. Essa lei estabeleceu as bases da organização do Ensino Normal, ramo de ensino do segundo grau, dando organicidade a esta modalidade de ensino em nível nacional, até então legada à legislação de cada Estado.

O Curso na Escola Normal Henrique Pestalozzi era ofertado em 3 séries anuais, embora fosse permitido na Lei “o funcionamento do curso (...) em dois anos de estudos intensivos” conforme Art. 9º (Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946).

Os programas e a orientação geral do Ensino, deveriam ser compostos segundo as bases e orientação metodológica expedida pelo Ministério da Educação e Saúde.

O programa do curso na Escola Normal Henrique Pestalozzi compreendia as seguintes disciplinas: na 1ª série, Português, Estudos Brasileiros e Paranaenses, Anatomia e Fisiologia Humanas, Música, Prática de Ensino, Estatística, Matemática, Física e Química, Desenho e Educação Física. Na 2ª série: Biologia, Desenho, Educação Física, Estudos Brasileiros e Paranaenses, Higiene, Literatura, Metodologia, Música, Psicologia e Prática de Ensino. Na 3ª série: Desenho, Didática, Educação Física, História e Filosofia da Educação, Música, Prática de Ensino, Português, Puericultura, Psicologia e Sociologia.

Estas disciplinas eram as mesmas contidas no Art. 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, com exceção da disciplina de Estudos Brasileiros e Paranaenses ofertada na 1ª e 2ª séries, a qual não estava prevista na referida Lei. A oferta dessa disciplina na Escola Normal se explica pelo contido no Art. 46 da Lei Orgânica do Ensino Normal, a qual dava abertura para que, em cada Estado se acrescentassem disciplinas à seriação contida nos Artigos 7º, 8º e 9º. Prescrevia a lei:

A legislação de cada unidade federada poderá acrescentar disciplinas à seriação indicada nos artigos 7º, 8º e 9º, ou desdobrá-las, para maior eficiência do ensino (Art. 46, Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946).

O Ensino Religioso também fazia parte do programa de disciplinas da Escola. As aulas eram ministradas pelo Padre Pedro Fuss, o vigário da Paróquia de São José. Como previa a Lei, essa disciplina era trabalhada, porém não poderia constituir objeto de obrigação de mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

A Escola Normal mantinha uma escola primária anexa, conforme determinava o Art. 47 da Lei Orgânica do Ensino Normal. “Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino” (Art. 47, Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946). A Escola de Aplicação anexa à Escola Normal, que mais tarde denominou-se Escola de Aplicação Olavo Bilac, estava instalada no mesmo prédio que aquela. Na Escola de Aplicação atuavam somente professoras com formação no Curso Normal de 2º ciclo, conforme afirma a professora Alice: “veio uma lei que dizia que aluna nenhuma da Escola Normal podia fazer o estágio onde a professora não era formada. (...) nós fomos escolhidas, quatro para dar aula na Escola de Aplicação, das 11 às 14 horas” (Entrevista Profª. Alice Cordeiro, 2004).

A Escola Normal Henrique Pestalozzi funcionou adequando-se às orientações da legislação federal, estadual e especificamente do Serviço de Ensino Normal (SNE) da Secretaria de Educação e Cultura. Segundo registro encontrado na documentação da Escola, em livro de Ofícios Circulares, Avisos e Instruções dos anos de 1959 e 1960, esse Serviço compunha-se de um setor, o Setor de Assistência Técnica (SAT), que tinha a incumbência de manter as Escolas Normais

informadas sobre as determinações concernentes a esse nível de ensino e esclarecer dúvidas a respeito do trabalho pedagógico nas escolas.

Os assuntos abordados nos ofícios circulares, nos avisos e instruções eram os mais variados: determinação das comemorações das datas cívicas na escola, agradecimentos aos professores por comparecimento às reuniões no início do período letivo, repasse do conteúdo das Resoluções da Secretaria de Educação e Cultura, incentivo à ampliação da biblioteca nas escolas entre outros.

Pela análise dos referidos documentos, percebe-se que a Escola Normal não possuía autonomia em relação à tomada de decisões em nível local, tudo deveria ser feito de acordo com as normatizações do referido Serviço de Ensino Normal, que por sua vez cumpria determinações legais dos seus superiores hierárquicos, e se submetia às políticas de educação estabelecidas.

Essa falta de autonomia pode ser esclarecida nas relações de poder, em que a norma aparece como princípio de coerção. No caso da escola, Foucault citado por Enguita (1989, p.142), “acentuou particularmente os mecanismos de vigilância e de controle de comportamento e sua integração na relação pedagógica”.

O autor esclarece que o Século das Luzes foi também o das disciplinas, que se estenderam através das instituições coletivas: a prisão, o hospital, o exército, o trabalho, a escola. A revolução industrial trouxe a necessidade de criar mecanismos para mudança de comportamento exigido pela modernidade. O trabalho a ser executado nas indústrias exigia disciplina do trabalhador, constituída pela pontualidade, eficácia, higiene, assiduidade ao trabalho, características estas que eram dispensáveis em uma sociedade tradicional. Essa função coube à escola. Foucault enfatizou que:

Enquanto nos espaços públicos como o mercado ou a esfera política as liberdades abriam caminho, nos espaços fechados (...) criava-se toda uma parafernália de normas, regras e controles disciplinares destinados a sufocar a iniciativa e a individualidade.(...) a difusão de mecanismos como a vigilância panóptica, a organização serial do espaço, a economia do tempo, a codificação dos movimentos, os registros e, em geral a normalização dos indivíduos e de seus comportamentos através das instituições. (In ENGUITA, 1986, p.141)

A escola é a primeira instituição, depois da família, à qual as crianças se incorporam. A escolarização representa um primeiro contato da criança com uma instituição formal e/ou burocrática, com uma organização. "A escola não apenas pretende modelar suas dimensões cognitivas, mas também seu comportamento, seu caráter, sua relação com o seu corpo, suas relações mútuas" (ENGUITA,1986, p. 158).

Considerando o trajeto da instituição escolar acima colocado, em que esta existe com a finalidade de atender a um modelo econômico, no caso o capitalista, é fácil explicar a afirmação de não autonomia da referida escola. A sua organização e funcionamento se dá submetida a normas, regras, nesta sociedade hierarquizada /burocrática, em que o capitalismo conseguiu dar forma à escolarização.

As Escolas Normais reportavam-se diretamente ao Setor de Assistência Técnica do Serviço de Ensino Normal. A este cabiam atribuições, divulgadas pelo Ofício 15/59:

este Serviço está em condições de responder todas as consultas de ordem técnica, quer em se tratando de programas dos currículos, quer de aplicação de métodos de ensino, ou ainda, qualquer expediente que possa esclarecer dúvidas sobre bibliografia, pontos de difícil execução, etc. (Ofício 15/59, s/d).

As referidas consultas deveriam ser feitas por escrito, em formulário fornecido pelo Setor, onde deveria constar o nome da escola, cidade, orientações solicitadas, identificação da disciplina, série, unidade, assunto e nome do professor consulente.

O Ofício circular nº 13/59 (s/d), do Serviço de Ensino Normal orientava sobre a realização de trabalho de Assistência e Orientação às Escolas Isoladas dos Municípios. Sugeria o ofício, que essa assistência fosse efetivada pela Escola Normal, em perfeito entendimento com a Inspeção Auxiliar de Ensino, no sentido de efetuar o contato dos alunos de 2ª série da Escola Normal com professores e alunos das Escolas Isoladas. Esse contato seria feito uma vez na semana, de modo que a Escola Isolada fosse visitada, pelo menos, duas vezes ao mês, por grupos de alunos. Estes deveriam preparar um assunto de interesse, dentro do programa aplicado (higiene, geografia do município, História do Paraná, jogos, ilustrações para aulas, teatro de fantoches e outros), para ser desenvolvido na escola visitada. As orientações enfatizavam a realização de convite aos alunos e professores das Escolas Isoladas para que visitassem a Escola Normal a fim de conhecer suas dependências e principalmente para que pudessem observar os trabalhos práticos realizados pelos estudantes normalistas e debater sobre os problemas de suas escolas.

Esta parece ter sido uma estratégia de aproximação entre as alunas e os professores que atuavam nas Escolas Isoladas com a finalidade de colocar as primeiras próximas à realidade prática e ao mesmo tempo, trazer o professor da Escola Isolada para entrar em contato com as novidades pedagógicas, em termos de didática, recursos, procedimentos, trabalhos desenvolvidos na Escola Normal.

Evidenciou-se a preocupação do Serviço de Ensino Normal com a atualização dos professores, pelas convocações insistentes para que estes participassem nas reuniões realizadas pelo Setor no início do ano letivo. Outra evidência é o teor do Ofício Circular nº 14 de 23 de agosto de 1956, o qual solicita que:

- a) sejam feitas reuniões mensais (em seguida à última aula) a fim de que todos os professores possam conhecer e interpretar os artigos que regem a Regulamentação dos Cursos Normais;
- b) estas reuniões devem ter um dia fixado a fim de não causar atrapalhos ao Corpo Docente;
- c) devem ter caráter efetivo, visando também o aproveitamento dos alunos, os programas, matéria lecionada, dificuldades encontradas e outros assuntos que se relacionem com a Escola;
- d) apresentação de sugestões para melhor funcionamento do Curso;
- e) a Direção deverá anotar todos os assuntos abordados em um livro especial que deverá ser assinado por todos que comparecerem às reuniões.

Observa-se pelas determinações, que havia preocupação em manter os professores engajados com a legislação e demais assuntos pertinentes ao Curso Normal e também deixa transparecer a idéia da necessidade de compartilhar experiências, apresentar sugestões, buscando juntos soluções para as dificuldades encontradas no trabalho pedagógico. Isso tudo contribuiria para um melhor funcionamento do curso. Constata-se, também, que as reuniões deveriam ser realizadas sistematicamente, o que significa dizer que esta prática deveria ser incorporada como rotina nas escolas.

Esse encaminhamento dado às Escolas Normais pelo Serviço de Ensino Normal, parece ter sido influenciado também pelas idéias de Pilotto, quando este segundo Miguel (1997, p.74) “idealizou ‘o plano de formação do magistério primário’, plano este que foi colocado em prática, e que orientava o trabalho na Escola de Professores de Curitiba”, a partir de 1946.

Uma das finalidades da Escola Normal no plano de Pilotto era que a escola deveria “ser um centro de cultura pedagógica, compreendendo-se, aqui, mais particularmente a investigação filosófica e a investigação experimental relativa aos problemas ligados ao fenômeno da Educação” (MIGUEL, p.74-75).

E conforme depoimento da Prof^a Lya, diretora da Escola Normal Henrique Pestalozzi, esta funcionava nos moldes do Instituto de Educação. Diz a professora: “não só a nossa, mas as de todo o Estado” (Entrevista Prof^a Lya, 2004).

O Serviço do Ensino Normal enfatizava a necessidade do engajamento dos professores em relação às questões da Educação, promovendo reuniões e incentivando a participação dos professores nos cursos de atualização. No ano de 1959, o Ofício nº 52/59 deste serviço deixou evidente esta condição para a melhoria do trabalho docente.

Nossa insistência no assunto está condicionada à técnica do ensino e o corpo docente de uma Escola Normal que tem por princípio dar a formação profissional aos seus alunos, deve comparecer, periodicamente aos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento; participar de reuniões pedagógicas em seu estabelecimento, apresentando trabalhos pessoais ou sugestões; colaborar no sentido da elevação do nível cultural de sua Escola, etc. (SEN Of. 52/59 s/d)

De todas as atividades realizadas pela escola era necessário encaminhar relatório, ao Serviço de Ensino Normal. Observa-se um rigoroso controle do trabalho desenvolvido por parte da Secretaria de Educação. Da mesma forma, em relação às funções do Assistente Técnico das Escolas Normais, que eram as que seguem:

- 1º) Observar, em colaboração com a direção da Escola normal, o ensino ministrado pelos professores, zelando pela fiel, completa e eficiente execução dos programas;
- 2º) inteirar-se das solicitações enviadas pelo Setor de Assistência Técnica do Serviço de Ensino Normal no sentido de bem orientar os senhores professores no seu trabalho docente, na confecção de listas de pontos destinados às provas parciais, encaminhá-los ao Setor de Assistência Técnica para melhores esclarecimentos.
- 3º) Registrar nos relatórios enviados ao Serviço de Ensino Normal, os trabalhos realizados pela Assistência Técnica durante o semestre;
- 4º) Enviar ao Serviço de Ensino Normal relatórios mensais sobre as visitas realizadas pelos alunos de 2ª série nas Escolas Isoladas. (SEN, 26/05/59 Maria Carolina Delay)

Observa-se nestes ítems, que o modelo escolar contava com uma estrutura administrativa rígida, como mecanismo para fazer valer os princípios da Lei.

Na leitura desses documentos, verificou-se que, ao menos nos anos de 1959 e 1960, dava-se ênfase aos deveres cívicos na Escola, procurando despertar nos alunos o amor à Pátria e o dever da sociabilidade. As comemorações das datas cívicas a serem realizadas na Escola eram determinadas pelo Serviço de Ensino Normal, onde este sugeria as principais datas a serem comemoradas durante o ano e a utilização do último horário das aulas para que estas se efetivassem. De acordo com a Circular nº 20/59 e 3/60, as datas a serem comemoradas eram:

1º de março – aula inaugural
14 de abril – Dia Pan Americano
21 de abril- Tiradentes
1º de maio – Dia do Trabalho
2º Domingo de Maio – Dia das Mães
7 de setembro – Independência do Brasil
Outubro – Semana da Criança
15 de Novembro – Proclamação da República
Dia da instalação da Escola, Semana da Boa Leitura e Dia do Livro.
Ainda devem ser comemoradas as datas do Município.
De cada comemoração deverá ser enviado um relatório para o SEN. (SEN Circular nº 20/59 e 3/60).

O desenvolvimento do espírito cívico e amor à pátria estava delineado na Lei Orgânica do Ensino Normal no Art. 13, alínea b, que previa: “a educação moral e cívica não deverá constar de programa específico, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino” (Art. 13, Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946).

A comemoração das datas cívicas na escola pode estar ligada à concepção da ‘História Comemorativa’. Caracterizada como o período em que a comunidade científica, os historiadores, buscavam pela pesquisa, transformar a História em Ciência. cuja preocupação era o método rigoroso, científico.

Duas correntes nortearam esta preocupação dos historiadores: o positivismo e o historicismo. O próprio caráter dessas correntes imprimiu na História o sentido de que o importante é o fato, o fato histórico e que este deve ser narrado como

realmente aconteceu. Houve então, o predomínio pelos historiadores, da pesquisa erudita, com excessiva dedicação ao documento escrito, conforme esclarece De Boni (1983, p. 203).

A História quis, portanto, através de seu método, tornar-se científica, mas em seu espírito tornou-se História das Nações. Daí a denominação 'História Comemorativa'. Porque os Estados, transformados em Nações, vão propiciar o estudo da história, vão publicar documentos, vão favorecer os pesquisadores, mas com aquele sentido de procurar na História dos tratados, das guerras, da política, a justificativa para sua afirmação como nação, para o poder, para incentivar o sentimento nacional.

Nessa história o principal é o indivíduo, o personagem histórico e o fato histórico. O trabalho do historiador prioriza então o relato dos fatos.

Outra forte marca de que a Escola Normal em questão funcionou sob os ditames da Lei Orgânica do Ensino Normal foi a avaliação adotada por esta. Verificando as fichas individuais de alunos, estas apontam que a avaliação era realizada seguindo religiosamente a Lei.⁷ Eram feitas argüições mensais desde o mês de abril até o mês de outubro, portanto cinco durante o ano. Também eram feitas duas provas parciais e prova final. Para a aprovação, a nota era calculada utilizando médias ponderadas, que incluíam as notas mensais de exercícios somadas à nota da primeira prova parcial com peso dois e nota da segunda parcial com peso três, a qual era obtida calculando a média aritmética da somatória das notas citadas.

No caso do aluno não ser aprovado, ele poderia realizar as provas de segunda época, desde que este tivesse comparecido a pelo menos 75% das aulas. A aprovação após a segunda época era calculada da seguinte forma: prova escrita e prova oral, das quais resultava uma média. À média obtida na prova de segunda

⁷ Sobre a avaliação ver Capítulo VII da Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946.

época era atribuído o peso cinco, somada à nota anual de exercícios com peso dois, à nota obtida na primeira prova com peso um e segunda prova com peso dois. O resultado, dividido por 10, resultava na média final a ser atingida para aprovação, em que era exigido a nota mínima 5,0 (cinco).

A avaliação era realizada desde o momento em que o aluno pretendia ingressar no curso, era feita uma seleção, por meio de provas. Essa prática não era determinação local, mas oficial. No Art. 20, alínea e, da Lei Orgânica do Ensino Normal, consta como uma das exigências para ingresso no curso Normal: “habilitação nos exames de admissão”. (Art. 20, Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946).

A avaliação constituía-se de critérios rigorosos, os quais eram repassados às Escolas Normais pelo Setor de Assistência Técnica do Serviço de Ensino Normal, esclarecendo e orientando sobre a época e a maneira de ser aplicada, conforme Circular 22 s/d:do SEN.

- a) O horário para as Provas Parciais e a relação dos professores que deverão atendê-las serão afixados, pelo menos, com 48 horas de antecedência; convém que em cada uma das salas, aonde se realizarão as referidas provas fiquem dois professores, sendo um deles o professor da disciplina e o outro auxiliar dos trabalhos;
- b) para o exame de cada disciplina será organizada uma lista de dez pontos, com três temas distintos e cujos conteúdos possam ser bem desenvolvidos; sobre os mesmos serão elaboradas três questões sendo uma delas obrigatoriamente - Dissertação - podendo as demais constituírem-se de outras formas de verificação (questionários, preenchimento de lacunas, etc.)
- c) a referida lista será organizada sobre a matéria lecionada e entregue à Secretaria da Escola, até cinco dias antes da realização das provas;
- d) a duração das provas parciais escrita será de noventa minutos a partir da formulação das questões;
- e) em todas as provas o ponto deverá ser sorteado na presença do diretor ou de quem estiver substituindo;
- f) o examinando não poderá ser submetido a mais de duas provas por dia (grifos no original)

Durante os anos de 1959 e 1960, o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) financiou bolsas de estudos para os professores das Escolas Normais

participarem de Cursos de Aperfeiçoamento. Conforme Circular 15/59 do SEN: uma bolsa para aperfeiçoamento em Metodologia da Linguagem, três para Assistente de Diretor de Educação ou Orientador de ensino primário, uma bolsa de estudo de Arte Infantil. Cursos de Especialização também foram patrocinados pelo PABAE (Programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar) nas Cadeiras de Psicologia, Linguagem, Aritmética, Ciências Naturais e Sociais e Áudio-Visual, no período de julho a dezembro (SEN, s/d, p. 8). Em 1960, duas bolsas para o Curso de Curriculum e Supervisão em Belo Horizonte, também sob o patrocínio do PABAE (cf. Circular 4/60, SEN). Pode-se afirmar que a Escola Normal de São José dos Pinhais participou com a presença da professora Maria Carolina Delay, conforme depoimento da Prof^a Alice: “porque a D. Maria Carolina, ela foi para os Estados Unidos também. Foi quando a Didática começou, (...) no 2º ano, aí que nós começamos a aprender planejamento, que a gente dividia em objetivos, matéria e colocava assim tudo aquilo em quadros” (Entrevista Prof^a Alice Cordeiro, 2004)

O PABAE atuou no Brasil como programa de cooperação técnica por meio de bolsas de estudos para treinamento e formação de pessoal. A Escola Normal Henrique Pestalozzi enviou uma professora bolsista aos Estados Unidos. O objetivo do PABAE naquele momento era realizar a instrução de professores das Escolas Normais em relação às Metodologias de Ensino, e da Psicologia para estes serem multiplicadores das inovações trazidas dos Estados Unidos nos cursos em que atuavam nas Escolas Normais. Sobre a ajuda internacional à Educação, com referência ao aspecto técnico, Romanelli (1978) esclarece que o treinamento ou a formação de pessoal, realizados tanto no país doador como no país do bolsista, sempre vai seguir o modelo estrangeiro, e por isso mesmo não facilita a integração do indivíduo ou da qualificação por ele recebida no quadro da realidade exigida pelo

seu país, pois os valores, as aspirações intelectuais são diferentes, bem como as condições de trabalho. Isso tudo leva o indivíduo a isolar-se da realidade ou ainda a atuar de forma negativa em sua realidade socioeconômica e cultural por encontrar-se adaptado a modelos sofisticados que não se identificam com um contexto menos desenvolvido.

Neste sentido, a ajuda internacional à educação, conforme o pensamento da autora citada favorece a implantação de técnicas de ensino modernizantes, que privilegiam o estudo da aprendizagem em si, desconsiderando a realidade local, além de dar uma única direção à pesquisa educacional. Este novo direcionamento encaminha para a compartimentação e desvalorização dos estudos que privilegiavam as categorias socioeconômicas e políticas, bem como suas inter-relações. Há, então, a supervalorização das áreas tecnológicas onde predomina a especialização sobre a formação geral, o que leva a não consideração das ciências humanas e sociais.

Com a expansão da industrialização houve incremento da demanda social pela educação. Como consequência agravou-se a crise do sistema educacional. O processo de industrialização requeria das escolas a preparação de mão-de-obra para enfrentar novas atividades produtivas. O modelo de sociedade exigia outro tipo de educação. Demandava também maior número de escolas, portanto mais investimentos na educação. Segundo Romanelli, “esta, na verdade, acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a *Agency for International Development* (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro”. (1978, p. 196).

Pode-se dizer que a Escola Normal Henrique Pestalozzi em São José dos Pinhais, durante o seu funcionamento nos anos de 1956 a 1979, esteve sob o jugo das políticas oficiais tanto as de nível nacional como as de nível estadual, no entanto não inseriu-se no contexto que se imprimiu nos anos 70, retratado na Lei 5692/71. A Escola continuou seu trabalho atuando conforme a Lei 4024/61 até encerrar suas atividades em 1979.

Nos anos iniciais de seu funcionamento, principalmente 1959 e 1960, de cujo período foi possível resgatar documentos da própria escola, pode-se perceber pela análise destes que a escola mesclava seus procedimentos de ação. Em algumas ações atuava de forma tradicional, em outras deixou transparecer uma tendência vinculada à Pedagogia da Escola Nova e ainda em outras as ações relacionadas à Pedagogia Tecnista, adequando-se ao contexto e as mudanças das políticas propostas.

São encontradas evidências explicativas desta afirmação nos fatos relatados a seguir. As questões mais ligadas à função administrativa burocrática eram direcionadas pelo Sistema Estadual, portanto podem ser caracterizadas como tradicionais. Tradicional era também a disciplina rígida, que fazia parte do cotidiano escolar, conforme pode-se verificar ainda no ano de 1971 pela listagem de compromissos que deveriam ser assumidos pelos alunos. Pressupõe-se, que estes compromissos (deveres) eram divulgados aos alunos como primeira atividade do ano letivo, pois constava na primeira página dos cadernos dos alunos⁸, o que leva a crer que à disciplina era dado elevado grau de importância.

⁸ Material escolar individual utilizado pelos alunos para anotações dos conteúdos escolares.

- 1 - Assistir às aulas devidamente uniformizada;
- 2 - Observar fielmente o horário
- 3 – Assistir às aulas de religião, assistindo às quintas-feiras à Santa Missa.
- 4 – Acatar as instruções do Corpo Administrativo.
- 5 – Aceitar ordem e sugestões do corpo docente.
- 6 - Tomar parte em reuniões, festas, quaisquer atividades promovidas pela Escola.
- 7 - Não sair do Estabelecimento sem ordem prévia.
- 8 – Não permanecer na porta de entrada, nem nos corredores.
- 9 -Não usar de meios fraudulentos na execução de exames, provas, exercícios sujeitos a julgamento, considerando tais recursos incompatíveis com a dignidade escolar. (Caderno da aluna Elvi Foggiano, 3º ano – Escola Normal, 1971) (grifos no original)

Essa ação se apresenta como tipicamente tradicional, e com forte influência da Igreja Católica até certo ponto, que desempenhava papel moralizante visando a manutenção da ordem social. Mas também influenciada pelo regime autoritário do governo militar, que objetivava a manutenção da ordem, caracterizado pela Política de Segurança Nacional.

Em relação às questões pedagógicas, entre elas a metodologia dos professores, principalmente, o que ficou evidenciado foi que, no período em que o Serviço do Ensino Normal era o setor que respondia pelo Magistério na Secretaria de Educação, a grande preocupação deste era colocar em prática um ensino cada vez melhor, e para isso eram promovidas reuniões no Setor e incentivada a presença dos professores, mas também a realização destas nas Escolas.

O principal foco dado para esta melhoria do ensino era a troca de experiências entre os professores das diferentes escolas. A proposta da atuação das alunas de 2ª série da Escola Normal diretamente nas Escolas Isoladas, visando estender os serviços da Escola Normal à comunidade. De modo geral, nas Escolas Isoladas atuavam professoras leigas e esta estratégia daria a possibilidade destas visitarem a Escola Normal, onde teriam oportunidade de conhecer as novidades didáticas, os trabalhos realizados e trazer suas dificuldades de atuação. Não foi possível verificar se realmente isto foi colocado em prática na Escola Normal de São

José dos Pinhais, pois a quase inexistência de documentos não permitiu. Ao solicitar à ex-diretora Professora Lya, esclarecimento sobre esse fato, nada se obteve. No entanto, esta relatou que em certa ocasião esteve numa escola localizada na Colônia Rio Grande⁹, para ministrar aula às professoras sobre o uso da crase. Em outro momento, a Escola Normal visitou uma Escola em Antonina e esta posteriormente veio visitar a Escola Normal em São José dos Pinhais. Este relato é indicativo do intercâmbio que havia entre as escolas, cujo procedimento era sugerido pelo Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação.

Essas ações, sinalizam para ação pedagógica tipicamente da Pedagogia da Escola Nova e mais precisamente as idéias de Pilotto que enfatizava a escola como centro de divulgação da cultura.

É importante ressaltar que durante esse período as funções administrativas e pedagógicas eram concebidas como funções separadas, bem definidas, nas quais observa-se a presença da tendência tecnicista na educação.

A Escola e as demais instituições sociais do município

Analisando as fotos e os depoimentos obtidos nas entrevistas, pode-se afirmar que as relações mantidas entre a Escola Normal e as demais instituições do Município eram amigáveis, de bom entrosamento e de parceria. Os eventos promovidos pela Escola eram amplamente divulgados e bem aceitos, tanto pelas famílias dos alunos como pela comunidade em geral. O depoimento da Professora Lya Vidal, confirma: “A Câmara de Vereadores, por quatro vezes conferiu à Escola

⁹ Escola Isolada, localizada na zona rural do Município de São José dos Pinhais a aproximadamente 4 Km da sede

votos de louvor pelo trabalho frente à Comunidade, sinal de que acompanhava bem de perto nossa atuação” (Entrevista Profª .Lya Vidal, 2004).

Em um dos eventos, realizados pela Escola alusivo à “Semana da Boa Leitura”, os comerciantes da cidade liberaram as vitrines de suas lojas para que estas fossem decoradas com trabalhos realizados pelas alunas da Escola Normal em incentivo à leitura, realçando o valor do livro.

Nos desfiles cívicos, na Semana da Pátria, a população comparecia em massa, e uma maneira de chamar a atenção do povo era trazer ao Desfile a Banda da Polícia Militar ou a Fanfarras do Quartel do Boqueirão (Figura 5) até que a Escola Normal pudesse ter sua própria fanfarras. Também eram convidadas escolas de Curitiba para participar do desfile, como o Colégio da Polícia Militar.

FIGURA 5 - FANFARRA DO QUARTEL DO BOQUEIRÃO NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1967.



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana.

Para a realização desses desfiles a Escola contava com o desprendimento da Diretora, Profª Lya, a qual mantinha boas relações com pessoas influentes, o que

possibilitava-lhe apresentar um desfile cívico atrativo para a comunidade, que participava com satisfação do evento.

FIGURA 6 - DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO – ALUNAS DA ESCOLA NORMAL HENRIQUE PESTALOZZI, 1967.



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana

Evidencia-se a preocupação por parte da Escola Normal, na pessoa da Prof^a . Lya, em chamar a atenção do povo para participar dos eventos promovidos por esta, conforme relato da Prof^a Alice:

Tinha um cunhado dela que era chefe da Polícia Militar e D. Lya telefonava, falava com ele, ele mandava a banda. E a banda aquele tempo! Não tinha nem fanfarra aqui, porque só depois que a Escola Normal começou com aquela fanfarra. Então todo mundo ia, quem não gosta de barulho ? (Entrevista Prof^a Alice Cordeiro, 2004).

Com relação as formaturas, embora fosse comum sua realização nas escolas naquele período, as da Escola Normal Henrique Pestalozzi eram revestidas de um caráter solene. Era feita uma "beca" especial, para ser usada na colação de grau. A maioria das alunas comprava o anel de grau de Professora, pedra verde. Este fato demonstra a importância atribuída pelos pais ao grau de formação adquirido pelas

normalistas. As formaturas eram realizadas no Salão de Festas da Sociedade Esperança e a mesa era composta por autoridades civis, militares e eclesiásticas locais e de Curitiba, conforme mostram as figuras 7 e 8.

FIGURA 7 - SOLENIDADE DE FORMATURA DA ESCOLA NORMAL C. E. HENRIQUE PESTALOZZI NA SOCIEDADE ESPERANÇA, S/D



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana.

FIGURA 8 - FORMATURA DA ESCOLA NORMAL NA SOCIEDADE ESPERANÇA, 1968



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana

Havia bom entrosamento entre a Escola Normal e as escolas primárias. Era comum a Escola Normal participar de atividades alusivas às datas comemorativas que eram realizadas pelas escolas do Município, como no caso desta foto em que se comemorou o Dia da Ave no Grupo Escolar Padre Arnaldo Jansen.

FIGURA 9 -CELEBRAÇÃO DO DIA DA AVE NO GRUPO ESCOLAR PE. ARNALDO JANSEN. A ESCOLA NORMAL C.E. HENRIQUE PESTALOZZI SE FEZ PRESENTE.



Da esquerda para a direita: o Pe. Pedro Fuss, Vigário, o Prefeito Dr. Francisco Ferreira Claudino, o Deputado Ernesto Moro e a Diretora da Escola Normal, Profª Lya Vidal.

FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana. 1969

Constatou-se no período, a presença marcante da Igreja Católica nas escolas do Município e portanto, também na Escola Normal, assim como a participação desta Escola nos eventos da Igreja. Às quintas-feiras, semanalmente, era celebrada uma missa. As alunas iam direto à Igreja Matriz assistir à santa Missa, uniformizadas e depois deslocavam-se para a Escola para assistir as aulas. Não se sabe ao certo, a partir de que ano, certamente a partir de 1962, porque a Escola Normal participava juntamente com a Escola Padre Arnaldo Jansen, (fundada em 1962) que iniciou essa prática. No entanto, esta atividade não se constituía em obrigatoriedade de

participação por parte dos alunos que não fossem católicos, essa questão era respeitada.

A relação que havia entre a Escola e a Igreja era consistente, e pode ser constatada no depoimento da Professora Lya, o qual reafirma a forte influência da Igreja.

Relação com a Igreja nem se fala, o Pe. Pedro Fuss, nas missas das quintas-feiras reservava as esmolos de uma delas no mês, para o fundo da Escola. Emprestava-nos o salão paroquial para as festas, tanto de colação de grau como juninas, festas sociais ou esportivas (Entrevista Profª Lya Vidal, 2004).

Essa forte relação das escolas com a Igreja Católica justifica-se no fato de São José dos Pinhais possuir a maioria da população católica, conservadora da moral e bons costumes. Porém pode ser justificada de modo amplo, pela ideologia católica de preservar os espaços que conquistou procurando manter sua influência sobre a instituição escolar.

Desde o século XIX, quando o liberalismo atingiu o seu auge, expandiu-se politicamente o imperialismo, socialmente o democratismo (com domínio da classe burguesa) e intelectualmente o avanço das ciências, nos seus métodos e aparelhamentos. Foi o século marcado pelo domínio do homem sobre a natureza desde a ruptura com a concepção teocêntrica medieval.

No Brasil, a educação esteve sob o monopólio jesuítico durante mais de duzentos anos, por isso um país predominantemente católico. E permaneceu com os valores daqueles, mesmo depois de serem expulsos por Pombal, que era adepto do cientificismo veiculado na Europa. Tal foi o legado deixado pelos jesuítas traduzido numa certa organicidade manifesta no *Ratio Studiorum*.

Com o advento da República do Brasil e o triunfo das idéias liberais, colocou-se um ponto final às regalias da Igreja quando foi oficializada a separação da Igreja e do Estado na Constituição de 1891. O Estado foi proclamado laico.

Durante a Primeira República pode-se dizer que o período foi de calma nos meios católicos. A batalha travada, anteriormente, entre católicos e liberais e entre católicos e positivistas foi cessando progressivamente. No entanto, se a Igreja Católica aceitou a República, o mesmo não aconteceu quanto ao laicismo. Contra o laicismo iniciou-se movimentos da Igreja com o fim de alterar as bases agnósticas e laicistas do regime (CURY, 1986), como foi o caso da Pastoral publicada por D. Sebastião Leme, em 1916, a revista *Ordem* e o Centro D. Vidal. Segundo Cury (1986, p. 16) esse Centro pretendia “formar quadros católicos atuantes e atuadores no panorama nacional que começa a dar sinais de mudança”. A partir de 1928, Tristão de Ataíde, assumiu a liderança leiga no Centro, visando os mesmos objetivos, “cristianizar a elite intelectual e mesmo política do país” (CURY, 1986, p.16) .

O movimento revolucionário de 30 fortaleceu a Igreja no sentido de que ela se tornara indispensável ao processo político. Este foi, então, o momento oportuno de exercer influências com vistas a seus interesses. Ao Estado, a Igreja interessava como aliada do pacto e na luta anticomunista. Dessa forma a Igreja recuperou os benefícios que havia perdido com a Constituição Republicana e conseguiu reintroduzir o ensino religioso, mesmo facultativo, nas escolas pela Constituição de 1934.

Para os católicos, as crises no mundo e no Brasil, eram fruto do esquecimento de Deus. Cury (1986) informa que a intelectualidade católica propunha uma solução para o caos a qual implicava a volta dos homens para

dentro de si, volta à espiritualidade ou a aceitação das leis da matéria. Essa traria como consequência o comunismo materialista. Aquela é a corrente nacional, tradicional e cristã, que valoriza o aperfeiçoamento moral, espiritual e material de toda a sociedade.

A partir daí, a Igreja Católica continuou sua tarefa de moralização do povo exercendo influência nas gerações, também por meio da escola.

A Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi participava, também, de eventos de inauguração de obras realizados pela Prefeitura, principalmente após esta possuir sua fanfarra. Um destes eventos ocorreu no ano de 1971, quando da inauguração da rede de luz elétrica na localidade rural de Cachoeira, conforme mostra a Figura 10. A fanfarra da Escola Normal foi abrilhantar o evento, depois foi oferecido um almoço para as pessoas da Escola e autoridades presentes.

FIGURA 10 - FANFARRA DA ESCOLA NORMAL NO EVENTO DE INAUGURAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA NA LOCALIDADE DE CACHOEIRA.



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Costa Viana, 1971.

A realização de excursões escolares era uma prática vigente na Escola Normal. Estas deveriam ter sentido educacional recreativo, deveriam ser realizadas conforme determinações do Serviço de Ensino Normal, o qual apoiava a realização de excursões, pois este valorizava o intercâmbio entre as escolas, conforme já foi citado neste capítulo, mas para isso era necessário observar critérios os quais estão contidos no ofício Circ. 48/59:

- I - É de grande importância às Escolas Normais o intercâmbio entre as mesmas, por este motivo a Chefia do SEN apóia a realização de excursões Educativas- Recreativas;
- II - Para que uma excursão seja levada a efeito, a Direção da Escola deverá fazer o respectivo planejamento e enviar ao SEN. para a devida aprovação; (grifos no original)
- III- Cabem ao SEN e à Direção da Escola Normal que pretende realizar a excursão entrar em comunicação com, a Direção da Escola a se visitar a fim de saber das possibilidades. Somente depois de trocada correspondência e acertada a hospedagem, programa, etc., poderá a Escola marcar a data da viagem comunicando, imediatamente ao SEN;
- IV – Sendo as excursões de caráter Educativo-Recreativo o programa deverá ser elaborado com bastante cuidado. As alunas que deverão tomar parte na excursão devem ser advertidas devidamente a fim de evitar qualquer falta de disciplina;
- V – Só poderão se realizar excursões quando se fizerem acompanhadas de 3(três) professores, com a presença obrigatória de um dos seguintes elementos: a) Diretora da Escola Normal; b) Assistente Técnica da Escola Normal e Professor de Orientação Educacional da Escola. (SEN,Circular nº 48/59s/d)

Evidenciou-se a prática de excursões pelas alunas da Escola Normal com finalidade Educativa-Recreativa, visando intercâmbio com outras escolas, mas também as excursões com finalidade específica de lazer, as quais marcaram na vida de algumas alunas que não tinham outras oportunidades de viajar a lugares mais distantes. A partir de 1965, criou-se o hábito na Escola de, ao invés do Baile de Formatura, as alunas optarem por fazer uma viagem, cujos locais eram: Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e outros. Para angariar recursos para o transporte e hospedagem as alunas vendiam bolos, salgados, promoviam bailes, excursões e, ao final do 3º ano, a turma viajava. A maioria delas participava, sempre com anuência dos pais e sempre acompanhadas por, no mínimo três professores e a Direção da

Escola. Para algumas talvez, essa tenha sido a única oportunidade de fazer uma viagem mais distante, como é o caso relatado pela Prof^a Alice:

tivemos uma aluna do interior, que ainda é professora, ela fez um convite para D. Lya e eu irmos à sua casa. E lá, na hora da mesa, ela disse para todos, ela convidou a comunidade. (...) disse que ela teve uma oportunidade na vida dela de conhecer o Rio de Janeiro, que aonde que ela sonhava com aquilo, que nunca mais ela pode ir nem em Paranaguá, pois casou e teve bastante filhos. Disse que nunca mais saiu da mentalidade dela aquilo. (Entrevista Prof^a Alice Cordeiro, 2004)

Os fatos descritos evidenciam a presença da Pedagogia da Escola Nova na Escola Normal de São José dos Pinhais, o que se percebeu também com relação às orientações da disciplina de Didática e Prática de Ensino. O estágio do 3º ano era realizado durante uma semana, no qual desenvolvia-se um planejamento, em que as aulas deveriam ser correlacionadas, ou seja, os assuntos das aulas deveriam ter relação entre si, e também com o tema escolhido para a semana, o qual era denominado Centro de Interesse. O Centro de Interesse era confeccionado, como uma “maquete” e exposto na sala onde permanecia durante todo o estágio. Cada aula deveria partir dele. Isso foi evidenciado em contato com um caderno de aluna do ano de 1971, que realizou sua “regência de classe”, como era chamado o grande estágio do último ano. Este foi realizado no mês de outubro, o tema do Centro de Interesse era “A Fazenda”. Tem-se presente nesse procedimento didático as idéias de Decroly, um dos representantes da Pedagogia da Escola Nova. Para este psicólogo belga, de acordo com Nérici (1989, p. 65): “A base psicológica do método é considerar a vida mental como uma unidade, e não como soma de partes, pelo que os assuntos a serem estudados devem ser apresentados em seu todo, não repartidos em disciplinas...”

Constatou-se com esse procedimento que a Didática difundida na Escola Normal era voltada para o todo (global) a qual procurava atender a percepção que a criança tem do todo, para só depois estudar as partes.

A Escola Normal teve como diretoras: a professora Filomena Cozetti Galante, a primeira, no ano de 1956; em 1957 a professora Armanda Sabino Lopes¹⁰, em 1958 a professora Chloris Casagrande Justen e, em 1959, a professora Lya Vidal Graczyk, a qual permaneceu até o final de 1973, durante 14 anos, quando assumiu a direção da Escola Normal, a partir de 1974, a professora Maria Leocádia de Brito, que a dirigiu até 1979, ocasião em que esta foi extinta.

É importante enfatizar a pessoa da Professora Lya, que esteve à frente da Escola na função de Diretora durante 14 anos, e também como professora de Língua Portuguesa e Literatura, cujos ensinamentos ainda hoje, são lembrados pelos alunos egressos desta Escola. Era uma pessoa rígida, exigente como professora, mas ao mesmo tempo preocupada com o bem estar pessoal e com a formação humana e ética dos seus alunos. Enfatizava que era necessário como professor ter atitudes modelares, pois as atitudes do professor são referência para os alunos. A Professora Lya formou-se em História e Geografia pela Universidade do Paraná, em 1952.

Quanto aos demais professores que atuaram na Escola Normal, não foram encontrados outros registros nos documentos da Escola sobre quem foram eles. Porém por meio de entrevistas foi possível registrar alguns nomes, entre eles: Rui Scavasa, Chloris Casagrande Justen, Maria Carolina Delay, Otaíza Romanelli,¹¹

¹⁰ Professora da Escola Normal de Londrina, conforme consta em MIGUEL (1997, p. 122)

¹¹ Autora do livro "História da Educação no Brasil. Editora: Vozes, 1978, que serviu também de referência teórica para este trabalho

Mosca de Carvalho, Maria de Lourdes Gomide, Elmary Talamini Spíndola, Marli Moletta, Maria Angélica Marochi , Alice Cordeiro, Arquimedes Maranhão, Lair Silva Jardim.

Muitos destes professores exerceram papel relevante na educação paranaense.

4.5 CONSIDERAÇÕES

A Lei Orgânica do Ensino Normal teve repercussão positiva no sentido de atender a demanda da formação de professores no período, expandindo o Ensino Normal, que atenderia às necessidades, a princípio, nas zonas rurais, pois a política do governo era de fixar o homem no campo, evitando as migrações para os centros urbanos, fato que desencadeava sérios problemas sociais à administração estadual. Com escolas de Curso Normal em cada região onde estas fossem necessárias, problemas como a evasão do professor em locais distantes seriam solucionados, pois a própria lei estabelecia concessão de bolsas a alunos dos cursos normais, mas estas ficavam atreladas ao compromisso do professor permanecer atuando na região por, pelo menos, cinco anos, isto porque as escolas eram distantes, as vias de acesso eram precárias. Porém, apesar de previsto em lei, isto não acontecia. O que existiam eram os cursos Normais Regionais.

Embora os programas e orientações gerais do Ensino fossem oriundos do Ministério da Educação e Saúde, para sua implementação o MEC sugeria a utilização de processos pedagógicos ativos, onde a relação professor - aluno deveria realizar-se em constante colaboração. Também, a exigência de escola primária anexa aos Cursos Normais veio beneficiar a vivência do aluno do curso para a

realização de sua prática. Aos alunos egressos do segundo ciclo ficou permitido o ingresso nos cursos superiores, embora limitado às faculdades de Filosofia. Mesmo com grandes discrepâncias regionais, a Lei possibilitou aos Estados a outorga de mandato a estabelecimentos para que ministrassem os cursos de Ensino Normal, desde que atendidas as exigências da Lei.

Outros aspectos, porém, podem ser considerados negativos: o exame de admissão, que constituiu uma barreira para o acesso a quaisquer dos ciclos. O sistema de avaliação, caracterizado pelo excesso de provas e realizadas com base na prática de memorizar e decorar conteúdos. Outro inconveniente, era a idade máxima permitida para ingresso na Escola Normal, 25 anos, uma contradição, pois a maioria dos professores que necessitavam ou buscavam esta modalidade de ensino, já atuava como professor e possuía idade superior à determinada na Lei.

A Escola Normal Henrique Pestalozzi, a partir de 1962, funcionou normatizada pela Lei 4.024/61 de 20 de dezembro de 1961. As tentativas de adequação para a nova Lei, já em 1962, pode ser verificada pelas fichas individuais dos alunos utilizadas pela Secretaria da Escola. Estes caracterizam-se como próprios da Lei 4.024/61. As disciplinas ministradas e relacionadas nestas fichas são diferentes das ministradas na Lei anteriormente vigente¹², ou seja: na 1ª série, no ano de 1962: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Desenho, Música, Psicologia, Didática e Prática de Ensino. Na 2ª série, em 1963, Português, Matemática, História, Educação Física, Ciências, Psicologia,

¹² A Lei Orgânica do Ensino Normal propunha as seguintes disciplinas: Na 1ª série: Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física Recreação e Jogos. Na 2ª série: Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física Recreação e Jogos, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene, Educação Sanitária, Puericultura, Metodologia do Ensino Primário. Na 3ª série: Psicologia Educacional, Higiene, Educação Sanitária, Puericultura, Metodologia do ensino Primário, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação e Prática de Ensino.

Didática , Prática de Ensino, Desenho e Artes, Música e Canto e na 3ª série, ano de 1964: Português, Didática e Prática de Ensino, Organização Social e Política do Brasil, Filosofia da Educação, Economia Doméstica e Educação Física. A Escola permaneceu funcionando sob a égide da Lei 4.024/61 até o encerramento definitivo de suas atividades em 1979, quando formou a última turma, nesta modalidade de ensino.

O currículo na Lei 4.024/61 não foi fixado com rigidez para todo o território nacional, o Conselho Federal de Educação concedeu certa abertura aos Estados para que os estabelecimentos anexassem disciplinas optativas ao currículo mínimo previsto.

Embora não desencadeando mudanças substanciais, a Lei 4.024/61 foi a primeira a estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação para todo o território nacional. Além disso trouxe à tona a questão educacional e com ela a participação da sociedade civil, que demonstrou preocupação real com os problemas educacionais brasileiros, podendo ser destacada a luta dos educadores da geração de 30, agora retomada num momento de maior abertura, com maior amadurecimento quanto às questões educacionais, o que desencadeou a participação nos debates, de estudantes, operários e intelectuais.

De acordo com Saviani (1988, p. 61), “o texto convertido em lei representou uma ‘solução de compromisso’ entre as principais correntes em disputa”. Entretanto o ocorrido deu-se dentro do que o autor denominou de “democracia restrita” (id, p.61), e justificado pelo argumento de que desde a queda do Estado Novo o país viveu um clima de abertura democrática, porém estava distante das massas populares uma vez que se restringia às elites.

Tomando como base a descrição de Saviani (1988), desde o projeto original até a aprovação da Lei 4.024/61, pode-se perceber que os partidos políticos estiveram mais interessados em realizar “acordos” entre as partes do que realmente atender as expectativas da sociedade em relação à educação.

Com a Lei 5.692/71, a denominação de Escola Normal e Institutos de Educação desapareceram, dando lugar à formação de professores como uma das habilitações profissionais do ensino de 2º grau. Foi instituída a Habilitação Específica ao Magistério (HEM), em que a formação de professores far-se-ia após o aluno ter cursado as disciplinas do Núcleo Comum, ou seja, Formação Geral, que era comum a todas as habilitações. Caso o aluno optasse por cursar a Habilitação ao Magistério, cursaria as disciplinas de Formação Especial ou profissionalizantes.

Com a Lei 5.692/71 e a Lei 5.540/68, que modificou o currículo do Curso de Pedagogia, este perdeu seu cunho generalista e passou a formar especialistas em habilitações técnicas em: Supervisão, Administração, Orientação e Inspeção Escolares, instaurou-se definitivamente, o tecnicismo na educação, onde se privilegiam as técnicas em detrimento dos conteúdos, para atender a demanda do mercado. Então era preciso formar rapidamente o trabalhador qualificado para ocupar lugar no mercado de trabalho, no momento em que o Brasil tentava agilizar o processo de desenvolvimento econômico, optando pelo modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro.

Quanto à Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes ao funcionamento do 1º e 2º Graus, transformou a Escola Normal numa habilitação do 2º Grau, extinguindo a profissionalização antes ofertada nas Escolas Normais de grau Colegial, diluindo-se numa habilitação profissional em nível de 2º Grau, sob a denominação de Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

A Lei 5.692/71, quando tentou a profissionalização universal neste nível de ensino deixou evidente, segundo Saviani (1991, p.93), a influência americana por meio dos acordos MEC-USAID, centrada nas idéias de racionalidade, eficiência e produtividade, características básicas da pedagogia tecnicista.

Com o tecnicismo instalado, em que predominava a supervalorização dos aspectos técnicos, o professor passou a dirigir e controlar a prática pedagógica como atividade mecânica, rígida e programada em detalhes. Os planejamentos eram feitos por especialistas. Não foram considerados os determinantes sociais, não foi considerada a realidade. Esta pedagogia oficial foi bastante criticada pelos professores, pois praticamente anulou o papel do professor, enquanto mediador do conhecimento. Este passou a ser mero especialista na aplicação de manuais e técnicas, restringindo sua criatividade. Ao professor competia apenas executar um planejamento que recebia já pronto, ou seja, participava da execução, mas não da elaboração da proposta a ser executada. Conforme Mello (1982, p. 44) “O professor deixou de ser um artesão autônomo diante das decisões sobre o que ensinar e como transmitir e avaliar o que ensina”.

Conforme o exposto, pode-se afirmar que as legislações, leis específicas relativas à formação de professores interferiram no funcionamento da Escola Normal Henrique Pestalozzi de São José dos Pinhais no período de 1956 a 1979.

Na análise das fontes documentais da Escola, ou seja, relatórios anuais de notas, fichas de matrícula de alunos, e demais documentos exigidos para matrícula na Escola Normal em São José dos Pinhais, o Livro de registro de Circulares, Avisos e Instruções do Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura, observou-se que a Escola funcionava em conformidade com as Leis vigentes, tanto a Lei Orgânica do Ensino Normal, quanto à Lei 4.024/61. Esse fato ficou nítido no

que se refere ao Exame de Admissão, o qual foi rigidamente utilizado, e pelo sistema de avaliação, contendo número excessivo de provas.

A proposta pedagógica contida na Lei Orgânica do Ensino Normal era a Pedagogia Ativa e isto evidenciou-se em vários momentos do cotidiano da Escola, como já foi descrito. Porém, em outros momentos esteve presente a tendência tecnicista, principalmente a partir de 1962, com a influência do PABAE, em cujos cursos a Escola Normal esteve envolvida, com a participação de professores para capacitação técnica.

A Escola Normal Henrique Pestalozzi permaneceu funcionando sob a égide da Lei 4.024/61, até o encerramento de suas atividades em 1979, quando formou a última turma nesta modalidade de ensino.

Quanto às relações estabelecidas entre a Escola Normal e as demais instituições do Município, constatou-se que havia um relacionamento de respeito, de colaboração, enfim, estabeleceram-se boas relações. Evidenciou-se forte relacionamento com a Igreja, com a Câmara de Vereadores, com a Prefeitura Municipal, mas acima de tudo com as famílias dos alunos, as quais participavam com entusiasmo dos eventos realizados pela Escola. E esta era valorizada como a instituição que formava professores com profissionalismo e princípios éticos tão necessários para exercer uma profissão com tamanho grau de importância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, no decorrer de sua história, percorreu um caminho com características que foram comuns às demais Escolas Normais, no contexto amplo, porém esta constituiu-se por certas singularidades que foram construídas no seu próprio local de trabalho influenciando e sendo influenciada pela sua realidade local, ou seja, o município de São José dos Pinhais.

Analisando a trajetória desta Escola, constatou-se que o processo de desenvolvimento de suas atividades escolares deu-se sempre acompanhando os movimentos da organização social, em nível local, mas também estadual e nacional. Isso vale também em relação à legislação, à qual a Escola esteve submetida durante o seu funcionamento. Mesmo durante a vigência de uma determinada lei, percebeu-se que a atuação da Escola já tendia a aderir a idéias novas.

A Escola Normal Henrique Pestalozzi funcionou no período de 1956 a 1979 sob a vigência da Lei Orgânica do Ensino Normal, (1946) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61. Embora em 1977 já tivesse sido implantada a Lei 5.692, de agosto de 1971, nos demais níveis de ensino no Município de forma gradativa, a Escola Normal Henrique Pestalozzi não funcionou de acordo com essa Lei e continuou executando suas práticas em consonância com a lei de 1961.

Com relação aos fatores que contribuíram para a criação e funcionamento da Escola Normal em São José dos Pinhais no período, os aspectos estudados informaram que um dos fatores fortemente determinante foi, sem dúvida, o da

política mais ampla, não educacional. O que corroborou para esta afirmação foi o fato da escola ter sido criada em 1954 e permanecer dois anos sem ser instalada por falta de alunos. Além disso, em 1956, foi Chefe do Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, o professor Narciso Mendes e ainda há a considerar o fato do Sr. Ernesto Moro Redeschi, cidadão de São José dos Pinhais, ter sido eleito Deputado Estadual pelo PSD, partido do governador Moisés Lupion, cujo cenário político favoreceu a criação e instalação da Escola.

Na tentativa de compreender como as leis específicas relativas à formação de professores interferiram ou não no funcionamento dessa Escola; verificar as relações estabelecidas entre a Escola Normal e as demais instituições sociais do Município e perceber como a escola foi-se adequando às exigências da nova legislação, pode-se afirmar que as políticas educacionais interferiram no funcionamento da escola, porém não totalmente. Isto se explica pelo fato da Escola Normal ter funcionado de 1956 a 1962 de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal; e a partir de 1962, até o encerramento de suas atividades em 1979, sob a vigência da Lei 4.024/61, mesmo que já tivesse sido implantada no Município a Lei 5.692/71, que era gradativa e foi iniciada em 1973. Portanto, teoricamente, em 1977 já deveria ter sido implantada na Escola Normal.

A questão da política ampla (não educacional), local, nacional e também internacional, teve influência sobre esse fato, pois não havia naquele momento interesse em investir numa escola cuja estrutura de currículo já não era necessária ao tipo de sociedade que estava se implantando no País. E São José dos Pinhais inseria-se naquele momento, na economia paranaense e nacional, com a instalação de empresas, incluindo as multinacionais.

Apesar da expansão do ensino primário, da demanda social pela educação, a estrutura e organização do curso de formação de professores na Escola Normal não se coadunava com o modelo proposto na Lei 5.692/71, pois sabe-se que a Escola permaneceu com sua atuação voltada aos ditames da já antiga, Lei 4.024/61.

Outro fator pode ter sido a resistência da própria escola em aceitar uma proposta de estrutura de curso que extinguiu a sua característica substancial, quando a Lei 5.692/71 transformou a Escola Normal numa habilitação de 2º Grau, eliminando a profissionalização antes ofertada nas Escolas Normais de 2º Ciclo. Essa resistência permaneceu até ter sido decretada a cessação das atividades das escolas que funcionavam sob a vigência da Lei anterior ou seja, da 4.024/61.

Embora não se adequando à Lei 5.692/71, a Escola Normal Henrique Pestalozzi sofreu a influência dos ditames da mesma, à medida em que modificavam-se as relações sociais de produção e São José dos Pinhais ingressava no novo mercado de trabalho. Outro fato a ser considerado é que alguns professores, que ali atuavam, participaram de cursos de atualização e aperfeiçoamento, cuja programação referia-se a Lei 5.692. Nestes eram tratadas questões administrativas, mas também de ordem pedagógica. Estes cursos foram realizados no CETEPAR (Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná), durante a década de 70.

Para evitar interpretação ambígua é preciso explicitar que apesar desta Escola ter sofrido influências da nova legislação, esta não teve seu funcionamento modificado e/ou diferenciado na sua estrutura e organização anterior.

O estudo mostrou que a presença da Escola Normal Henrique Pestalozzi foi marcante nas práticas pedagógicas da formação dos professores, convivendo ainda com a Pedagogia Tradicional. Quanto aos objetivos, estes foram atingidos.

Conseguiu-se resgatar nesta trajetória o modo de funcionamento, próprio desta Escola Normal o qual influenciou, sem dúvida, a Educação do Município de modo positivo. Esta teve participação ativa na história da educação de São José dos Pinhais, imprimindo marcas de uma Escola que promoveu uma formação de professores consistente e humanizadora.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C.; CARPI, L; RIBEIRO. **História da sociedade brasileira**. 16. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

A Voz de São José, 30 de junho de 1956.

A voz de São José, n. 16, ano II, s/d.

AZANHA, J. M. P. Política e Planos de Educação no Brasil: Alguns Pontos para Reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Cortez, n. 85, pp. 70-78, 1993.

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**: parte 3 da 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: I.N.L., 1976.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B.P.; WESTHEPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Coleção Grafipar. Curitiba: Grafipar, 1969.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Portaria n. 602** de 22 de Dezembro de 1947. Concede reconhecimento ao Ginásio Costa Viana, de São José dos Pinhais. Clemente Mariani. Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1947.

BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União de 23.12.96**. Brasília, 1996.

_____. Decreto-Lei n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Rio de Janeiro: 2 de janeiro 125 de Independência de 58º da República. 02 de jan. de 1946. Disponível em <http://www.soleis.adv.br/> acesso em: 20 de fevereiro de 2003.

_____. Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de dezembro de 1961.

_____. Lei 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: 11 de agosto de 1971.

BONI, M. I.M. de. História Comemorativa. História: Questão e Debates. **Revista da Associação Paranaense de História - APAH**, Ano 4, n. 7, Dezembro de 1983.

BRASÍLIA, DF. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores na Modalidade Normal em nível médio**. Parecer CEB 1/99, 1999.

Caderno de aluna da Escola Normal Colegial Henrique Pestalozzi, 1971.

CALDEIRA, E. O Problema da Formação de Professores Primários. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. XXVI, n.. 64, p. 28-43, out/dez, 1956.

CÂMARA MUNICIPAL. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. 2ª reunião ordinária. **Ata de sessão realizada no dia 11 de agosto de 1948.**

_____. 2ª reunião ordinária. **Ata da 5ª sessão realizada no dia 18 de agosto de 1948.**

_____. 1ª reunião ordinária . **Ata de 13ª sessão realizada 18 de maio de 1949.**

_____. 1ª reunião ordinária. **Ata da 5ª sessão realizada 21 de maio de 1956**

_____. 1ª reunião ordinária. **Ata da 5ª sessão realizada no dia 06 de maio de 1959.**

CAVALCANTE, M.J. **CEFAM: Uma Alternativa Pedagógica para a Formação do Professor.** São Paulo: Cortez, 1994.

CENAFOR **A formação de professores.** Revista do 2º Grau. MEC/ INEP/ CENAFOR, Ano I, n 1 p. 25-27, 1986.

COLÉGIO ESTADUAL COSTA VIANA. ARQUIVO. Escola Normal Henrique Pestalozzi. **Circulares, Avisos e Instruções 59/60:** Serviço do Ensino Normal: Circulares n. 14/56; 13/59; 15/59,s/d ; 20/59 ; 22 s/d ; 25/59; 36/59; 48/59s/d); 52/59 3/60). Ofício de 31/07/59; 26/05/59 Maria Carolina Delay. São José dos Pinhais, 2003 -2004.

_____. **Livro de relatório anual de notas de alunos.** 1958 – 1979.

_____. **Álbum de fotografias de eventos da Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi.** 19 /05/1967.

COLNAGHI, M.C.; MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. de e MAGALHÃES, M.D.B de. **São José dos Pinhais:** a trajetória de uma cidade. Curitiba: Prephacio, 1992.

CORDEIRO, A. **Entrevista concedida a Maria Lúcia Bassa Zem.** São José dos Pinhais, 27 de janeiro de 2004.

CORREIO DE SÃO JOSÉ. São José dos Pinhais Edição Especial do Centenário. 8 de Janeiro de 1953

CORREIO DE SÃO JOSÉ. São José dos Pinhais **Problemas Municipais.** 10 de janeiro de 1955.

_____. **O Grupo Escolar Silveira da Mota carece de atenção urgente.** 30 de agosto de 1954.

_____. **Retrospecto analítico das atividades parlamentares do deputado Ernesto Moro.** 23 de agosto de 1954.

_____. **O Sr.Prefeito Municipal é contra os interesses do povo e a instrução escolar.** 19 de julho de 1954.

_____. **A saúde do povo em primeiro lugar.** 5 de julho de 1954.

_____. **O problema da água e esgoto.** 24 de maio de 1954

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira:** Católicos e liberais. 3. ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995

FILHO, L. A Formação do Professorado Primário. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** V.XXIII, n. 57, pp. 42-51, jan-mar, 1955.

FILHO, L.; BERGSTÖM, M. **Organização e Administração Escolar.** 7. ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Melhoramentos. Brasília, INL, 1976.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática de ensino. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALANTE, F.C. **Entrevista concedida a Maria Lúcia Bassa Zem.** São José dos Pinhais. 09 de fevereiro de 2004.

GISI, M.L. **Evolução das políticas sociais.** Texto fotocopiado, 2001.

GRACZYK, L. V.. **Entrevista concedida a Maria Lúcia Bassa Zem.** São José dos Pinhais. 1º de outubro de 2004.

GONDRA, J.G. e TAVARES, P. P. H. A instrução reformada: ações de Couto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. PUC/PR, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBHE-Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

HORST, M. A. S. **Entrevista concedida a Maria Lúcia Bassa Zem.** São José dos Pinhais, 7 de setembro de 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Redação e editoração.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2002

LEIF, J. e RUSTIN, G. **Pedagogia geral pelo estudo das doutrinas pedagógicas.** São Paulo: Nacional, 1968.

MAGNOLI, D.; ARAÚLO, R. **A nova geografia: estudos de geografia do Brasil**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo, 1996.

MEIHY BOM, J.C.S. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MELLO, G.N. de. **Magistério de 1º grau**. Da competência técnica ao compromisso político. 9 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAROCHI, M. A. **Câmara Municipal de São José dos Pinhais – 150 anos**. São José dos Pinhais: Câmara Municipal, 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MIGUEL, M.E.B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

_____. **Aspectos históricos da formação do professor no Brasil**. Curitiba, 2002. (texto fotocopiado)

_____. **A escola nova e o intelectual educador**. Curitiba, 2002.

_____. O pensamento pedagógico de Gramsci. **Revista Diálogo Educacional**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná- v. 3. n. 7 (set/dez.2002). Curitiba: Champagnat, 2003

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÉRICI, I. G. **Metodologia do ensino: uma introdução**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

O SOCIAL DEMOCRÁTICO. **Água e Esgotos: importante discurso do Ver. Narcizo Mendes**. São José dos Pinhais ,28 de agosto de 1957

PARANÁ, Governo do Estado do Paraná. FUNDEPAR. **Coletânea da Legislação de Ensino: 1964 a 1967**. Curitiba: 1968. v. 1

_____. **Coletânea da Legislação de Ensino: 1964 a 1967**. Curitiba: 1968. v. 1

_____. **Coletânea da Legislação de Ensino: 1969 a 1975**. Curitiba: 1975.

_____. **Coletânea da Legislação de Ensino: 1976 a 1979**. Curitiba: 1979.

PARANÁ, Lei 10-54 de 21 de janeiro de 1954. Fica criada uma Escola Normal Secundária na cidade de São José dos Pinhais. **Diário Oficial do Estado do Paraná n. 278**: Imprensa Oficial do Estado. Curitiba, 20 de fevereiro de 1954.

_____. Decreto 20868/56 de 26 de janeiro de 1956. Passa a pertencer ao quadro dos estabelecimentos secundários públicos do Estado do Paraná, com todo o patrimônio nele contido, o Ginásio Costa Viana de São José dos Pinhais, com a mesma denominação. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 26 de janeiro de 1956.

PRIMITIVO, M. **A instrução e as províncias**. Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. 2

PEREIRA, L. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

ROCHA, H. H. P. A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Escolarização, Higienização e Modernidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. PUC/PR, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBHE-Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

ROMANNELI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. INSPETORIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Evolução da demanda e da oferta escolar na rede estadual de ensino de São José dos Pinhais de abril de 1986**. São José dos Pinhais, 1986.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PREFEITURA MUNICIPAL. **Colônia Murici: Nossas Raízes- memórias da Colonização São-joseense**. São José dos Pinhais: Prolaine, 2000.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL Indústria. **Revista São José dos Pinhais – Gestão 1982-1988**.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL. **São José dos Pinhais: prestando contas 2000 dias trabalhando na terra que a gente faz**. São José dos Pinhais, s/d.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria da Cultura. **Folder Centro Histórico São José dos Pinhais 1920**. São José dos Pinhais, 2004.

SAVIANI, D. Por uma outra política educacional. *In: Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação*. Campinas: Autores Associados, pp. 121-134, 1998.

_____. **Pedagogia histórico-crítica primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991

_____. **Política e educação no Brasil: O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

TANURI, L.M. História da Formação de Professores. *In: Revista Brasileira de Educação*. ANPED, n. 14, 2000.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. História Oral. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TRINDADE, E.M. de C; ANDREAZZA, M.L. **Cultura e Educação no Paraná**. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Sistemas de Biblioteca. **Citações e notas de rodapé**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. v. 7

_____. **Referências**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. v. 6

WACHOWICZ, L. A. **A Relação Professor – Estado no Paraná Tradicional**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1984.

ZÉTOLA, D. M. **Entrevista concedida a Maria Lúcia Bassa Zem**. São José dos Pinhais, 27 de fevereiro de 2004.

APÊNDICE 1. CARTA DE CESSÃO ENCAMINHADA AOS ENTREVISTADOS.

